

Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

Relatório

junho 2023



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha técnica

Estudo: Revisão da Carta Educativa do concelho de Sobral de Monte Agraço

Documento: Relatório Final

Data: 29 de junho de 2023

Número de páginas: 177

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Sónia Vieira

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

www.cedru.pt

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Educativa do Concelho de Sobral de Monte Agraço

Resumo

A Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Junho 2023

Índice

Nota introdutória	13
1. Enquadramento e contextualização	15
1.1. Introdução.....	15
1.2. Enquadramento legislativo	15
1.3. Política europeia e metas a alcançar	22
1.4. Política setorial e reformas em curso	29
1.5. Participação e protagonismo dos municípios	40
1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial ...	42
1.7. Antecedentes: A Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço.....	44
1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal	45
1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos	46
1.10. Objetivos e desafios	48
1.11. Metodologia de trabalho	48
2. Análise e avaliação da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço	53
2.1. Introdução.....	53
2.2. Situação de partida e objetivos a alcançar	53
2.3. Medidas de Intervenção Propostas	56
2.4. Análise da execução	58
2.5. Síntese conclusiva	60
3. Enquadramento territorial	61
3.1. Introdução.....	61
3.2. Inserção territorial	62
3.3. Sistema urbano municipal	66
3.4. Situação demográfica.....	74
3.5. Perfil socioeconómico	85
3.6. Situação educativa	91
3.7. Transportes escolares	99
4. Caracterização e diagnóstico da oferta.....	101
4.1. Introdução.....	101
4.2. Educação pré-escolar	103
4.2.1. Equipamentos	103
4.2.2. Espaços, serviços e recursos humanos	107
4.3. Ensino Básico - 1.º Ciclo	108
4.3.1. Equipamentos	108
4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos	112

4.4. Ensino Básico - 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário.....	113
4.4.1. Equipamentos	113
4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos	117
4.4.3. Oferta formativa	117
5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL.....	119
5.1. Procura atual por tipologia de equipamento / nível de ensino	119
5.1.1. Enquadramento	119
5.1.2. Pré-Escolar	119
5.1.3. Ensino Básico - 1.º Ciclo	123
5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	127
5.1.5. Ensino secundário	131
5.2. Projeções da população escolar	136
5.2.1. Nota introdutória	136
5.2.2. Censarização demográfica (2025 e 2030).....	137
5.3. Matriz síntese de diagnóstico	145
6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	147
6.1. Princípios orientadores	147
6.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos	147
6.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social.....	147
6.1.3. A territorialidade da Rede Escolar	148
6.2. Matriz estratégica	148
6.2.1. Visão estratégica	148
6.2.2. Princípios e objetivos estratégicos.....	149
7. QUADRO DE INTERVENÇÃO	153
7.1. Estruturação do Plano de Intervenção	153
7.2. Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	153
7.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	161
7.4. Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.....	163
7.5. Quadro-Síntese de financiamento	164
8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	165
8.1. Um contexto de partida	165
8.2. Âmbito.....	166
8.3. Modelo de monitorização.....	167
8.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação	168
9. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	174

Índice de Figuras

Figura 1 – Quadro legislativo de referência	17
Figura 2 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2019	26
Figura 3 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos): comparação com as metas nacionais 2020	26
Figura 4 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018).....	28
Figura 5 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação	30
Figura 6 – Organização da Fase 1 de Revisão da Carta Educativa de Sobral de monte Agraço	49
Figura 7 – Etapas da Fase 2 de Revisão da Carta Educativa de Sobral de monte Agraço	50
Figura 8 – Enquadramento territorial de Sobral de Monte Agraço	62
Figura 9 – Dinâmica demográfica nos concelhos envolventes entre 2011 e 2021	63
Figura 10 – Infraestruturas de comunicação regionais.....	64
Figura 11 – Taxa de variação populacional por freguesia, entre 2011 e 2021	65
Figura 12 – Sistemas urbanos do Modelo Territorial do PROT OVT	66
Figura 13 – Densidade populacional em Sobral de Monte Agraço, por freguesia e por subsecção estatística, em 2021	67
Figura 14 – Novas construções concluídas em Sobral de Monte Agraço, em 2021	68
Figura 15 – Equipamentos sociais de Algumas tipologias para Crianças e Idosos, vagas e utentes, em maio de 2023	69
Figura 16 – Movimentos pendulares diários, da População Empregada, em Sobral de Monte Agraço e escalão de duração, 2021	70
Figura 17 – Meio de transporte usado nos movimentos pendulares em Sobral de Monte Agraço, em 2021	71
Figura 18 – Movimentos pendulares no interior do concelho, a partir das freguesias de Sobral de Monte Agraço e meio de transporte utilizado, em 2021	72
Figura 19 – Movimentos pendulares para fora do concelho, a partir das freguesias de Sobral de Monte Agraço e meio de transporte utilizado, em 2021	73
Figura 20 – Evolução populacional em Sobral de Monte Agraço entre 1960 e 2021	74
Figura 21 – taxa de variação da população residente, entre 1991 e 2021	75
Figura 22 – Evolução demográfica, por freguesia, entre 1991 e 2021	75
Figura 23 – Pirâmide etária do Concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021	76
Figura 24 – Taxa de variação da população residente, por sexo e grupo etário, entre 2011 e 2021	77
Figura 25 – Pirâmides etárias das Freguesias de Sobral de Monte Agraço, em 2001 e 2011	77
Figura 26 – Pirâmides etárias das Freguesias de Sobral de Monte Agraço, em 2021	78
Figura 27 – Taxa de crescimento natural e crescimento efetivo, em 2011 e 2021 (n.º).....	79
Figura 28 – Taxa Bruta de Natalidade e Mortalidade, em 2011 e 2021 (‰).....	80
Figura 29 – Saldo natural e saldo migratório, em 2011 e 2021	81
Figura 30 – Índice de Dependência de Jovens e de Idosos, em 2011 e 2021	82
Figura 31 – Núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos e a 15 anos, em 2011	83
Figura 32 – Proporção de núcleos familiares de casais com filhos, 1991-2021	84
Figura 33 – População residente com o 1.º Ciclo do Ensino Básico e ensino superior Completo, em 2011	86
Figura 34 – Taxa de Desemprego, em 2011 e 2021	87
Figura 35 – Taxa de Desemprego, por freguesia, em 2011 e 2021	87
Figura 36 – Desempregados inscritos no final do mês de dezembro, 2010-2022, N.º	88
Figura 37 – Características do universo de desempregados, em dezembro de 2022	88
Figura 38 – Grupos Etários e Níveis Formativos do universo de desempregados, em dezembro de 2022	89
Figura 39 – Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2011-2021.....	90
Figura 40 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, 1991-2021	90
Figura 41 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, vários anos	91
Figura 42 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de monte Agraço entre 2000/2001 e 2020/2021	92
Figura 43 – Proporção de alunos matriculados na rede pública e solidária no ensino Pré-escolar em Sobral de monte Agraço, entre 2010/2011 e 2020/2021.....	93
Figura 44 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de Monte Agraço por nível de ensino entre 2015/2016 e 2020/2021	94
Figura 45 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de Monte Agraço por nível de ensino entre 2000/2001 e 2020/2021	94
Figura 46 – Evolução da taxa bruta de Pré-escolarização entre 2003/2004 e 2020/2021 (%).....	95
Figura 47 – Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/2021 (%).....	96
Figura 48 – Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino secundário entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)	96
Figura 49 – Evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/21 (%).....	97

Figura 50 – Evolução da taxa de transição/ conclusão no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/2021 (%).....	98
Figura 51 – Evolução da taxa de transição/ conclusão no ensino secundário entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)	98
Figura 52 – Distribuição dos equipamentos escolares existentes em Sobral de Monte Agraço no ano letivo de 2020/2021	102
Figura 53 – Evolução do número de crianças matriculadas no Pré-Escolar em Sobral de Monte Agraço, 2000/2001-2020/2021	120
Figura 54 – Crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021	121
Figura 55 – Evolução do número de crianças matriculadas no 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, 2000/2001- 2020/2021	123
Figura 56 – Alunos inscritos nos estabelecimentos do 1.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023	125
Figura 57 – Evolução do número de crianças matriculadas nos 2.º e 3.º CEB em Sobral de Monte Agraço	127
Figura 58 – Alunos inscritos no estabelecimento do 2.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023	128
Figura 59 – Alunos inscritos no estabelecimento do 3.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023	129
Figura 60 – Proporção de crianças residentes fora do concelho inscritas no 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	130
Figura 61 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário em Sobral de Monte Agraço	132
Figura 62 – Alunos inscritos no estabelecimento do ensino secundário no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023	133

Índice de Quadros

Quadro 1 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro	22
Quadro 2 – Grandes Objetivos da EU para 2020 e Metas Nacionais.....	23
Quadro 3 – Iniciativas Emblemáticas	24
Quadro 4 – Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016	34
Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015	39
Quadro 6 – Análise SWOT da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007).....	54
Quadro 7 – Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007).....	57
Quadro 8 – Balanço da Implementação das Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço	59
Quadro 9 –População residente, por freguesia e grupos etários, em 2021 (n.º)	84
Quadro 10 - População residente estudante, por freguesia e por local de estudo (n.º), 2021	99
Quadro 11 - Estabelecimentos em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2020-2021, por Freguesia (n.º).....	101
Quadro 12 - Características gerais dos Estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	103
Quadro 13 - Apreciação sobre as acessibilidades dos estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	105
Quadro 14 - Apreciação sobre as acessibilidades dos estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	107
Quadro 15 - Salas dos Estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	107
Quadro 16 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023.....	108
Quadro 17 - Características gerais dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	109
Quadro 18 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes dos estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	110
Quadro 19 - Apreciação sobre as acessibilidades dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023.....	111
Quadro 20 - Salas dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	112
Quadro 21 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	113
Quadro 22 - Características gerais do Estabelecimento do 2.º e 3.ºCEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023.....	114

Quadro 23 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes do estabelecimento do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	114
Quadro 24 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes do estabelecimento do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023	116
Quadro 25 - Recursos humanos na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023	117
Quadro 26 – Alunos em cursos profissionais na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023	118
Quadro 27 – Informação sobre cursos EFA e CEF para jovens na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023	118
Quadro 28 – Crianças e alunos matriculados em estabelecimento de ensino no concelho de Sobral de Monte Agraço por ano letivo e nível de ensino	119
Quadro 29 – Evolução do número de crianças matriculadas em estabelecimentos do Pré-Escolar da rede pública e solidária, no concelho de Sobral de Monte Agraço	120
Quadro 30 – Crianças matriculadas e n.º de salas em estabelecimentos do Pré-Escolar da rede pública e solidária, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021/2022 e 2022/2023	122
Quadro 31 – Evolução do número de alunos e turmas em estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço	124
Quadro 32 – Alunos que frequentam AEC e CAF nos estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2022/2023	126
Quadro 33 – alunos retidos nos estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021/2022	126
Quadro 34 – Alunos matriculados e turmas no 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço	128
Quadro 35 – Atividades e serviços complementares existentes no Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2022/2023	130
Quadro 36– Retenções nos 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021 e 2021/2022	131
Quadro 37 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário – cursos científico-humanísticos, no concelho de Sobral de Monte Agraço	132
Quadro 38 – Retenções no Ensino Secundário, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em vários anos letivos	134
Quadro 39– Cursos profissionais e Alunos inscritos, por ano letivo, na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	135
Quadro 40– Evolução de indicadores demográficos (2011-2020)	138
Quadro 41 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário expansionista e B – cenário tendencial).....	138
Quadro 42– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância.....	139
Quadro 43– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo.....	140
Quadro 44– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo.....	140
Quadro 45– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo.....	141
Quadro 46– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário	141
Quadro 47– Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública.....	142
Quadro 48– População a escolarizar, na Rede Pública (2025)	143
Quadro 49– População a escolarizar, na Rede Pública (2031)	143
Quadro 50– Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021).....	144

Acrónimos

AE	Agrupamento de Escolas
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
AEJICS	Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral
AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
CAF	Componente de Apoio à Família
CATL	Centro de Atividades Tempos Livres
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEF	Cursos de Educação e Formação
DECAS	Divisão de Educação, Cultura e Ação Social
EB	Escola Básica
EFA	Educação e Formação de Adultos
ELI	Equipa Local de Intervenção
JI	Jardim de Infância
INE	Instituto Nacional de Estatística
NE	Necessidades Específicas
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação

(página propositadamente deixada em branco)

Nota introdutória

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um município, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2007, o Município aprovou a Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta integra as oito componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Análise e Avaliação da Carta Educativa); Parte III (Quadro de Referência Territorial); Parte IV (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte V (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte VI (Estratégia de Intervenção), Parte VII (Quadro de Intervenção) e Parte VIII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação). Integra, igualmente, em volume autónomo (volume Anexos), as fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou reuniões com o Município, bem como diversos *stakeholders*, com destaque para o diretor do Agrupamento de Escolas da Rede Pública. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso das reuniões anteriormente referidas, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE. Releva ainda o extenso processo de inquirição online desenvolvido, por estabelecimento e nível de ensino, permitindo ter um retrato atual e factual da rede (pública e solidária), incluindo uma avaliação qualitativa de múltiplos parâmetros infraestruturais e do edificado escolar. É igualmente importante sinalizar a importância que diversos outros atores assumiram para o robustecimento e melhoria da proposta técnica apresentada, nomeadamente através dos diversos contributos enviados pelos elementos que integram o Conselho Municipal de Educação.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de negociação de apoios financeiros comunitários para o período 2021-2027), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

1. Enquadramento e contextualização

1.1. Introdução

A Carta Educativa é enquadrada pelo Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro como *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

Aprovada em 2007, a Carta Educativa do Sobral de Monte Agraço (CESMA) foi desenvolvida pela Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, tendo beneficiado dos contributos e participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem permitiu definir um conjunto de propostas suportadas em opções pedagógicas e funcionais que visavam a melhoria da qualidade do ensino no concelho, da oferta educativa e do desenvolvimento das crianças e jovens enquanto cidadãos conscientes e ativos na sociedade.

Note-se ainda que os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram a execução de diversas intervenções propostas (requalificações no parque escolar), contribuindo para a aplicação efetiva de várias das ações identificadas.

Porém, considerando o período decorrente desde a sua aprovação até à atualidade, é expectável que o contexto de referência que determinou a elaboração da Carta esteja profundamente alterado. Assim, dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabelece a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficar desconforme com o princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, sendo esta reavaliação obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento procede à Revisão da Carta Educativa do Sobral de Monte Agraço.

1.2. Enquadramento legislativo

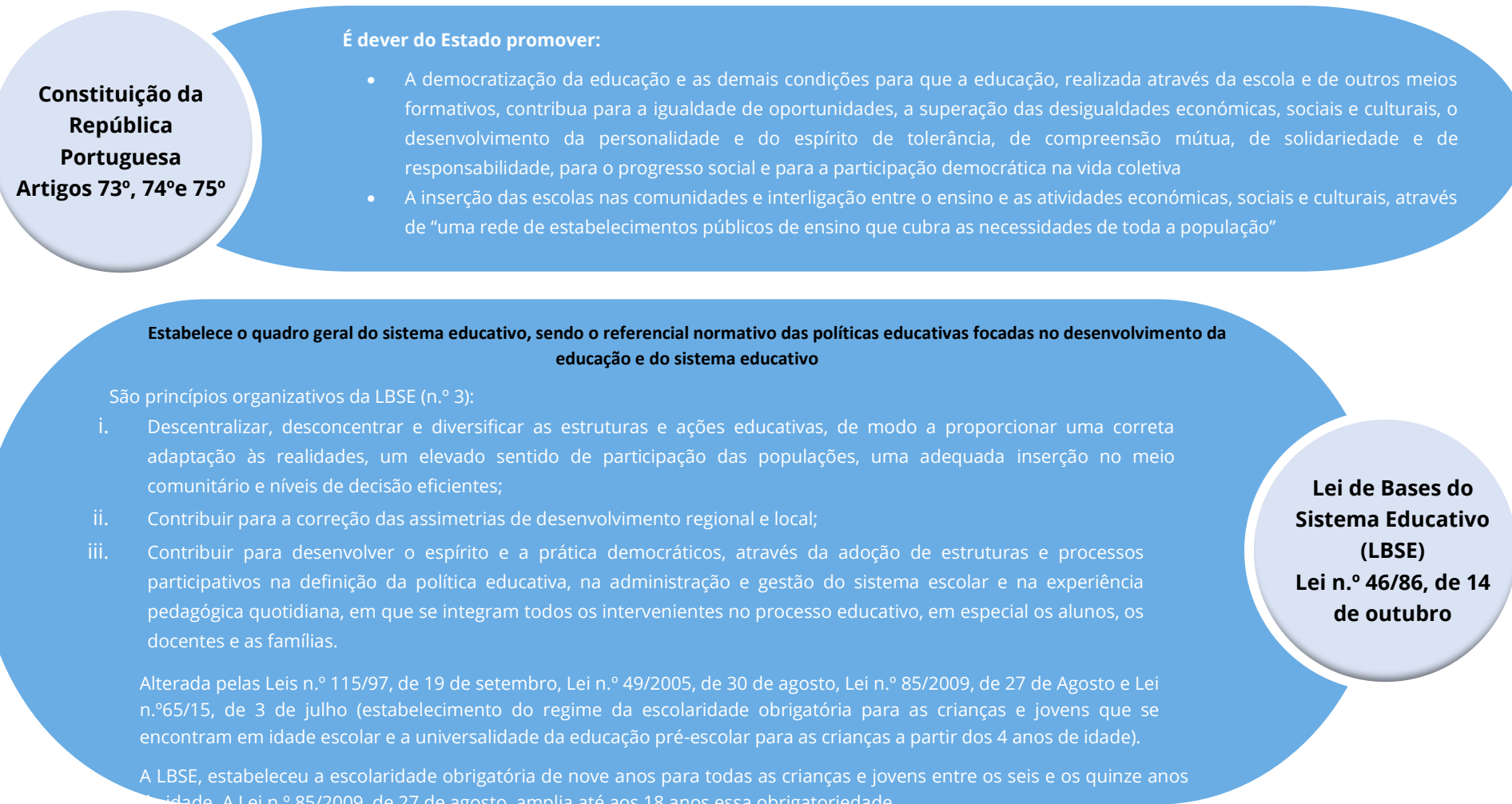
A volatilidade que caracteriza as mudanças que se verificam no Mundo, resultado de uma crescente multiplicidade e complexidade da interligação entre atores e uma nova economia baseada no conhecimento, representa uma necessidade de reorganização constante dos domínios económico, social e cultural de modo a garantir capacidade de resposta aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências desta dinâmica é a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, para além da preparação dos mais novos para uma resposta eficaz aos desafios da modernidade, se incentive e oriente os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação.

Isto veio conferir à Educação e à Escola um papel de crescente relevância na Sociedade, atribuindo-lhe uma dimensão central na melhoria do desempenho das diversas políticas públicas. Neste contexto, tem sido produzida diversa legislação de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes.

Neste âmbito, importa salientar quadro legislativo de referência, apresentado no esquema seguinte, e que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa.

Figura 1 – Quadro legislativo de referência



Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio. A principal inovação prendeu-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância.

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem-se os pontos do artigo 19º:

- i. Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- ii. Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais;
- iii. Criar os conselhos locais de educação;
- iv. Garantir a rede de transportes públicos escolares;
- v. Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- vi. Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;
- vii. Comparticipar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;

Lei nº 159/99, de 14 de setembro

**Decreto-Lei n.º
7/2003, de 15 de
janeiro**

Estabelece quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios

O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las. Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

**Lei n.º 50/2018, de 16 de
agosto**

Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

1. É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.
2. Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:
 - a. Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
 - b. Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
 - c. Participar na gestão dos recursos educativos;
 - d. Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
 - e. Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.
3. Compete ainda aos órgãos municipais:
 - a. Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
 - b. Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
 - c. Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
 - d. Participar na organização da segurança escolar.
4. As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

**Decreto-Lei n.º 21/2019,
de 30 de janeiro**

Fonte: Equipa técnica

A partir da análise de conteúdo do quadro legal vigente, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que aprofunda a definição, objeto e objetivos da Carta Educativa.

Segundo o seu artigo 5º, a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

Conforme explicitado no artigo 7º, a Carta Educativa possui como objeto *a identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola.* Deve ainda incluir uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas assim como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários de desenvolvimento urbano e escolar prospetivados.

Note-se ainda que a Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, possuindo como objetivos principais (artigo 6º):

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento ao nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do concelho, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Em resultado deste enquadramento, a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos; iii) melhorar e qualificar o parque escolar instalado no concelho.

Quadro 1 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Competências de Investimento Artigo 31.º - Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares	Investimento Artigo 32.º - Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares
1. A construção, requalificação e modernização de edifícios escolares compete às câmaras municipais, em execução do planeamento definido pela carta educativa. 2. O departamento governamental com competência na matéria pode promover a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares cuja oferta de educação e formação abranja, pela sua especificidade, uma área territorial supramunicipal (...) solicitando às entidades intermunicipais abrangidas na área territorial supramunicipal, parecer prévio sobre a construção, requalificação ou modernização do edifício escolar em causa.	1. A aquisição de equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos, utilizados para a realização das atividades educativas, compete às câmaras municipais. 2. A realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário compete às câmaras municipais (...) e integra a conservação e manutenção dos espaços exteriores incluídos no perímetro dos estabelecimentos educativos destas tipologias.

Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

Considerando a ligação que o processo de ordenamento da rede educativa estabelece com o território onde esta se insere, a Carta Educativa não deve ser dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, destacando-se o Plano Diretor Municipal (PDMN), instrumento de referência na gestão territorial em que as suas orientações devem ser integradas. Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º). Por outro lado, com o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, reforçou-se a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação*.

Conclui-se que a Carta Educativa, estando associada ao Plano Diretor Municipal (PDM), enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, nomeadamente no que respeita ao enquadramento do redimensionamento do sistema educativo no concelho, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.3. Política europeia e metas a alcançar

Em março de 2000, o Conselho Europeu de Lisboa definiu uma estratégia que visava o reforço do mercado de emprego e a coesão social através de uma “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

Uma vez que a Educação tem uma posição central na prossecução deste objetivo, a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas da educação e da formação e todos os seus intervenientes, procurando que os

cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências e para a criação de estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando a todos diversas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

Neste âmbito, destaque-se o documento Estratégia Europa 2020¹, desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, que estabeleceu o objetivo de tornar a UE numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial).

Para alcançar esse desígnio, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, com objetivos concretos a levar a cabo até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operação estratégica seria garantida por ações concretas ao nível nacional e da UE (algumas centradas, direta ou indiretamente, na Educação).

Quadro 2 – Grandes Objetivos da EU para 2020 e Metas Nacionais

Os cinco grandes objetivos da UE para 2020		Metas para Portugal
Emprego	Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos	Taxa de emprego: 75%
I&D e inovação	Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação	I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações climáticas e energia	- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 - Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis - Aumentar em 20% a eficiência energética	- Redução das emissões de CO2: 20% - Energias renováveis: 31% - Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública)
Educação	- Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% - Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior	- Abandono escolar precoce: 10% - Ensino Superior: 40%
Pobreza e exclusão social	Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.	Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

Para alcançar esses objetivos, foram consolidadas 7 iniciativas emblemáticas que procuravam uma partilha de responsabilidades alargada às várias escalas, desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais, passando pelos Estados-Membros.

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

Quadro 3 – Iniciativas Emblemáticas

7 Iniciativas emblemáticas	
União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
Juventude em movimento	Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.
Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Europa eficiente em termos de recursos	Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.
Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Agenda para novas qualificações e novos empregos	Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».
Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

Ao nível nacional, a ambição de desenvolvimento do País está plasmada em diversos documentos, com destaque para os que deram sustentação ao Portugal 2020, que se aproxima do fim, bem como nos que se relacionam com o próximo quadro de financiamento comunitário, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Ainda que desde 2008 se enfrentem constrangimentos de tipologia diversa, as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuam a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Relativamente ao horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal encontrava-se balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

A recente Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da *aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho (...) que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.*

Das linhas de rumo que o PNROT pretendeu imprimir ao País, alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, mantêm a sua atualidade e permitem enquadrar e suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo no quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Neste quadro, importa considerar algumas das principais tendências emergentes e que serão o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local dos próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- O reforço de prioridade na alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- O aprofundamento das experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- A concentração espacial dos investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- A redefinição dos modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

Neste âmbito, a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário) é fundamental não só para aumentar as competências, mas também para melhorar as perspetivas e oportunidades de emprego dos jovens. Pessoas com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) apresentam maior propensão a encontrar um emprego e a ter um rendimento superior comparativamente às que possuem um baixo nível de educação.

Conforme referenciado, o objetivo Europa 2020 passa por reduzir a percentagem de população com baixas qualificações escolares, entre os 18 a 24 anos. Em 2019, na União Europeia, rondava os 10,3%, valor significativamente menor do que o registado em 2008 (14,7%), demonstrando uma evolução muito positiva neste indicador². Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 0,3 pp acima da média europeia, pelos 10,6% (34,9%, em 2008).

² <https://ec.europa.eu/eurostat/web/europe-2020-indicators/europe-2020-strategy/headline-indicators-scoreboard>

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

Em 2013, tinham já atingido a meta, 82 das 221 regiões europeias para as quais existem informações estatísticas. Em 2019, na Região da Área Metropolitana de Lisboa, a taxa era de 10,4% (18,2%, em 2013), sendo que a Região Centro, em que se insere Sobral de Monte Agraço, apresentava um valor de 7,9% (14,5% em 2013).

Figura 2 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) - 2019

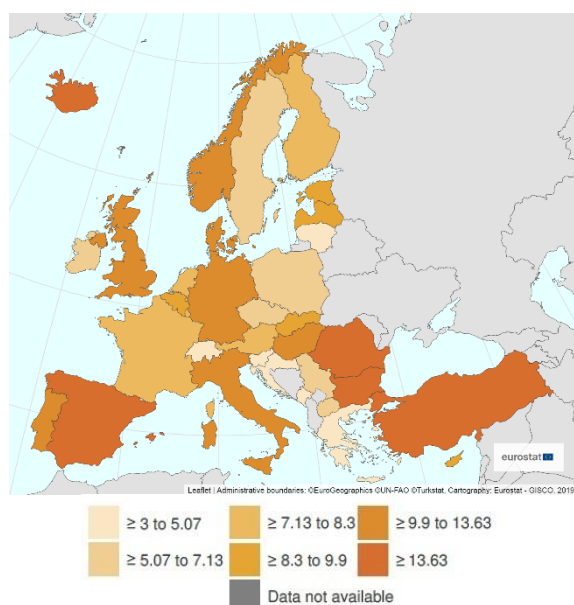
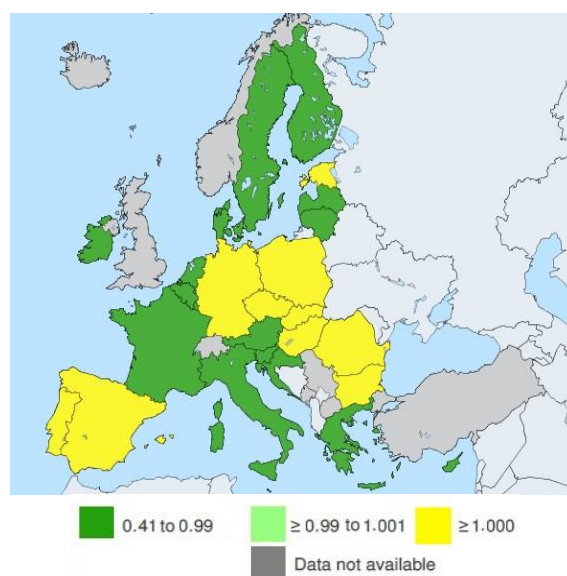


Figura 3 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos): comparação com as metas nacionais 2020



Fonte: Eurostat

De acordo com dados do Eurostat de 2019, entre 2006 e 2019, a taxa de abandono escolar precoce em Portugal passou dos 38,5% para os 10,6%, mas por comparação a representatividade dos jovens entre os 18 e os 24 anos que não têm ensino secundário e que não estão em ações de formação é a sétima maior da União Europeia. Esta é uma dimensão em que Portugal é ainda deficitário, emergindo uma franja significativa de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Apesar do decréscimo verificado ao nível da taxa de abandono escolar precoce, o valor verificado fica ainda acima da média da União Europeia (10,3%). Contudo, a diferença de género é particularmente pronunciada, (6,3 p.p.), sendo de 13,7% no caso dos homens e de 7,4% no caso das mulheres (2019). Assim, apesar de ter sido um dos países que mais reduziu o abandono, Portugal ainda não atingiu uma das metas definidas na Estratégia Europeia 2020: taxa de abandono escolar precoce de 10%.

Como já referido, outro dos objetivos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 30,1%).

Entre 2000 e 2016, ocorreu um aumento da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 11,1% para os 34,6%, sendo que em 2017 ocorreu uma diminuição desse valor para os 33,5%. Em 2019 este indicador estava ainda algo distante da meta traçada, situando-se nos 36,4%, sendo a média da UE de 41,6%. Por outro lado, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) passaram dos 90,4%, em 2013, para os 93,1%, em 2018, valor ainda inferior ao da média da UE (96,5%).

Aspeto determinante para o funcionamento e sucesso das políticas educativas, a qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelam que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

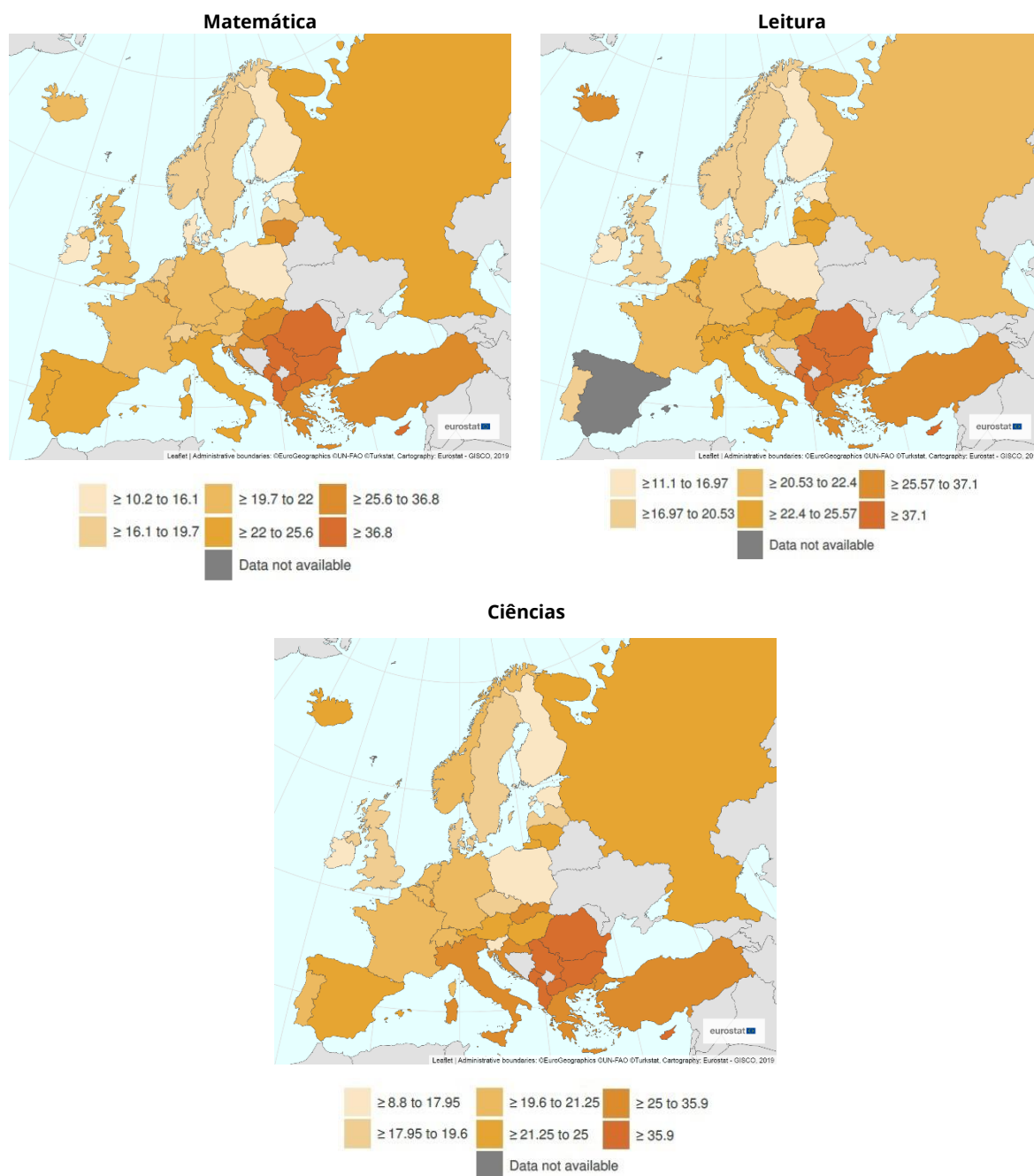
Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE, para 2020, Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração tendencialmente universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, havendo a orientação de alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim-de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2013 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) nos 5,2%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida até 2016 (4,69%), voltando a subir para os 4,90% em 2017 (valor superior ao da média da UE, situado nos 4,73%).

Figura 4 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)



Fonte: Eurostat

1.4. Política setorial e reformas em curso

O quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo tem a sua materialização nas opções governamentais e de gestão assumidas e que correspondem à política educativa nacional.

O XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante a presente legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, nomeadamente: Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

Concorrem para a concretização deste desafio vários objetivos especificamente dedicados à educação, como a apostar na escola pública como elemento de combate às desigualdades, o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

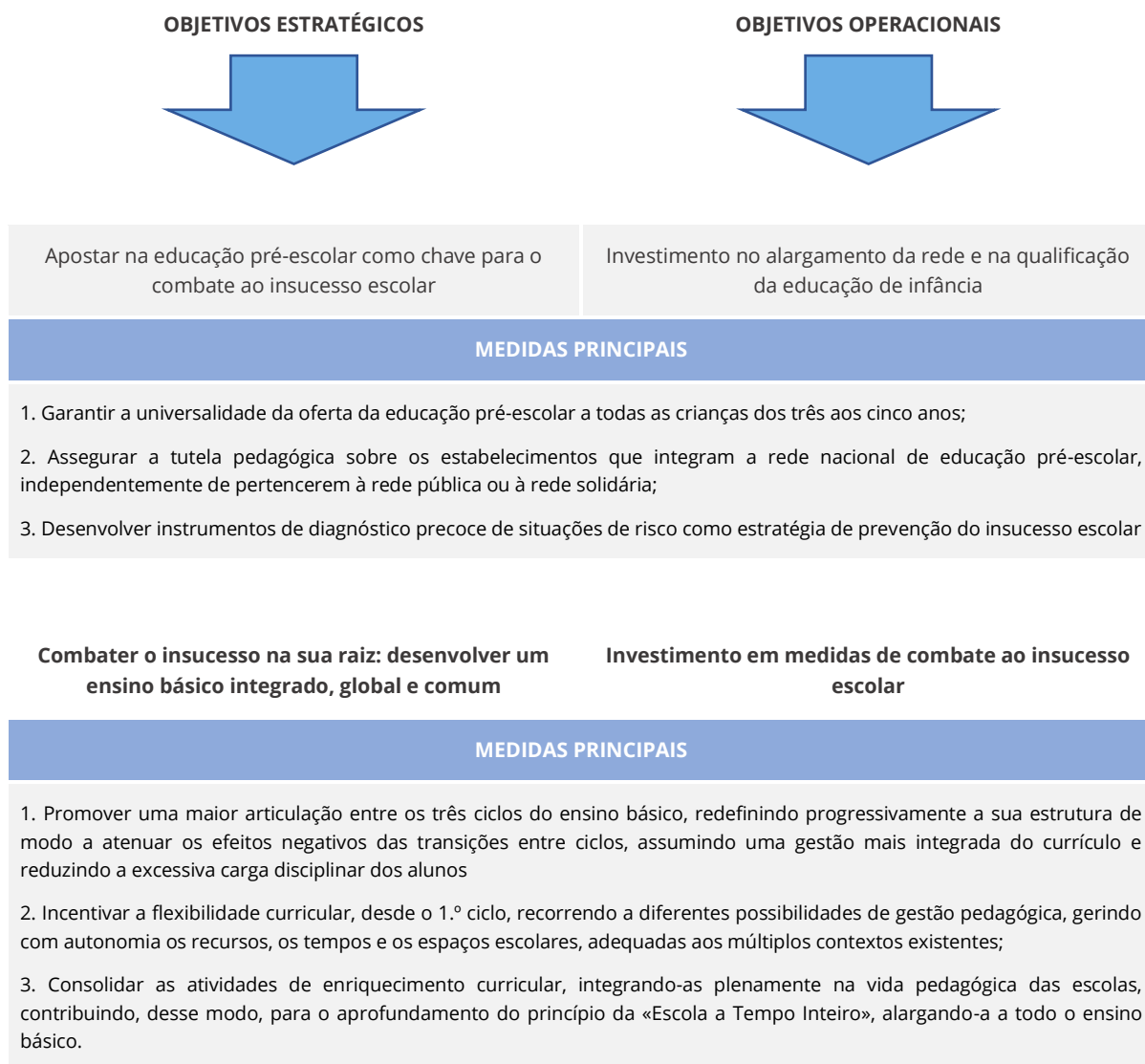
Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – *“na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”*).

Paralelamente, é relevada a necessidade de valorização do capital humano, enquanto condição fundamental para um país mais próspero (*o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, *“o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate as desigualdades à entrada e à saída da escola é assumido como um desígnio nacional destacando-se que o *“acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023),

Conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação governamental, que procura desta forma diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino e no cumprimento da escolaridade obrigatória.

Figura 5 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OBJETIVOS OPERACIONAIS



Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa

Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico

MEDIDAS PRINCIPAIS

1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental
2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário
3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar
4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos
5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais

Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem

Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas

MEDIDAS PRINCIPAIS

1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem
2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender
3. Lançar um processo de simplificação na Administração Central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da Administração Central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



OBJETIVOS OPERACIONAIS



Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos

Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências

MEDIDAS PRINCIPAIS

1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados
2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo
3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas
4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes
5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência
6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Com as eleições, em 2022, tomou posse o XXIII Governo Constitucional que mantem, no essencial, o quadro de prioridades, objetivos e medidas anteriormente estruturadoras da ação governativa.

O combate às desigualdades através da educação é fundamental, continuando as apostas na “inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades”. A escola inclusiva, como estabelece o Plano 21 | 23 Escola+, será robustecida através de uma maior capacitação das escolas e a adoção de novos programas de apoio às aprendizagens e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Consolidar os apoios tutoriais, dar continuidade ao reforço das políticas de Ação Social Escolar, implementar um Programa de Apoio a famílias vulneráveis (redes permanentes de apoio à infância e à juventude, de base autárquica) são ações prioritárias a prosseguir.

Também quanto à melhoria das aprendizagens é referido no Programa do Governo a importância de continuar o trabalho iniciado, com resultados positivos atestados. Merece destaque continuar o reforço do ensino experimental das ciências, com a generalização dos Clubes Ciência Viva na Escola, bem como modernizar o ensino profissional, mediante a criação dos Centros Tecnológicos Especializados e aprofundando a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas. “Erradicar as bolsas de analfabetismo e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto das comunidades imigrantes através de planos conjuntos entre escolas-municípios-delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)” assume-se também como uma importante medida a implementar.

Nos últimos anos, tem sido recorrentemente apontada a necessidade de se proceder à revisão da Lei de Bases que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e representa o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação e do Sistema Educativo, em Portugal.

Em 2016, no âmbito da celebração dos 30 anos da lei, e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação desenvolveu uma reflexão acerca da atualidade e adequação da Lei quanto ao desenvolvimento social, económico e cultural do país.

Neste intuito, desenvolveu diversas iniciativas, estruturadas segundo as 8 temáticas e questões elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um potencial novo quadro legislativo.

Quadro 4 – Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016

1. Educar para que futuro?	Reflexão de Base	Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes concepções ideológicas e políticas.
	Questões de debate	Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/ conhecimento/capacidades? Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	Reflexão de Base	As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.
	Questões de debate	Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história “pátria”, a literatura nacional, etc.) ou a europeia? E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? E a partir de que idade se deve organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?

3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino	Reflexão de Base	A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências. Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais - e educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.
	Questões de debate	A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes? Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no ensino básico? Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias? Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?
4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo	Reflexão de Base	Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo. A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade. Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinos básico e secundário. Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos. Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática. A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.
	Questões de debate	Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória? Diferenciação de trajetos: como e quando? Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?

5. Liberdade de ensino e serviço público de educação	Reflexão de Base	No art.º 2º da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.
	Questões de debate	Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE? - Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo? Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos? Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público? Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha? O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida por todos? Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)? Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo? Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado? Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países? Haverá algo a reter desses modelos?
6. Organização e desenvolvimento do ensino superior	Reflexão de Base	Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior. É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º, LBSE). A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação. A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.
	Questões de debate	Que alterações efetuar no ensino superior? Natureza binária do sistema de ensino superior? Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação? Como promover a internacionalização e mobilidade? Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?

7. Formação de professores: dilemas e desafios	Reflexão de Base	Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE. Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).
	Questões de debate	Como promover a formação contínua? Quais os principais problemas e desafios? Como melhorar a formação inicial? Que alterações a promover na profissionalização e acesso?
8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação	Reflexão de Base	Na alínea g) do Artigo 3.º, da LBSE, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.
	Questões de debate	Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido? Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação? Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação? Quais as principais luzes e sombras da descentralização?

Fonte: Reflexões do Concelho Nacional de Educação (Adaptado)

O Programa Aproximar Educação (PAE), lançado em 2015, veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). O principal objetivo deste programa era o de assegurar a descentralização através da delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Assim, este programa enfatizou uma maior valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões através de um contrato (fundamentado no quadro da ação local) que permitisse o desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Na base do processo estavam premissas fundamentais como a subsidiariedade, a proximidade, a corresponsabilização, a racionalização dos recursos e a democratização.

O arranque do PAE foi realizado através da seleção de um grupo de 13 municípios que, no ano letivo de 2014/2015, iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação, cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos. Os municípios em questão eram: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Estes concelhos, representam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil), 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assinado por estes municípios, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado no Sistema de Educação nos Concelhos.

Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Entre as competências que permaneciam no MEC figuravam as respeitantes à gestão do corpo docente e seu recrutamento por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, mas a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Não existindo qualquer exercício de avaliação que permitisse informar sobre o desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização, de transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015

Objetivos	Princípios e limites orientadores da descentralização	Domínios com competências delegadas
a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.	a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.	1. Gestão curricular; 2. Gestão pedagógica; 3. Gestão de recursos humanos; 4. Gestão financeira; 5. Gestão de equipamentos e infraestruturas. Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: A) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; B) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).

Fonte: PAE (adaptado)

Assim, com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto) e do decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro) são reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, e é consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019. Contudo, caso as autarquias não pretendessem/não estivessem preparadas para tal nesse ano, poderiam comunicar a não aceitação da transferência de competências à DGAL. Atualmente, o município de Sobral de Monte Agraço já assumiu a transferência de competências na área da educação.

Em 20 de abril de 2022, foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, o protocolo de delegação de poderes de execução do Município no Diretor do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral. O protocolo abrange as seguintes áreas: apoios e complementos educativos, pessoal não docente e edifícios. Segundo a cláusula 10.º “equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares” o Município delega no Diretor relativamente ao edificado que compõe a Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral a “realização de intervenções de conservação, manutenção e pequenas reparações que não constituam empreitadas e/ou intervenções de carácter estruturante” e a “conservação e manutenção dos espaços exteriores”.

1.5. Participação e protagonismo dos municípios

Em resultado das mudanças legislativas que enquadram o tema educativo, o poder local tem atualmente um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas de Sobral de Monte Agraço.

Tal como já ocorria no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, refere a obrigatoriedade da revisão da carta educativa sempre que existam alterações no reordenamento da rede educativa, sendo disso exemplo o surgimento ou encerramento de novos estabelecimentos educativos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção.

Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão do documento deverá acontecer obrigatoriamente de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ou de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a revisão do PDM, cuja deliberação da CM foi publicada em edital n.º 929/2013 no DR 2º série N.º 188, 30 de setembro de 2013, encontrando-se, presentemente, próximo da sua finalização poderá também ter impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

No fundamental, o objetivo primordial da Carta Educativa é a formulação de uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia, mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. Esta proposta deverá ser projetada em função das evoluções da política e legislação respetiva, as oscilações da procura da educação e ensino bem como a necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Sobral de Monte Agraço, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho. Para tal, são seus objetivos gerais:

- Caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Adequar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Detetar e corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e/ou a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Selecionar os critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Garantir a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Fomentar a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;

- Consolidar os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Contribuir para o combate ao absentismo e abandono escolar.

Neste quadro de referência, cabe à autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos. De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá traduzir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Em função das alterações legislativas, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação.

Esta evolução não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de “Educação”, não se limita a ser entendido como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Neste sentido, identificam-se novos desafios para a Escola e a Sociedade, com destaque para a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

É neste contexto que, cada vez mais, o tempo educativo se distingue do tempo escolar, este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa com outros espaços, reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância da educação inicial e a de adultos, a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Torna-se assim evidente a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e da expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como espaço da congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos.

Fruto do seu papel estratégico nesta matéria, o município de Sobral de Monte Agraço assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição não o inibe de se constituir como um agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

1.6. A Revisão da Carta Educativa ao serviço da definição e implementação da política setorial

O enquadramento jurídico do processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais que têm ocorrido ao nível europeu, principalmente com aqueles de países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças ocorridas têm sido o resultado de reformas, principalmente desencadeadas após a década de 70 do século passado, cuja evolução nem sempre corresponde ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos ou a celeridade na aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais relevantes nas mudanças que se têm vindo a verificar é o maior envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas do concelho, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, regulamentam as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É neste contexto que a Carta Educativa, enquanto “instrumento, ao nível municipal de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” ganha uma importância central neste tema.

Em termos gerais a realização das Revisões das Cartas Educativas, deve ter como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), nomeadamente naqueles princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e o cumprimento dos grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do concelho;

- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização do conceito de território educativo articula duas vertentes fundamentais – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território deverá procurar-se responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria de dinamização pedagógica e instalações.

Em face da organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos atualmente existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Note-se ainda que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Neste sentido, a definição da rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão consubstancia a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, incorporando novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma maior articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o concelho). Por outro lado, sendo a Carta Educativa um processo em permanente avaliação e atualização, permite uma agilização das respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no concelho assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1º ciclo de quatro anos, 2º ciclo de dois anos e 3º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade).

Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Há assim a necessidade de um aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa estruturação do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios, subjacentes a esta organização que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à procura de generalização progressiva do acesso à educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário e do acesso ao ensino superior.

A esta organização está subjacente uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se infere pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que permitem o início e conclusão da escolaridade obrigatória num mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. Antecedentes: A Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

A Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço foi aprovada em 2007, encontrando-se estruturada em 5 componentes fundamentais, nomeadamente:

- Caraterização Socioeconómica do Concelho;
- Caraterização e Evolução do Sistema Educativo;
- Diagnóstico da Situação Educativa no Concelho;
- Propostas de Reordenamento da Rede Escolar;
- Monitorização / Avaliação do Processo.

O documento, desenvolvido por uma equipa técnica interna da CM de Sobral de Monte Agraço, beneficiou da participação e contributos obtidos a partir das reuniões de trabalho realizadas com todos os principais agentes educativos do concelho, traduzindo a realidade da política educativa local à data em que foi realizado, bem como as suas principais tendências de evolução.

Eram objetivos da Carta Educativa assegurar a integralidade do percurso escolar, promover o espírito de comunidade e gerir de forma racional os recursos, indo de encontro aos objetivos estratégicos da Política Educativa Municipal, nomeadamente:

- Cooperar num projeto educativo local que promova a participação de todos os intervenientes na educação e a evolução qualitativa da mesma;
- Adequar o sistema educativo local às reais necessidades do Município;
- Promover uma melhor adequação do sistema educativo às necessidades sociais, municipais e regionais (nomeadamente às necessidades do mercado de trabalho);
- Promover a criação de um grupo de apoio ao desenvolvimento da qualidade do sistema educativo concelhio;

- Contribuir para um aprofundamento das relações escola-família-sociedade (comunidade em geral, instituições, tecido empresarial, etc.);
- Contribuir para a real integração social de minorias;
- Promover o desenvolvimento de competências (sociais, cívicas e outras) que favoreçam a integração da criança e do adolescente na sociedade em que se encontra inserido;
- Promover a educação ao longo da vida, bem como, a validação de competências adquiridas durante o percurso de vida.

1.8. Enquadramento na Política Urbana Municipal

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), de 2018, enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Sobral de Monte Agraço - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, nº1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio³, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM "(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)".

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influinte na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

O PDM de Sobral de Monte Agraço encontra-se na fase final do seu processo de revisão. Os Objetivos Estratégicos propostos no âmbito da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, estão estruturados em torno de três domínios: i. Ambiente, paisagem e sustentabilidade; ii. Competitividade e inovação; iii. Coesão territorial.

No Eixo da Competitividade e Inovação, centrado numa forte aposta na criação de emprego e consequente atração e fixação de residentes, sinaliza-se a importância de "dar resposta à elevada procura de terrenos para localização de novas atividades económicas e/ou realocização da periferia de Lisboa, fomentando a concentração

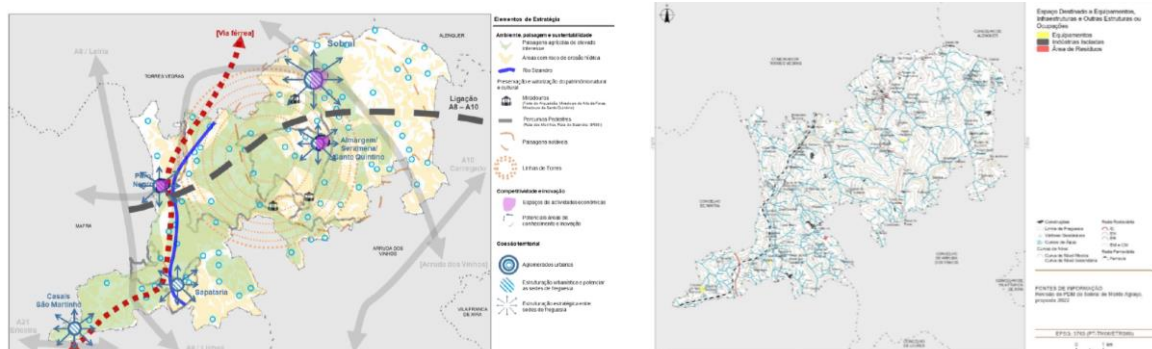
³ Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

atividades económicas ligadas à indústria, logística e comércio em parques empresariais, considerando como as principais apostas estratégicas: Pero Negro e a expansão Nordeste a Sobral de Monte Agraço”.

Contudo é no Eixo da Coesão, que são assumidas importantes orientações, potencialmente impactantes na rede educativa:

- Impedir o agravamento do povoamento disperso e a fragmentação da paisagem, nomeadamente através da contenção da expansão urbana e da excecionalidade da edificação isolada em solo rústico.
- Estruturar a unidade em torno das sedes de freguesia por uma rede complementar de aglomerados urbanos e rurais, que absorvam as procuras de edificação e contrariem as tendências de povoamento disperso, tirando partido da localização privilegiada, devido à proximidade da AM, reforçando nomeadamente o eixo Pero Negro - Sapataria
- Estruturação urbanística da Vila de Sobral de Monte Agraço que, como sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, requerendo uma estruturação urbanística exigente
- Qualificar a paisagem urbana no que se refere à tipologia de novas construções, novos equipamentos, à dinamização da interface urbano-rural, à qualificação de espaços públicos e de lazer.

Enquanto expressão territorial destes Objetivos Estratégicos do Plano, o Modelo de Ordenamento assenta em 3 critérios fundamentais, um dos quais determinante para as opções a tomar em termos da qualificação da rede educativa municipal: “Promover uma estrutura urbana equilibrada e qualificada que garanta o bem-estar social e a qualidade de vida de população, criando condições de atracção populacional e crescimento sustentado”.



Fonte: Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, Proposta Base de Plano. Maio de 2022.

Uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala local, com capacidade de resposta formativa inovadora é um dos pilares centrais para a sua prossecução.

1.9. Determinantes da procura de equipamentos educativos

Atualmente, é unanimemente reconhecida a importância de dotar o país e os concelhos de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, o que abrange

intervenções ao nível da dotação de equipamentos coletivos, por serem essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

Compreende-se, portanto, a forte pressão para a manutenção de elevados níveis de investimento na dotação de novos equipamentos e na requalificação dos existentes. No entanto, a necessidade em acautelar a respetiva sustentabilidade económica e financeira coloca cada vez mais a tónica na equidade de acesso e utilização dos indivíduos aos equipamentos coletivos. Trata-se assim de promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades igualmente distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve igualmente conferir-se aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a sua integração e priorizando o seu papel numa rede mais ampla de equipamentos que concorrem para o reforço da coesão social e territorial.

Na qualidade de fatores de diferenciação das particularidades e carências dos territórios importa destacar essencialmente dois fatores:

- Os comportamentos demográficos do concelho, importando conhecer o perfil populacional prevalecente (e da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), bem como as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- As dinâmicas socioeconómicas do concelho, o que contempla o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), aferido com recurso à inserção no mercado de trabalho e aos fenómenos da exclusão social, com base nos deficits de qualificação e formação.

Contemplando estas duas dimensões de análise, as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, subsequentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos constituem as determinantes da procura. Cada uma destas determinantes da procura revela problemas específicos, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

Na análise das dinâmicas demográficas assume particular centralidade a evolução populacional (perda/aumento de população residente), no decurso das últimas décadas. Num cenário de decréscimo das faixas etárias mais jovens e de diminuição dos jovens casais em idade fértil (com consequente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), serão geradas fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens. Registe-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

A análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com reflexos na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho de jovens ativos. Nos últimos anos, observa-se uma inversão das tendências negativas, associadas a estrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização, relativamente célere, tem permitido a geração de emprego qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, com um aumento considerável do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem/em dificuldade no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

1.10. Objetivos e desafios

O processo de revisão da Carta Educativa constitui simultaneamente um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, principalmente considerando a rapidez com que atualmente se processam as transformações económicas e sociais que afetam os territórios.

Este processo obedeceu a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a quatro grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- Manutenção/incremento da qualidade - A Carta Educativa vigente, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, permitiu a tomada de decisão informada;
- Compatibilização do cumprimento da lei com uma dimensão inovadora que projete uma maior integração intersectorial - Mantendo a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se este exercício de 2ª geração enquanto oportunidade para introdução de conceitos/abordagens inovadoras e fomentadoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas;
- Garantir eficácia à monitorização/avaliação - A Carta Educativa, enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- Mobilização dos atores-chave - Despoletar um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação. Momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes).

Face ao quadro de desafios identificado, foram observados aspetos metodológicos que permitiram ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam a um processo deste tipo, com destaque para:

- Participação de atores relevantes – Realização de reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- Abordagem holística e multidimensional - Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;
- Alargamento do perímetro do objeto - Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino, procurando opções de melhoria das condições existentes;
- Projeções populacionais para as estimativas de procura potencial - Utilização de projeções desenvolvidas no âmbito dos Censos de 2001 e 2011 para a análise prospetiva da evolução da procura;
- Recurso a informação de síntese - Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção

1.11. Metodologia de trabalho

O processo de trabalho conducente à Revisão da Carta Educativa suportou-se em várias abordagens e ferramentas metodológicas integradas e coerentes uma vez que a prossecução e sucesso dos objetivos propostos depende da robustez da metodologia.

Assim, o Roteiro Metodológico estruturou-se em fases sequenciais, que se subdividem em etapas que, por sua vez, procuraram responder a objetivos concretos por via da aplicação de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também temporalmente organizado de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

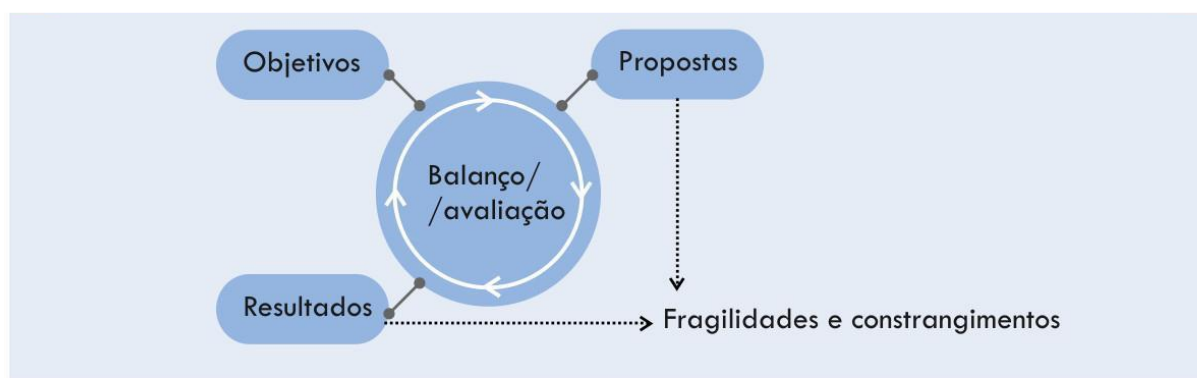
O recente exercício de Revisão do PDM constituiu também uma oportunidade para alargar o debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação local, contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional.

Assim, tornou-se possível antecipar um instrumento gerador de compromissos com um amplo conjunto de entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, permitindo ainda atribuir responsabilidades pelas intervenções preconizadas, bem como identificar as elegibilidades possíveis nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

O Roteiro Metodológico adotado contemplou duas fases: uma primeira de análise e avaliação da Carta Educativa atual, e uma segunda de revisão e atualização da mesma, incluindo a componente estratégica, programática e de monitorização e avaliação, à luz das mais recentes disposições legislativas sobre o tema.

A primeira fase teve como particular preocupação a avaliação da prossecução dos objetivos e do consequente grau de execução das propostas consagradas na Carta Educativa de 2007, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas, até à data de revisão.

Figura 6 – Organização da Fase 1 de Revisão da Carta Educativa de Sobral de monte Agraço



Fonte: Equipa Técnica

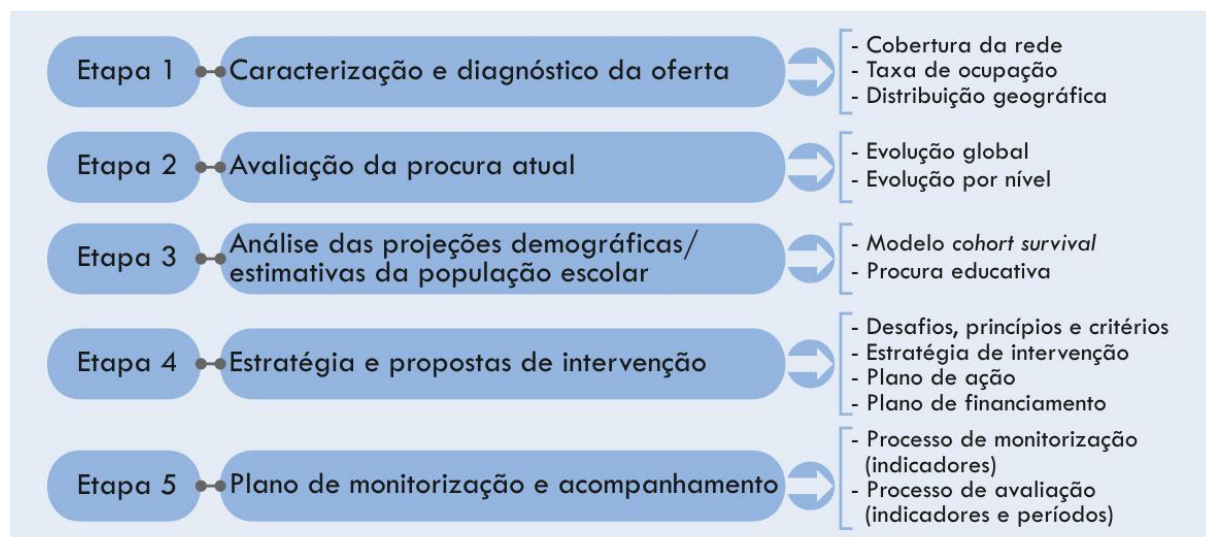
Esta primeira abordagem permitiu ainda detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos e antecipar situações que limitem a execução proposta no âmbito da Revisão, procurando maximizar a eficiência do “novo” programa de intervenção.

Relativamente à segunda fase, cujas etapas se encontram ilustradas na figura abaixo, o foco esteve colocado na revisão de conteúdos, principalmente considerando o facto de terem já decorridos 16 anos desde a elaboração da Carta Educativa, refletindo-se sobre:

- As tendências recentes e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes;
- A evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho;

- A necessidade de avançar com propostas, num quadro de oportunidade proporcionado pelo futuro período de programação de apoios comunitários;
- A oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos de apoio a crianças em jardins-de-infância;
- A oferta educativa no âmbito da aprendizagem ao longo da vida.

Figura 7 – Etapas da Fase 2 de Revisão da Carta Educativa de Sobral de monte Agraço



Fonte: Equipa Técnica

Nesta dimensão, sobretudo de diagnóstico e caracterização, a análise suportou-se em diversas ferramentas metodológicas, complementares. Assim, foi desenvolvido um processo de inquirição, suportado na recolha de múltiplas variáveis quantitativas e na avaliação de diversos parâmetros associados ao edificado escolar. Após a estruturação e a colocação dos inquéritos numa aplicação online, por estabelecimento e nível de ensino, os mesmos foram preenchidos pela Direção do Agrupamento de Escolas e/ou coordenadores/professores dos diversos estabelecimentos, incluindo da rede solidária (abril/maio de 2023). A Equipa muito agradece a disponibilidade e esforço dedicado ao processo. Num segundo momento, foram realizadas diversas entrevistas semiestruturadas, a alguns dos principais *stakeholders* locais, nomeadamente ao Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas e à direção do Agrupamento e do estabelecimento da rede solidária. Estas entrevistas permitiram aprofundar as temáticas centrais para o perímetro deste instrumento de planeamento, sobretudo associadas aos principais constrangimentos e debilidades da rede, desafios e prioridades de investimento, complementaridades e sinergias com outras dimensões de política pública. Ao longo do processo, em diversos momentos, efetuaram-se reuniões de trabalho com o executivo e técnicos do Município de modo a robustecer o conhecimento territorial (dinâmicas e perspetivas urbanas) e setorial e identificar as principais necessidades e prioridades de investimento.

Nestas etapas, com estes atores, foi ainda definida a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção e o Plano de Ação. Estes decorrem da sistematização das principais propostas apresentadas e ponderadas as opções alternativas e/ou complementares, sendo que no caso do Programa de Intervenção, é contemplado um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacte, bem como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado. Esta componente estratégica e de planeamento permite estabelecer prioridades de ação no horizonte da Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, considerando que a Carta Educativa é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2033/2034), sendo simultaneamente um

instrumento flexível criou-se um processo de monitorização e avaliação através de um conjunto de indicadores que visa validar as opções tomadas. Esses indicadores podem ser agrupados em dois tipos, concretamente, os indicadores de vertente macro (indicadores de contextualização) e os indicadores de vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacte, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

É importante sinalizar a importância que diversos atores assumiram para o robustecimento e melhoria da proposta técnica apresentada (Relatório Final Preliminar), nomeadamente através dos diversos contributos enviados pelos elementos que integram o Conselho Municipal de Educação.

(página propositadamente deixada em branco)

2. Análise e avaliação da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

2.1. Introdução

A Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço está em vigor desde 2007, ano da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

O desenvolvimento deste instrumento foi realizado por uma equipa interna da Câmara Municipal de Monte Agraço tendo envolvido também os vários atores relevantes da comunidade educativa municipal, através da operacionalização de diversos mecanismos de auscultação e momentos dedicados especificamente à sua participação.

A elaboração da Carta Educativa visava principalmente incrementar a qualidade do ensino no concelho, melhorar a oferta educativa e o desenvolvimento de crianças e jovens, tendo sido definidas diversas medidas de intervenção para responder a esses objetivos.

Considerando a amplitude de temas que concorrem para os desafios e objetivos em presença, foram identificadas medidas com características diferenciadas, motivando o seu agrupamento em duas dimensões centrais:

- I. Medidas de intervenção, correspondendo a ações direcionadas a intervenção e reorganização de infraestruturas de estabelecimentos educativos;
- II. Medidas de intervenção complementar, enquadrando ações de carácter imaterial, como a dinamização de cursos profissionais ou de cursos de educação e formação para adultos.

Face às características das medidas de intervenção complementares e à sua dimensão imaterial, a análise que se realiza sobre a execução da Carta Educativa centra-se apenas nas medidas de intervenção que previam intervenções físicas, assumindo o seu carácter estruturante para a implementação da Carta Educativa, nomeadamente para a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens.

Neste quadro, foi identificado um total de 8 medidas, distribuídas por 3 áreas de intervenção: i. o pré-escolar; ii. o 1.º ciclo do ensino básico com jardim-de-infância; e, o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com ensino secundário.

No âmbito da análise é realizada uma breve descrição de cada das medidas, identificando-se também os seus objetivos, concluindo-se sobre o seu grau de implementação.

Este exercício reveste-se de particular importância para o processo de Revisão da Carta Educativa em curso, pela identificação do nível de execução do instrumento em vigor, permitindo sinalizar e antecipar situações de potencial constrangimento ou relevar diferentes graus de prioridade, em função da trajetória ocorrida nos últimos anos.

2.2. Situação de partida e objetivos a alcançar

No âmbito da Carta Educativa (2007), foi realizada uma caracterização socioeconómica do concelho de Sobral de Monte Agraço, assim como as evoluções legislativas relacionadas com o sistema educativo. Esta análise permitiu

caracterizar e sinalizar constrangimentos e potencialidades em diversas dimensões relevantes, como a qualidade infraestrutural, a distribuição espacial dos equipamentos escolares, as taxas de escolarização e de cobertura ou o desenvolvimento do sistema educativo local.

Os conteúdos desenvolvidos na fase de diagnóstico foram estruturados numa perspetiva estratégica, dando origem a uma análise SWOT (*Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats*) que permitiu organizar as informações mais relevantes do diagnóstico em pontos fortes (recursos), pontos fracos (problemas), oportunidades (potencialidades) e ameaças.

Quadro 6 – Análise SWOT da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007)

Pontos Fortes / Recursos	Pontos Fracos / Problemas
- Taxa de cobertura dos 3 aos 5 anos de 66,79%; - Aumento da População Residente em Idade Escolar e Pré-Escolar; 1º CEB existente nas 3 Freguesias do Concelho; - Existência de escolas de proximidade; - EBI com boas infraestruturas; - Atividades de enriquecimento curricular para todo o 1º CEB; - Taxa de Ocupação da ES/3; - Existência de 2 CEF; - Iniciativas da comunidade local destinadas à população escolar (iniciativas da Biblioteca Municipal, Cineteatro, Rede Social); - Programa de Adaptação ao Meio Aquático para todos os alunos da educação pré-escolar; - Programa de Saúde Oral; - Programa de Prevenção e Desenvolvimento de Competências Sociais para o 1º e 2º CEB; - Programa de Intervenção Precoce; - Diversificação das soluções ao nível dos Transportes Escolares de modo a fazer face às necessidades dos alunos/famílias; - Psicóloga e Terapeuta da Fala da Câmara Municipal a darem apoio ao Pré-Escolar e 1º CEB; - Ensino e Formação de Adultos; - Conselho Municipal de Educação em funcionamento / Articulação entre Instituições.	- Inexistência de JI público na Vila-sede de concelho; - Baixa taxa de cobertura 0-2 anos; - Elevada taxa de ocupação dos JI públicos; - Componente de apoio à família a funcionar em apenas 1 JI; - Existência de horários duplos em 3 escolas do Concelho (EB1/JI de Almargem, EB1/JI Pontes Monfalim e EBI); 50% das EB1 são escolas de lugar único; - Taxas de ocupação no 1º CEB elevadas; 2º CEB a funcionar em horário duplo; - Inexistência de Pavilhão Gimnodesportivo na ES/3; - Pouca diversificação das ofertas educativas; - Nível de instrução da população; - Inexistência de SPO nas escolas; - Inexistência de Cursos de RVCC; - Escassez de oferta de CEF; - Inexistência de Cursos Profissionais; - Taxas de Insucesso e Abandono Escolares; - Escassez de Transportes Coletivos.

Oportunidades / Potencialidades	Ameaças
• Criação de JI público na Vila; • Criação de uma rede pública de berçários e creches (suporte à 1ª infância); • Aumento do número de salas de JI públicos; • Necessidade de criação de mais salas destinadas a 1º CEB (Centros Escolares); • Implementação da componente de apoio à família em todos os JI; • Transferência do 2º CEB para ES/3; • Viabilidade na ampliação da ES/3; • Criação de SPO do Concelho; • Dinamização de CEF, Cursos Profissionais e Cursos de Especialização Tecnológica (CET); • Dinamização de cursos EFA (Educação e Formação de Adultos); • Dinamização de cursos RVCC.	• Taxas de insucesso e abandono escolar; • Escassez de percursos escolares alternativos; • Financiamento dos projetos dependente do QREN e Ministério da Educação; • Escassez de transportes coletivos

Fonte: Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007)

Este quadro assumiu-se como ponto de partida para a definição e materialização de medidas e ações que, por um lado, permitissem potenciar os aspetos relacionados com os pontos fortes e oportunidades e, por outro, mitigassem as questões que ameaçavam ou enfraqueciam a situação educativa do concelho, à data.

Para esse efeito, foi consolidado o âmbito da operacionalização que as medidas a aplicar no âmbito da Carta Educativa deveriam atender. De modo a estruturar essa operacionalização, optou-se por uma organização por níveis de ensino:

- Educação Pré-Escolar
 - Aumentar o número de salas de educação pré-escolar público nas freguesias de Santo Quintino e Sapataria;
 - Criar estabelecimento de educação pré-escolar público na Freguesia de Sobral de Monte Agraço;
 - Criar um edifício para o Jardim-de-Infância de Pêro Negro;
 - Implementar a Componente de Apoio à Família em todos os estabelecimentos de educação pré-escolar.
- 1.º Ciclo do Ensino Básico
 - Reestruturar a oferta do 1.º CEB (diminuir o número de escolas com menos de 20 alunos e aumentar o número de salas disponíveis);
 - Aumentar o número de salas de 1º CEB em todas as freguesias do Concelho;
 - Passar o 1.º CEB das escolas EB1/JI de Almargem, EB1/JI de Pontes Monfalim e EBI para o regime de horário normal.

- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico
 - Passar o 2.º CEB a um regime de horário normal;
 - Aumentar o número de salas afetas ao 2.º e 3.º CEB.
- Ensino Secundário
 - Aumentar o número de salas afetas ao Ensino Secundário;
 - Criação do Pavilhão Gimnodesportivo da ES/3;

Verifica-se que um aspeto transversal aos vários níveis de ensino estava relacionado com o reforço da capacidade das infraestruturas, fosse por via do aumento de salas, fosse por via de novos equipamentos, o que indicava a existência de um desajuste entre as capacidades de resposta existentes face às dinâmicas de procura. Tal como se observava à data, a Carta Educativa (atualizada) é fundamental para acomodar as dinâmicas sociais e demográficas, garantindo que as potencialidades concelhias associadas ao capital humano são efetivamente aproveitadas.

Assim, e sem prejuízo da existência de medidas com maior especificidade, parte relevante das propostas da Carta Educativa estavam relacionadas com a construção de novos equipamentos, a ampliação de edifícios existentes e a alteração de tipologias.

2.3. Medidas de Intervenção Propostas

As medidas propostas estão patentes no quadro seguinte, organizadas em função da área de intervenção, da incidência da medida (equipamento) e do tipo de intervenção prevista, bem como do horizonte de implementação. A respeito desta última componente, considerando o ano de aprovação da Carta (2007) e o facto da maior parte das intervenções estar prevista para o ano letivo de 2008/2009, conclui-se pela efetiva necessidade e premência das medidas propostas. De facto, apenas duas ações ultrapassavam esse horizonte temporal (para o ano letivo seguinte 2009/2010), o que estaria relacionado com a maior complexidade inerente à sua execução.

Quadro 7 – Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007)

Área de Intervenção	Medida	Tipo de Intervenção	Previsão da execução
Pré-Escolar	1. Jardim-de-infância de Pêro Negro	• Construção de novo edifício para albergar o atual JI	2008 / 2009
	2. Alteração da tipologia da EB1 de Serreira	• Alterar a tipologia da EB1 de Serreira para EB1/JI de Serreira	2007 / 2008
1º CEB com JI	3. Centro Escolar da freguesia de Santo Quintino	• Ampliação da atual EB1/JI de Pontes de Monfalim com a construção de raiz de novas infraestruturas	2009 / 2010
	4. Ampliação da EB1/JI de Almargem	• Ampliação da EB1/JI de Almargem	2008 / 2009
	5. Centro Escolar da freguesia de Sapataria	• Criação de raiz de um novo estabelecimento de ensino, localizado na Sapataria e que substituiria a EB1 de Sapataria e JI de Sapataria	2009 / 2010
	6. Centro Escolar da freguesia de Sobral de Monte Agraço	• Alteração de tipologia da EBI para EB1/JI • Adaptação de algumas salas da EBI para JI	2008 / 2009
2º e 3º CEB e Ensino Secundário	7. Ampliação da ES/3 e alteração da tipologia da ES/3 para EB2,3/S	• Criação de mais 10 salas de aula. • Alteração de tipologia de ES/3 para EB2, 3/S	2008 / 2009
	8. Construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária	• Construção de raiz do pavilhão gimnodesportivo	2008 / 2009

Fonte: Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (2007)

2.4. Análise da execução

Identificado o perímetro de medidas que constituem as ações físicas direcionadas para o parque educativo concelhio, previstas em sede da Carta Educativa, a análise centra-se na avaliação da execução das medidas. Para este efeito, foram consultadas fontes de informação oficiais do município, nomeadamente o relatório de fundamentação da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, os boletins municipais, bem como análises à rede educativa existente atualmente.

A partir dessas abordagens é possível concluir que uma parte significativa das medidas foi executada, mas algumas ainda não foram implementadas e outras apenas o foram de forma parcial.

As medidas integralmente realizadas, foram a criação do Centro Escolar da Sapataria (que veio substituir a EB1 e o JI de Sapataria e que levou, posteriormente, ao encerramento dos estabelecimentos de Moitelas, Silveira e Serreira), a criação do JI de Pêro Negro e, no caso, da freguesia de Sobral de Monte Agraço, foi alterada a tipologia da EB1 para EB1/JI com a adaptação de algumas salas, para o pré-escolar. Destaque-se o facto de a alteração da tipologia da EB1 de Serreira se ter realizado (EB1/JI), mas o equipamento veio posteriormente a encerrar devido ao número muito reduzido de alunos.

As restantes medidas tiveram graus de execução diferenciados, sendo que em alguns casos não se implementaram as ações propostas de forma integral e, posteriormente, vieram mesmo a encerrar. É disso exemplo o Centro Escolar da Freguesia de Santo Quintino, atualmente JI Pontes de Monfalim, uma vez que não foram construídas novas infraestruturas (estava prevista a ampliação do estabelecimento), tendo sido apenas realizadas intervenções de melhoria em algumas componentes do equipamento, como nas instalações sanitárias, na sala polivalente e na área envolvente. Atualmente apenas funciona o pré-escolar no estabelecimento.

Também no caso da ES/3, que previa a criação de novas salas, ocorreu apenas a alteração de tipologia para EB2,3 /S, sem a respetiva ampliação, tendo sido realizadas algumas intervenções de remodelação para acolher os alunos do 2.º CEB.

Finalmente, no caso da prevista ampliação da EB1/JI de Almargem (passaria a acolher alunos de Casais, cujo estabelecimento encerrou), apenas se realizaram obras na área de refeitório e cozinhas, pelo que se considera esta ação parcialmente executada (o equipamento veio posteriormente a encerrar devido ao número muito reduzido de alunos).

A construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária não se concretizou, recorrendo-se ao pavilhão do Monte Agraço Futebol Clube (utilização enquadrada por protocolo), mantendo-se a pertinência desta medida.

Sublinhe-se que no atual instrumento de planeamento e operacionalização de apoios comunitários (Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para a Região do Oeste 2014-2020), apontam-se as prioridades definidas para o parque escolar, nomeadamente no que respeita à requalificação/reabilitação dos equipamentos existentes. O projeto “Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Pêro Negro”, que compreende a requalificação e ampliação das atuais instalações da Escola Básica, e o projeto “Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino”, com o objetivo de reabilitar e modernizar as instalações escolares, foram os elementos estruturantes e estruturadores das novas opções de desenvolvimento educativo municipal, cujos projetos de execução se encontram atualmente em curso.

Quadro 8 – Balanço da Implementação das Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

Área de Intervenção	Medida	Situação	Execução
Pré-Escolar	1. Jardim-de-infância de Pêro Negro	Concretizada.	Implementada
	2. Alteração da tipologia da EB1 de Serreira	Concretizada (posteriormente o equipamento veio a encerrar).	Implementada
1º CEB com JI	3. Centro Escolar da freguesia de Santo Quintino	Não foi criado o Centro Escolar. Realizadas pequenas intervenções de melhoramento na EB1/JI Pontes Monfalim. Posteriormente, deixou de disponibilizar o 1º ciclo do ensino básico (atualmente apenas JI).	Parcialmente implementada
	4. Ampliação da EB1/JI de Almargem	Não foi realizada a ampliação. Realizadas algumas intervenções de melhoramento (posteriormente o equipamento veio a encerrar).	Parcialmente implementada
	5. Centro Escolar da freguesia de Sapataria	Concretizada.	Implementada
	6. Centro Escolar da freguesia de Sobral de Monte Agraço	Parcialmente concretizada. Alterada a tipologia da EB1 para EB1/JI (adaptação de algumas salas, para pré-escolar)	Parcialmente implementada
2º e 3º CEB e Ensino Secundário	7. Ampliação da ES/3 e alteração da tipologia da ES/3 para EB2,3/S	Tipologia alterada, estabelecimento remodelado para acolher o 2.º CEB, embora sem ampliação.	Parcialmente implementada
	8. Construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária	Não concretizada.	Não implementada

Fonte: Equipa técnica

2.5. Síntese conclusiva

O grau de execução das medidas propostas na Carta Educativa apresenta sucesso moderado, sendo que apenas 3 das 8 medidas foram totalmente executadas (correspondendo a um nível de execução de 37,5%).

Destaque-se o facto de uma medida (pavilhão gimnodesportivo) não ter sido implementada. As restantes 4 medidas tiveram execução parcial (em alguns casos, posteriormente, os estabelecimentos vieram a encerrar, por falta de alunos – Almargem e Pontes de Monfalim, neste último, apenas o 1º CEB), não tendo atingido a plenitude dos objetivos que nortearam a sua priorização na Carta Educativa.

Esta situação reflete, em parte, a complexidade que envolve o planeamento e a programação de equipamentos educativos, assim como a existência de vários constrangimentos que obstaram à execução das soluções identificadas. As dinâmicas sociais/demográficas e económicas (capacidade de investimento/financiamento disponível), bem como dos normativos e enquadramentos legais que presidem à organização do sistema de educação, são dimensões que estão sujeitas a mudanças nem sempre enquadradas nos horizontes temporais de definição dos quadros de investimento.

O processo de revisão terá necessariamente de ter em conta estes potenciais constrangimentos, procurando que as medidas a propor se suportem em fundamentos objetivos, quer do ponto de vista da sua exequibilidade, quer do ponto de vista da sua relevância e importância no curto, médio e longo prazo. É fundamental que a revisão envolva os agentes territoriais e sectoriais relevantes de modo que o grau de convergência entre todas as partes interessadas seja o mais elevado possível, contribuindo para uma maior execução do plano de intervenção.

O processo de monitorização é igualmente relevante neste contexto, pelo que importa criar um sistema de monitorização e avaliação que permita efetuar a validação das opções tomadas e reajustar, adequada e atempadamente, as propostas preconizadas, contribuindo para a prossecução dos objetivos e para o desempenho do quadro propositivo da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço.

3. Enquadramento territorial

3.1. Introdução

O presente capítulo procura identificar e descrever a situação territorial de referência para a Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço. Para este efeito, são analisados indicadores e domínios relevantes para a organização do sistema municipal de ensino. Não se pretende uma caracterização exaustiva das dinâmicas ou tendências municipais, mas sim proceder a uma análise de síntese da evolução territorial do concelho nas temáticas relevantes para a Carta Educativa (a oferta e procura educativa, dimensões-chave para o instrumento, serão aprofundadas em capítulos específicos).

A informação analisada está dependente de vários fatores, nomeadamente a data da sua recolha ou o nível de desagregação.

Por outro lado, e no âmbito do processo de revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, a Câmara Municipal dispõe de vários documentos caracterizadores das dinâmicas territoriais que são igualmente relevantes, pela sua pertinência, qualidade e atualidade, sendo utilizados sempre que possível nos exercícios de contextualização. Além destes, são também analisados dados provenientes de fontes oficiais cujo grau de atualização os torne pertinentes para o tema em análise, sendo disso exemplo os Anuários Estatísticos Regionais, da autoria do INE, que, em alguns casos, permitem dar sequência às tendências identificadas a partir dos dados censitários, cujos impactes sejam apenas notórios após 2011.

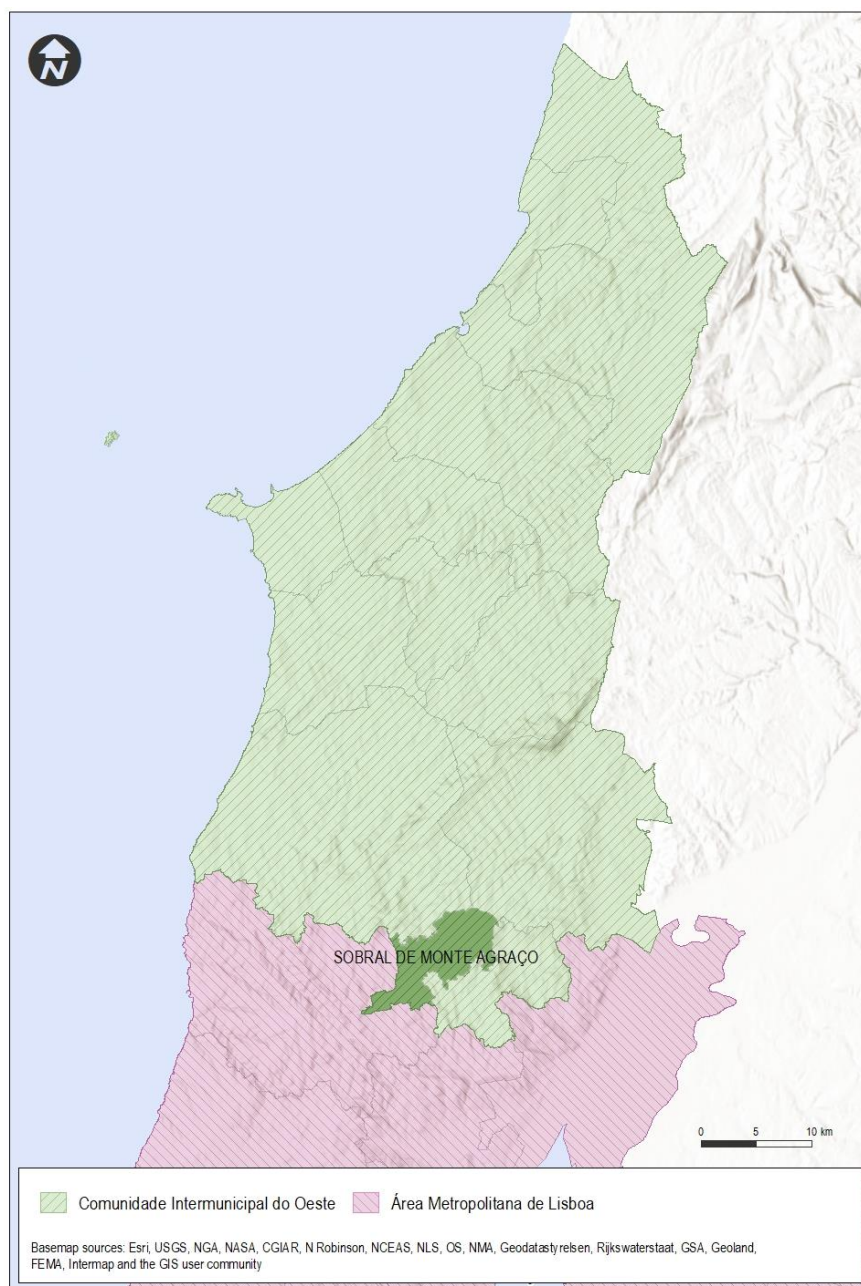
Paralelamente, as análises territoriais têm por base a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), nomeadamente a NUTS III Oeste, sendo estabelecidas as necessárias análises de enquadramento com a Região Centro (NUTS II em que se insere o concelho), bem como com a Área Metropolitana de Lisboa, com a qual o Sobral de Monte Agraço estabelece várias relações de teor económico e social e que importa observar. Assim, os domínios a analisar neste ponto são:

- Inserção territorial;
- Sistema urbano municipal;
- Situação demográfica;
- Perfil socioeconómico municipal
- Situação educativa.

3.2. Inserção territorial

A área de inserção territorial do concelho de Sobral de Monte Agraço está diretamente relacionada com várias dinâmicas sociais e territoriais que por sua vez resultam em processos de reação e ajustamento ao desenvolvimento dos territórios envolventes. De acordo com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT), o território onde se insere Sobral de Monte Agraço tem vasto património natural e assinalável riqueza de recursos, sendo estes a base do sistema natural regional, do tecido económico, social e da rede policêntrica de centros urbanos.

Figura 8 – Enquadramento territorial de Sobral de Monte Agraço



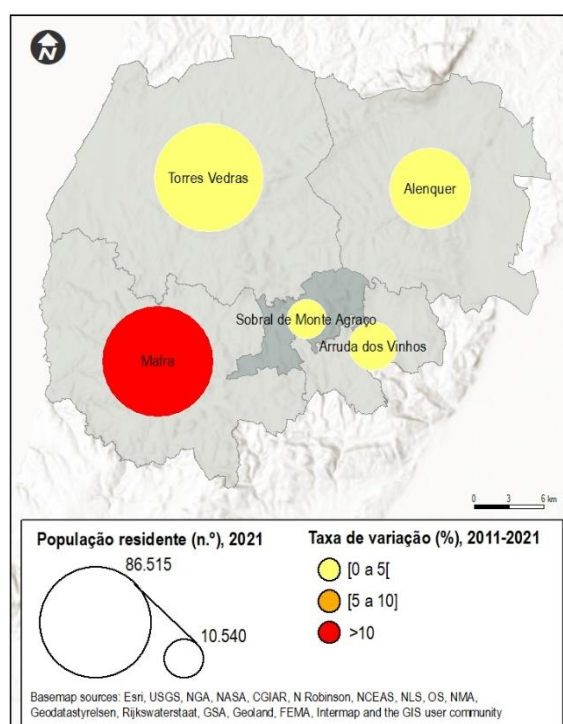
Do ponto de vista administrativo-estatístico, Sobral de Monte Agraço está enquadrado na sub-região Oeste que, por sua vez integra a Região Centro. Não obstante, dada a sua proximidade à Área Metropolitana de

Lisboa, reforçada pelo atravessamento do território concelhio por eixos rodoviários importantes no contexto das acessibilidades metropolitanas (A8) e a proximidade a outros (A10), tem-se estabelecido uma certa interdependência com este território, traduzida, por exemplo, por movimentos pendulares com alguma intensidade. Por este motivo, Sobral de Monte Agraço enquadra-se no “Eixo de conectividade com a AML”.

Efetivamente, esta proximidade imediata a um território de características particulares ao nível nacional, resulta num conjunto de articulações que podem constituir oportunidades ou constrangimentos para o desenvolvimento e dinamismo interno do concelho. Se, por um lado, a proximidade a um território que se constitui como o principal polo económico e social nacional, constitui uma oportunidade de articulação económica e social e de rejuvenescimento populacional, por outro lado, pode resultar numa pressão crescente sobre a habitação e na intensificação das deslocações pendulares, resultando numa maior exigência dos equipamentos e respostas sociais, especialmente aqueles com um papel relevante em matéria de compatibilização entre a vida familiar e profissional.

Ainda devido ao seu posicionamento no arco metropolitano, Sobral de Monte Agraço estabelece também forte inter-relação com os territórios de proximidade, nomeadamente os concelhos de Torres Vedras, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Mafra, uma vez que estes também são afetados pelos processos de metropolização que ocorrem na AML, o que situa Sobral de Agraço num sistema complexo de relacionamentos internos e externos.

Figura 9 – Dinâmica demográfica nos concelhos envolventes entre 2011 e 2021



Fonte: INE

Do ponto de vista territorial e demográfico, Sobral de Monte Agraço tem menor dimensão espacial e populacional face aos concelhos vizinhos, especialmente se comparado com Torres Vedras, Alenquer e Mafra.

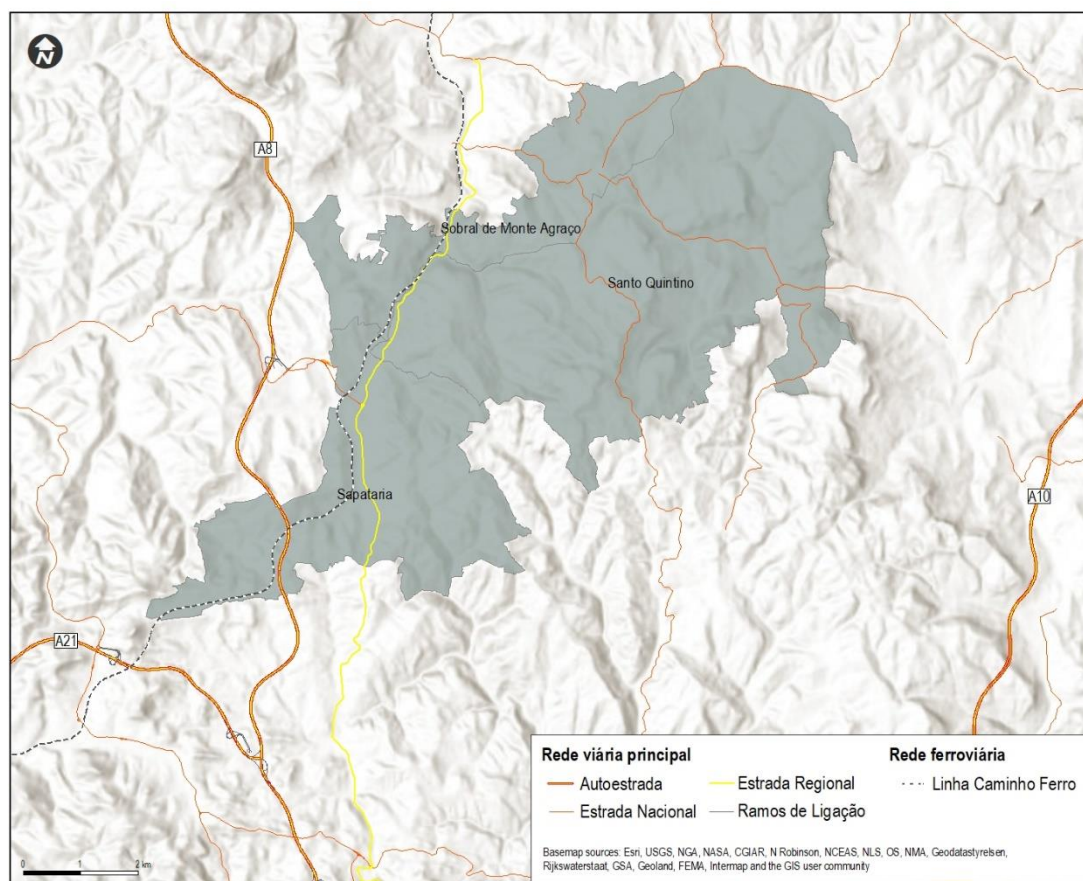
Sobral de Monte Agraço apresenta um ligeiro aumento populacional entre 2011 e 2021, subindo dos 10.156 para os 10.540 habitantes, o que corresponde a um aumento percentual de 3,78%.

Nos concelhos vizinhos de Arruda dos Vinhos, Alenquer, Torres Vedras (sub-região Oeste) e Mafra (AML) verifica-se também uma tendência de crescimento, entre os 2,7% e os 4,5% nos concelhos do Oeste, e os 12,82% no caso de Mafra, em que ocorre um maior aumento populacional, para os 86.515 habitantes.

Note-se ainda que Sobral de Monte Agraço apresenta tendência semelhante à observada na sub-região do Oeste, que apresentou um ligeiro ganho populacional de 0,27%, para 363.511 habitantes. Como já referido, esta dinâmica populacional não será alheia a proximidade à AML que, enquanto território com grande capacidade de polarização social e económica, é gerador de importantes dinâmicas demográficas que se estendem pelas áreas envolventes.

Esta situação é também influenciada pela rede de infraestruturas de comunicação existentes, representadas na figura 10. Em matéria de acessibilidades, a presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, a A8 (na área sul do concelho) e a A10, no concelho de Arruda dos Vinhos, reforça a posição de interface que Sobral de Monte Agraço desempenha entre a sub-região Oeste e a AML, já que a ligação entre estes territórios está estruturada em função destas infraestruturas. Ao nível sub-regional, destaca-se a EN115, a EN248 e a EN374, responsáveis pela distribuição do tráfego pelas 3 freguesias que integram o concelho, estabelecendo as ligações com a rede viária local.

Figura 10 – Infraestruturas de comunicação regionais



Fonte: Equipa técnica

Finalmente, identifica-se ainda a presença da linha ferroviária do Oeste, com 3 estações localizadas no concelho (Zibreira, Pero Negro e Sapataria). Porém, a baixa procura desta linha verificada atualmente não lhe confere um papel estruturante na atração ou distribuição de pessoas. Não obstante, face às intenções de modernização anunciadas e ao ganho de visibilidade da ferrovia no contexto dos financiamentos

provenientes dos fundos comunitários, é possível que a linha do Oeste venha a readquirir um papel mais relevante no futuro.

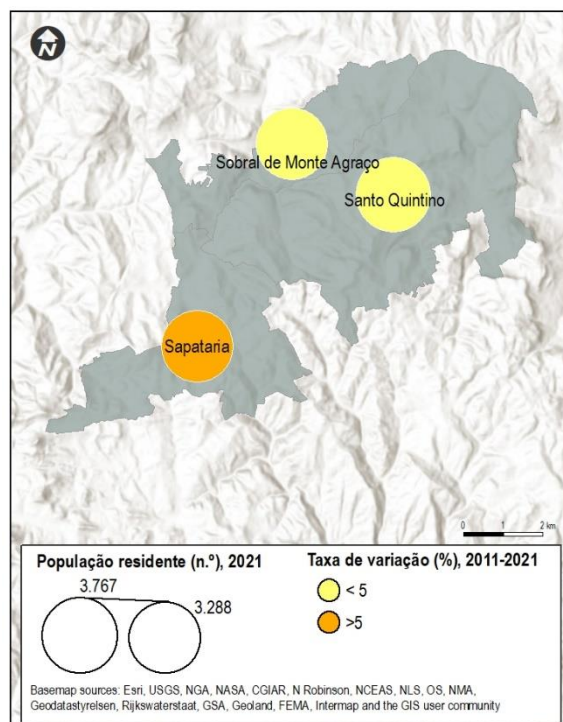
Por outro lado, deve destacar-se o facto de, quer a linha do Oeste, quer a A8, se situarem no sector poente do concelho, pelo que essa área beneficia de maior facilidade de acesso a estas infraestruturas de comunicação. Esta situação é particularmente notória no caso da A8, cujo único ramal de acesso do concelho se situa na freguesia da Sapataria.

Ao nível interno, o território de Sobral de Monte Agraço está distribuído por 3 freguesias, nomeadamente, as Santo Quintino, Sapataria e Sobral de Monte Agraço.

Em 2021, à semelhança do que acontecia em 2011, a distribuição da população do concelho ocorre de forma relativamente equilibrada entre as 3 freguesias. A freguesia de Santo Quintino é a que regista um maior efetivo populacional, com 3.767 habitantes (35,7% do total), sendo também a que tem maior dimensão territorial. Apresenta características de maior ruralidade face às demais, refletindo-se na presença de núcleos de menor dimensão e numa tipologia de povoamento mais dispersa. Na freguesia de Sobral de Monte Agraço, onde também se encontra o maior aglomerado urbano do concelho, residem 3.485 habitantes (33,1% do total). Já a freguesia da Sapataria é a que tem um menor efetivo populacional, com 3.288, a que correspondia 31,2% do total de residentes no concelho nesse ano, principalmente distribuído entre as localidades da Sapataria e Pêro Negro.

Não obstante uma análise mais detalhada à dinâmica populacional de cada freguesia no ponto específico da demografia, os dados relativos ao período compreendido entre 2011 e 2021 (representados na figura 11), a freguesia da Sapataria foi a que apresentou taxa de variação populacional mais significativa, com um aumento de 8,2%. Pelo contrário, a freguesia de Santo Quintino registou a taxa de crescimento mais baixa, ainda que positiva (1,65%), sendo que Sobral de Monte Agraço teve um acréscimo populacional de 2,32%.

Figura 11 – Taxa de variação populacional por freguesia, entre 2011 e 2021



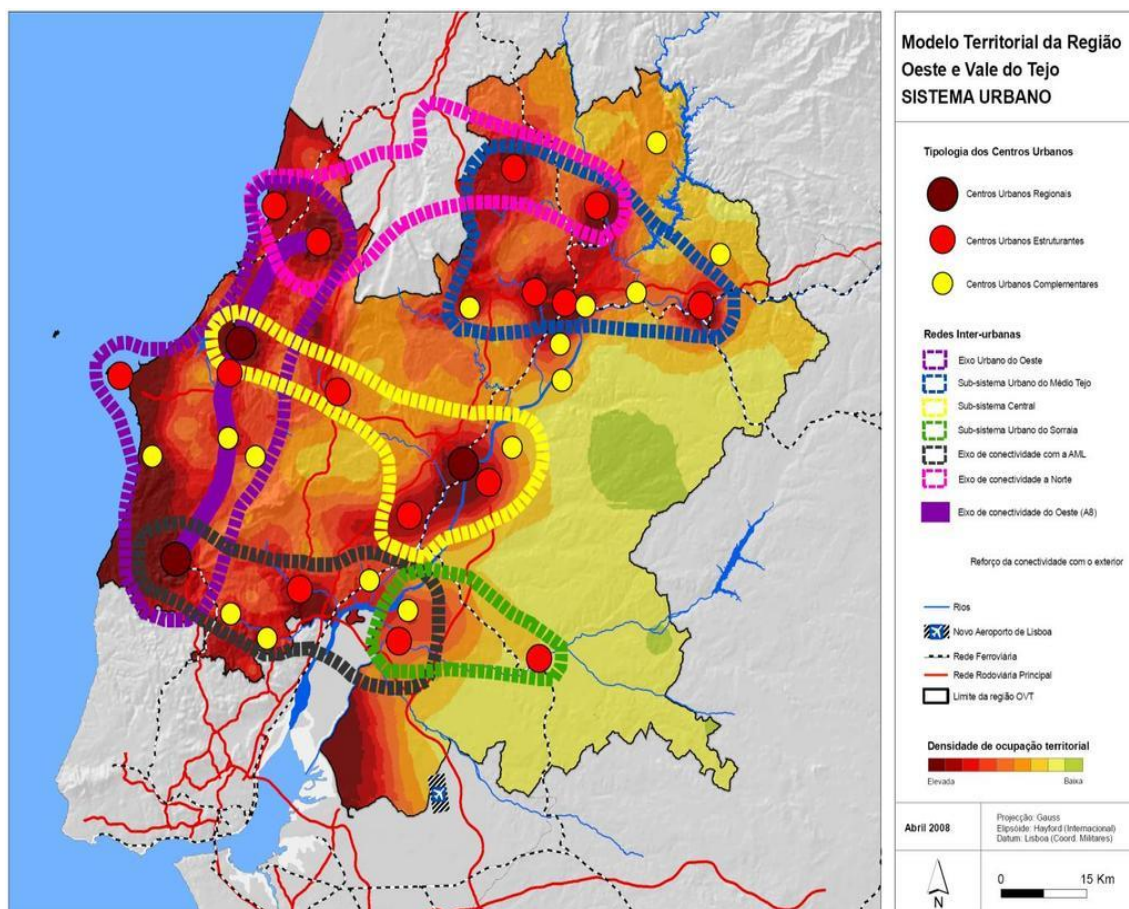
Fonte: INE

3.3. Sistema urbano municipal

As características territoriais de Sobral de Monte Agraço refletem as dinâmicas que determinaram os sistemas sociais e económicos de referência da região em que se insere.

O PROT OVT identifica Sobral de Monte Agraço como centro urbano complementar, aos quais estão associadas funções urbanas pouco diversificadas, ainda que fundamentais para sustentar a coesão territorial e a consolidação de redes de proximidade.

Figura 12 – Sistemas urbanos do Modelo Territorial do PROT OVT



Fonte: PROT OVT, 2009

Quando considerada uma análise suportada nos padrões de uso do solo, o mesmo Plano localiza o concelho na unidade territorial “Oeste Interior Sul”, que abrange ainda o concelho de Arruda dos Vinhos e parte dos concelhos de Torres Vedras e Alenquer.

Nesta unidade predominam as características agrícolas, sendo que as ações de urbanização decorrem principalmente de processos de metropolização, relacionados com o surgimento de novas acessibilidades que permitiram a sua consolidação, ainda que de forma dispersa, resultando da organização a partir de casais.

Ainda assim, os centros urbanos existentes, de que é exemplo a vila de Sobral de Monte Agraço, apresentam-se concentrados bem como os territórios urbanos adjacentes. É ainda notória uma tendência construtiva ao longo de eixos viários que veio fragmentar os tecidos agroflorestais, indiciando também

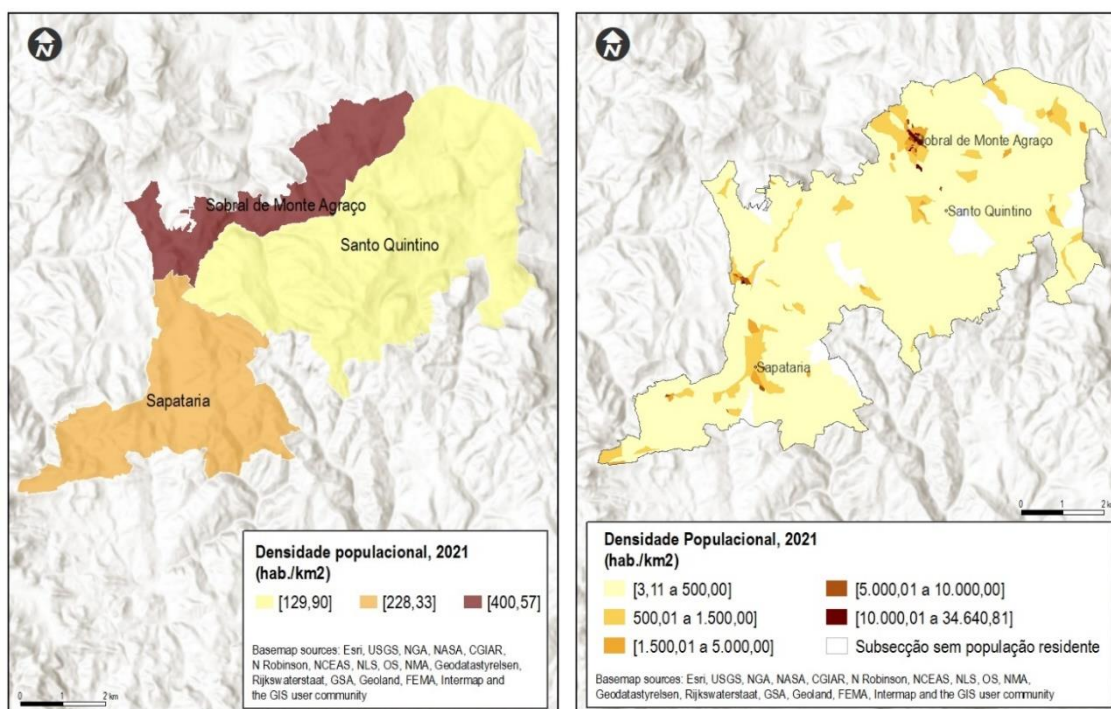
alguma perda de importância da atividade silvícola. Verifica-se ainda a presença de algumas instalações industriais e agropecuárias que capitalizam as características agrícolas da generalidade do território de Sobral de Monte Agraço, assim como uma maior disponibilidade de espaço para a sua implantação e operação.

Conclui-se que, no atual enquadramento urbano regional, o concelho de Sobral de Monte Agraço desempenha um papel complementar na estruturação do território do Oeste. Em todo o caso, a proximidade à AML e a existência de vias de comunicação faz com que se constitua como uma área de expansão natural e alternativa para a localização de equipamentos, infraestruturas e atividades.

Relativamente à densidade de ocupação populacional, o valor concelhio de Sobral de Monte Agraço, em 2011, era de 194,9 habitantes por km², valor superior ao da Região Centro (82,6) e da sub-região Oeste (163,3), ainda que bastante inferior ao observado na AML (935,9).

No entanto, em 2021, a região Centro registou uma diminuição da densidade populacional, para 79,0 e a sub-região Oeste quase manteve a sua densidade, 163,7. Porém, Sobral de Monte Agraço e a AML registaram uma subida para 202,3 e 951,9. Esta situação indicia mais uma vez, potenciais contrastes entre Sobral de Monte Agraço e a região e sub-região em que está administrativamente inserida.

Figura 13 – Densidade populacional em Sobral de Monte Agraço, por freguesia e por subsecção estatística, em 2021



Fonte: INE

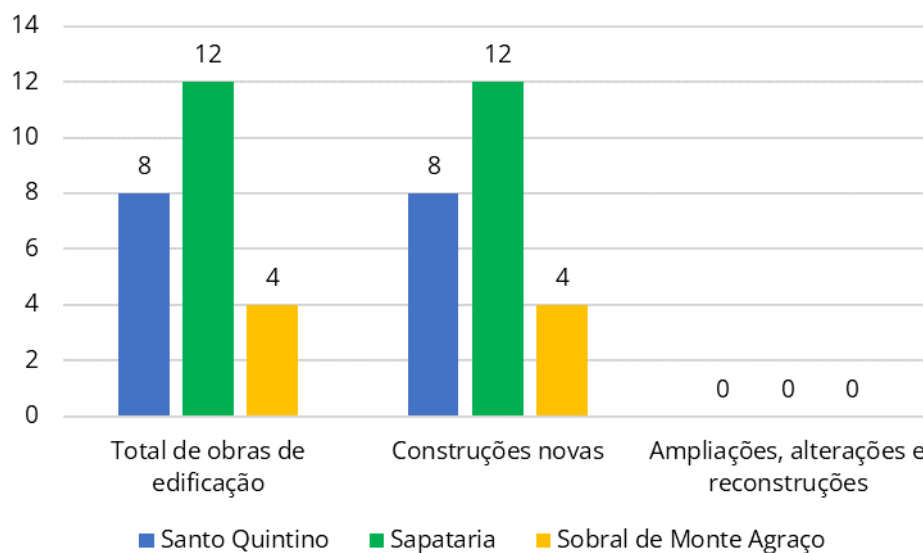
Ainda que seja um concelho com uma dimensão territorial relativamente reduzida, é notória alguma diversidade na densidade da sua ocupação, existindo diferenças relevantes entre as várias freguesias, destacando-se Sobral de Monte Agraço, com 400,6 habitantes/km², seguida de Sapataria (228,3) e Santo Quintino (129,9). Parte destas diferenças pode ser explicada pela dimensão territorial diferenciada das freguesias. A freguesia de Sobral de Monte Agraço é a de menor dimensão (8,7 km²) mas também a que tem maior efetivo populacional, o que resulta numa densidade populacional superior. Pelo contrário, Santo

Quintino (29 km²) ocupa mais de metade da área do concelho, o que contribui para um valor de densidade populacional mais baixo. A freguesia da Sapataria tem uma área de 14,4 km².

Relativamente à dinâmica construtiva no concelho, dados relativos às novas edificações em 2019, indicam um total de 16 obras de construção concluídas, a maioria destinada a habitação familiar (12). Os valores de 2019 estão em linha com os valores dos anos imediatamente anteriores, sendo inferiores aos verificados no início do século em que as novas construções se situavam na ordem das 60 (2005) a 70 edificações (2003). Dados mais recentes, de 2021, confirmam uma ligeira recuperação do dinamismo construtivo, com um total de 24 obras concluídas, todas elas novas construções.

Entre estas, metade ocorreu na freguesia da Sapataria, 8 em Santo Quintino e apenas 4 em Sobral de Monte Agraço. Esta distribuição da dinâmica construtiva representa uma inversão do verificado no início do século, já que era para obras em Santo Quintino que se verificava uma maior emissão de alvarás de construção. As construções para fins habitacionais são as que prevalecem no total de construções registadas.

Figura 14 – Novas construções concluídas em Sobral de Monte Agraço, em 2021



Fonte: INE

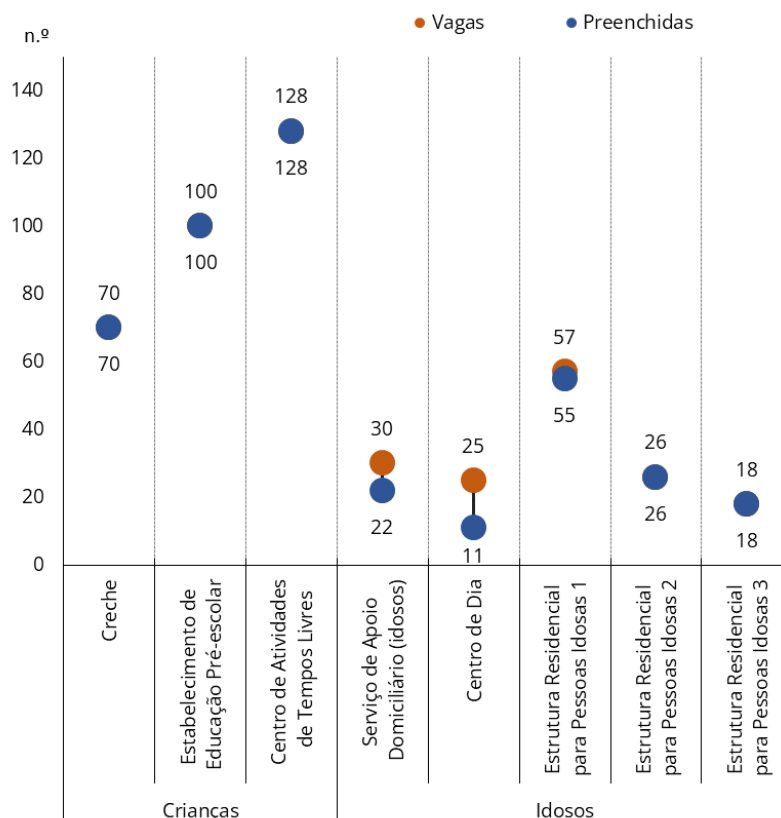
Em termos de gestão territorial municipal, o regulamento do PDM de Sobral de Monte Agraço, determinou a criação de 6 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, nomeadamente, planos de urbanização para a vila de Sobral de Monte Agraço, Pêro Negro, Sapataria, área industrial proposta de Seramena e área industrial proposta da Espinheira, bem como um plano de pormenor para a zona a preservar da vila de Sobral de Monte Agraço.

Porém, de acordo com o relatório de fundamentação da revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, apenas se verificaram desenvolvimentos nas áreas industriais propostas, nomeadamente, um estudo de ordenamento para a execução de infraestruturas na Espinheira e um estudo prévio de urbanização na Seramena. Em nenhuma das situações se verificou a realização de plano formal, pelo que as intenções determinadas pelo PDM não se executaram. Não obstante, face ao processo de revisão em curso, esta situação poderá sofrer alterações.

Ainda em matéria de infraestruturização social, o papel dos equipamentos sociais é fundamental, especialmente se considerado o apoio que prestam ao quotidiano das famílias, com respostas para os

vários ciclos de vida, com níveis de diferenciação variados. Na figura 13, estão presentes dados relativos a algumas tipologias de resposta para crianças e idosos existentes no concelho, com dados, provenientes do sítio *online* da Carta Social, extraídos em maio de 2023. Relativamente à primeira infância, existia uma creche e um centro de atividade de tempos livres (ATL), ambos localizados na freguesia de Sobral de Monte Agraço, com capacidade para, respetivamente, 70 e 128 utentes, encontrando-se com todas as vagas ocupadas.

Figura 15 – Equipamentos sociais de Algumas tipologias para Crianças e Idosos, vagas e utentes, em maio de 2023



Fonte: Sítio online da Carta Social

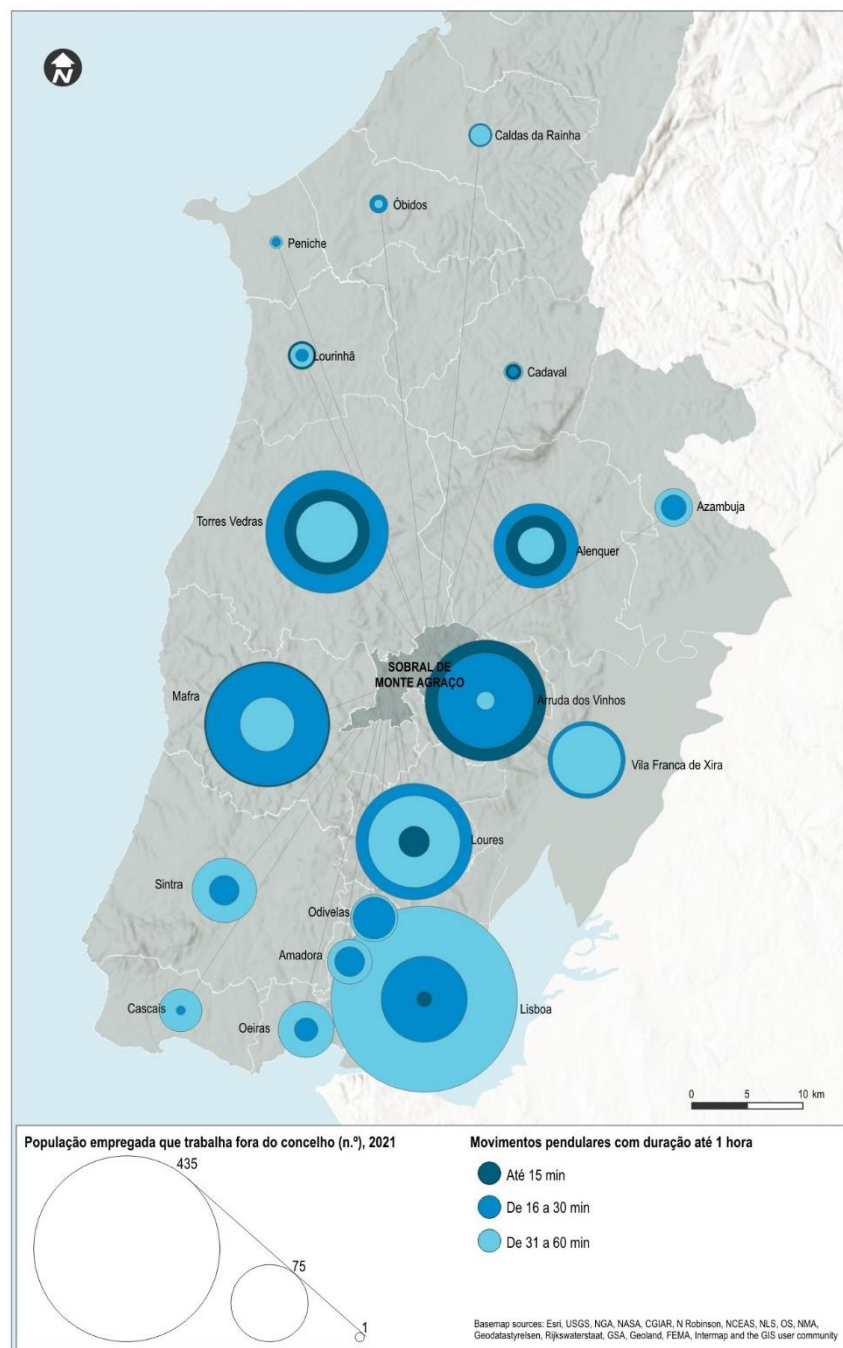
Já relativamente aos equipamentos sociais para idosos, destaque-se a existência de 3 Estruturas Residenciais para Idosos, com uma capacidade total para 101 utentes, das quais duas se encontram localizadas em Sobral de Monte Agraço e uma em Santo Quintino. Em maio de 23 encontrava-se com uma taxa de ocupação de 98%.

Neste âmbito, note-se que o Plano de Desenvolvimento Social previa, até dezembro de 2019, o aumento da taxa de cobertura da resposta social “creche” por via da instalação de um equipamento na Sapataria, o que não sucedeu até ao momento. Esta situação pode constituir um fator de entrave ao desenvolvimento social do concelho, implicando um esforço acrescido por parte das famílias. Esta situação pode ainda ser mais relevante num contexto em que as deslocações pendulares têm um papel importante.

Como já referido, a localização limítrofe do concelho no contexto da sub-região Oeste e especialmente da AML, faz com se estabeleçam relações de articulação e proximidade com esse território. Esta situação tem efetivamente reflexos no padrão de movimentos pendulares da população empregada e estudante.

Dados dos Censos de 2021, indicam que, dos 6.905 habitantes do concelho⁴ empregados ou estudantes, 3.549 (a que corresponde uma proporção de 51%), tinham o seu local de trabalho ou estudo situado noutro concelho. Destes, a população empregada representa 78% das deslocações para outros municípios e a população estudante, os restantes 22%. Os concelhos para onde mais residentes se deslocavam para estudar ou trabalhar eram Lisboa (823), Mafra (525), Torres Vedras (490) e Arruda dos Vinhos (416).

Figura 16 – Movimentos pendulares diários, da População Empregada, em Sobral de Monte Agraço e escalão de duração, 2021



Fonte: INE

⁴ Incluindo trabalhadores e estudantes no estrangeiro ou sem local de trabalho/estudo fixo.

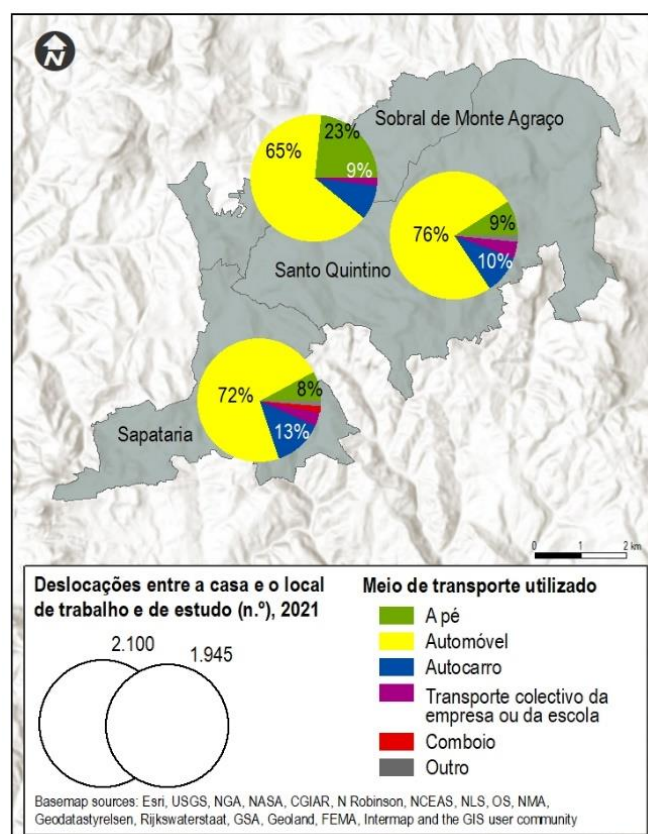
O facto de mais de metade da população trabalhar ou estudar fora do concelho tem também implicações no tempo despendido na sua deslocação.

Se considerados os trabalhadores e estudantes que desenvolvem a sua atividade no concelho de Sobral de Monte Agraço, conclui-se que 80% demora até 15 minutos a chegar ao seu local de trabalho ou estudo. No entanto, no caso daqueles que trabalham fora do concelho, esse valor desce para 24%, prevalecendo escalões de distância tempo superiores. Efetivamente, 36% dos que trabalham ou estudam fora do concelho gastam 16 a 30 minutos em deslocações sendo que 34% passam entre 31 minutos a 1 hora na sua deslocação pendular diária. Distâncias superiores a uma hora representam apenas 6% do total.

Igualmente indissociável deste padrão pendular é o meio de transporte usado para realizar o movimento pendular (figura 17), sendo que o automóvel particular (usado enquanto condutor ou passageiro) é o principal meio de transporte de 4.434 residentes, o que corresponde a 71,1% do total, seguido da deslocação a pé (817), e do autocarro (644).

A importância da utilização do automóvel é maior na freguesia de Santo Quintino. Na freguesia sede de concelho as deslocações a pé assumem a importância mais elevada de todo o concelho (23% do total).

Figura 17 – Meio de transporte usado nos movimentos pendulares em Sobral de Monte Agraço, em 2021

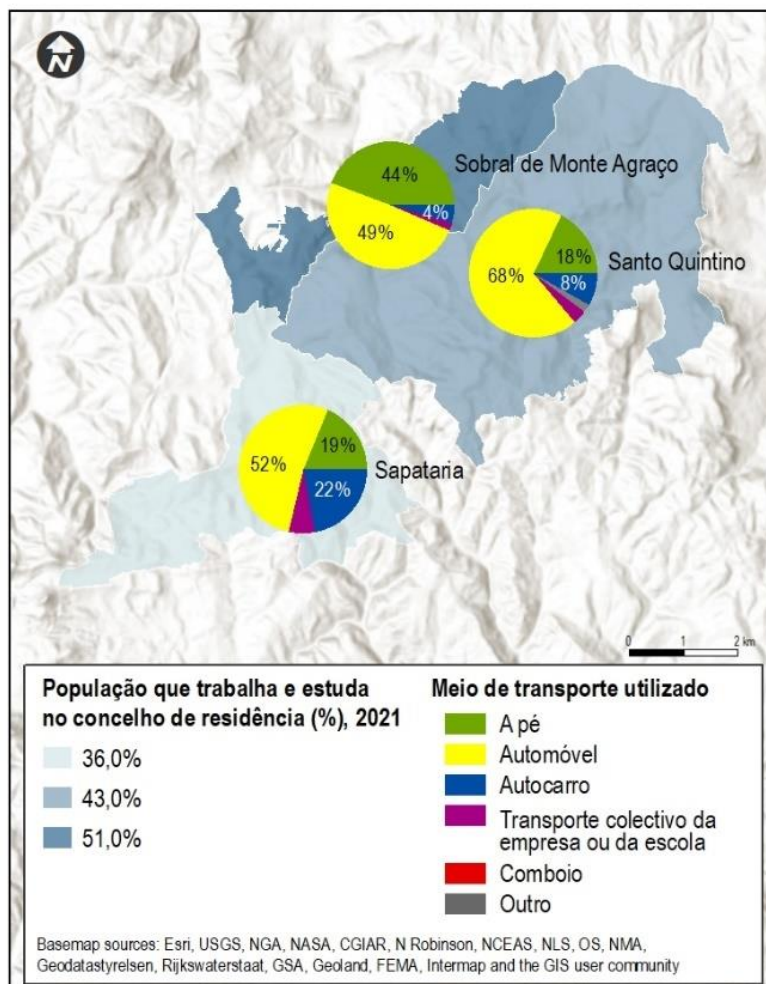


Fonte: INE

Ao nível interno, a diversidade de características sociais e económicas de cada uma das freguesias está também refletida no padrão de deslocações dos seus residentes. Os dados relativos ao universo

populacional que trabalha ou estuda dentro e fora do concelho, assim como o meio de transporte utilizado, estão ilustrados nas figuras seguintes.

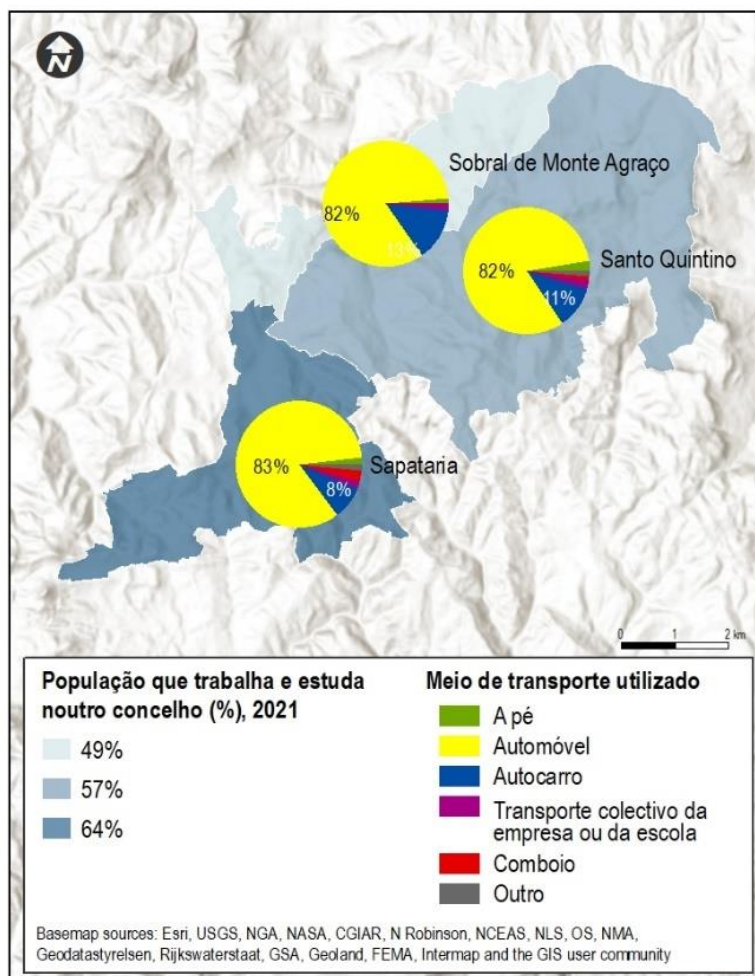
Figura 18 – Movimentos pendulares no interior do concelho, a partir das freguesias de Sobral de Monte Agraço e meio de transporte utilizado, em 2021



Fonte: INE

Nas deslocações pendulares intraconcelhias (na freguesia de residência ou noutra freguesia do concelho) o automóvel era o meio de transporte mais utilizado, ainda que, como referido, na freguesia de Sobral de Monte Agraço a proporção de população que se deslocava a pé era relevante (44%). A prevalência do automóvel acentua-se no caso das deslocações pendulares para fora do concelho, com uma representatividade sempre acima dos 80%, sendo que o recurso ao autocarro e aos meios de transporte coletivos da entidade empregadora ou escola ganham maior importância.

Figura 19 – Movimentos pendulares para fora do concelho, a partir das freguesias de Sobral de Monte Agraço e meio de transporte utilizado, em 2021



Fonte: INE

Esta situação comprova que a inserção territorial de Sobral de Monte Agraço influi de forma direta no padrão de movimentos pendulares, estabelecendo-se várias articulações com os territórios vizinhos e até mais distantes (como por exemplo o concelho de Lisboa), por via das relações laborais ou escolares e académicas.

Por outro lado, ressaltam também diferenças entre as freguesias, pelo que as dinâmicas de relacionamento entre o local de trabalho/estudo e de residência têm expressão diferenciada no território concelhio.

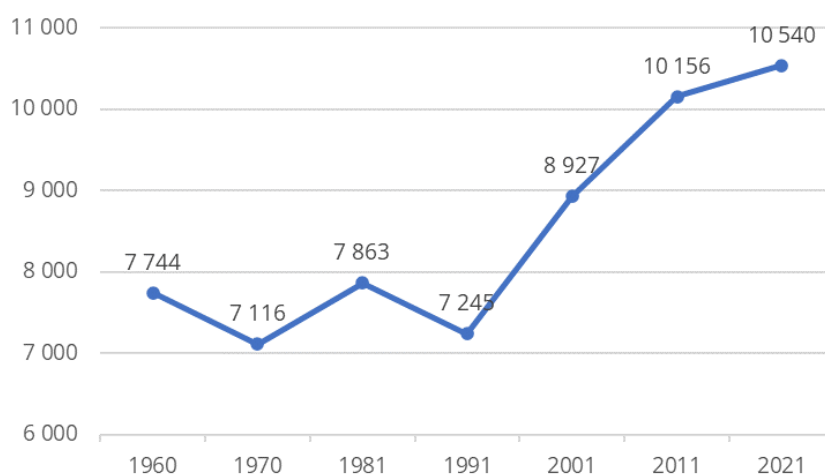
Desta forma, é expectável que surjam necessidades e expectativas também distintas, o que pode influir na infraestruturação territorial e na distribuição dos equipamentos educativos, sociais e de apoio às famílias.

3.4. Situação demográfica

A evolução do dinamismo demográfico de Sobral de Monte Agraço pode ser dividida em 3 fases distintas (figura 20). Os dados do INE relativos ao período compreendido entre 1960 e 2021 ilustram algumas oscilações no efetivo populacional, com períodos de ganho e perda intercalados, até 1991.

Esta situação de alguma indefinição foi invertida em 1991, ano a partir do qual se registou um crescimento “intenso” até 2001, com uma taxa de crescimento superior a 23% e entre 2001 e 2011, cerca de 14%. Entre 2011 e 2021 as estatísticas refletem um crescimento populacional contínuo, ainda que com menor intensidade face ao ocorrido nos dois decénios anteriores (3,8%). Em 2021, residiam no concelho 10.540 pessoas.

Figura 20 – Evolução populacional em Sobral de Monte Agraço entre 1960 e 2021

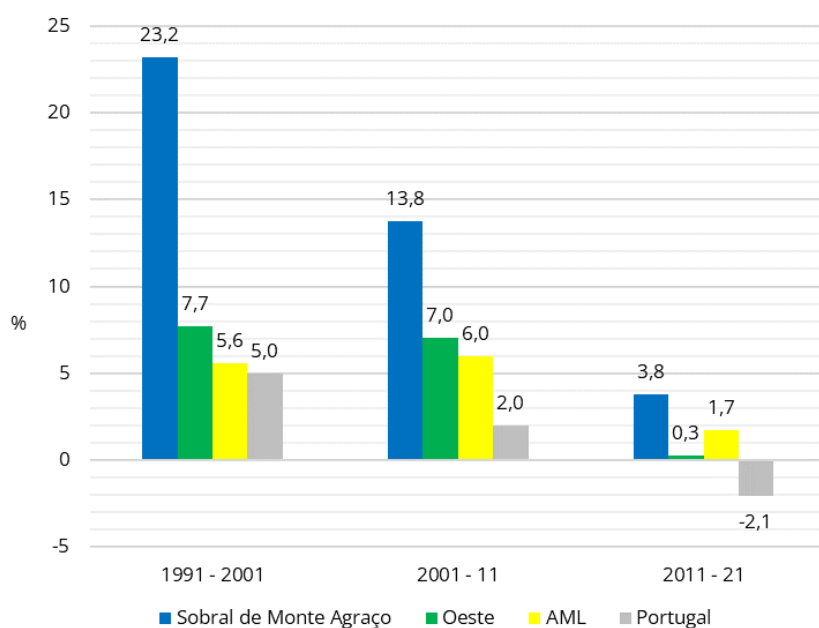


Fonte: INE

Em termos comparativos (figura 21), a dinâmica demográfica observada no mais recente período é contrastante com a verificada na sub-região Oeste, cuja população cresceu apenas 0,3%, e a nível nacional, em que a população decresceu -2,1%. Contudo, o crescimento observado entre 1991 e 2001 em Sobral de Monte Agraço é bastante superior, que relativamente ao ocorrido ao nível nacional, na AML e na sub-região Oeste.

Efetivamente, Sobral de Monte Agraço, nos vários períodos em causa, apresenta uma tendência de crescimento superior à observada nos territórios em comparação. Recentemente é notória uma perda de fulgor dessa dinâmica, ao passo que noutras unidades se verifica já um decréscimo populacional.

Figura 21 – taxa de variação da população residente, entre 1991 e 2021

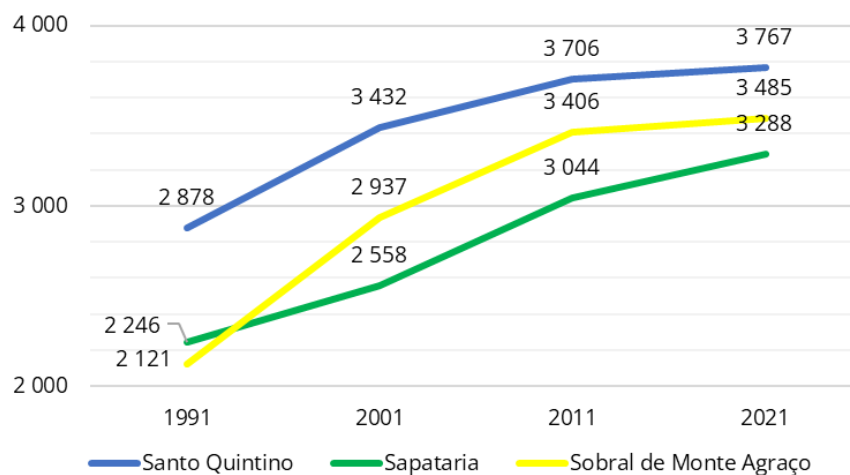


Fonte: INE

A tendência de crescimento populacional está também patente em todas as freguesias do concelho. Como se pode observar na figura 22, no período entre 1991 e 2001, a freguesia de Sobral de Monte Agraço era a que tinha a taxa de crescimento mais relevante, na ordem dos 39%. Já entre 2001 e 2011 destacou-se a freguesia da Sapataria, com um aumento de 19%, tendo sido a freguesia com maior crescimento. A freguesia de Santo Quintino persiste como a mais populosa, com 36% da população residente, em 2021, ainda que nas últimas décadas tenha registado os aumentos relativos mais baixos.

Em termos territoriais, considerando o último período intercensitário, a dinâmica de maior crescimento da freguesia da Sapataria (8% na última década), face às restantes, pode estar relacionada com a proximidade a eixos rodoviários relevantes, como a A8, que facilitam a sua conexão à AML, permitindo aprofundar o inter-relacionamento entre esta freguesia e as áreas envolventes. Assim, é admissível que a dinâmica populacional observada se mantenha, permitindo que o seu total de residentes se aproxime do das demais freguesias do concelho.

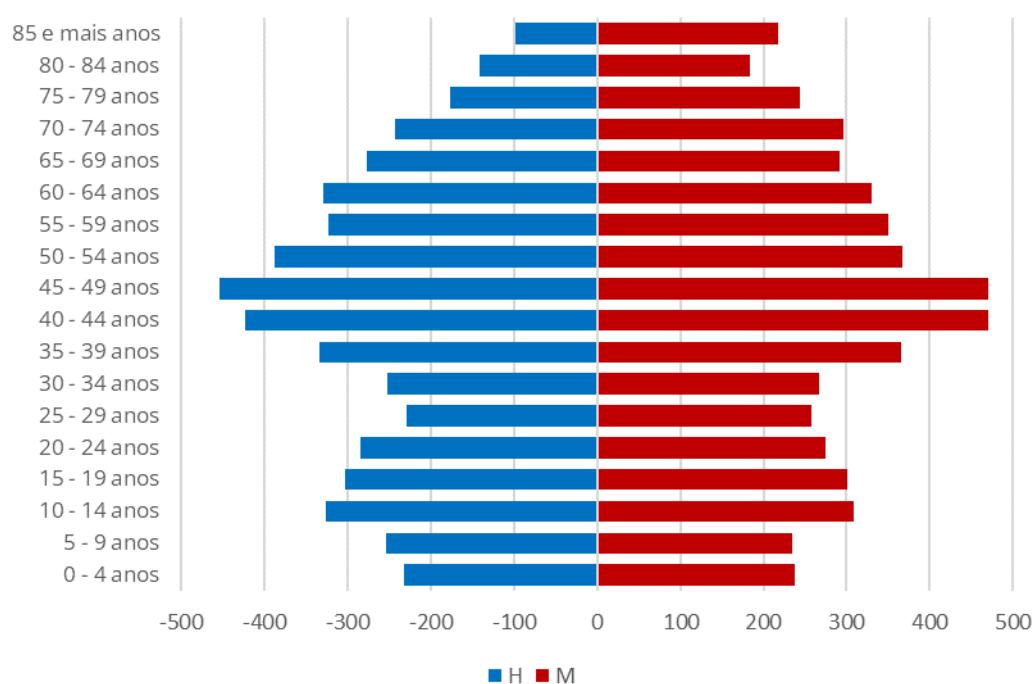
Figura 22 – Evolução demográfica, por freguesia, entre 1991 e 2021



Fonte: INE

As pirâmides etárias do concelho e freguesias com base nos dados dos Censos de 2001, 2011 e 2021, permitem ilustrar as mudanças ocorridas na estrutura demográfica, retratando a dinâmica populacional interna desagregada por vários grupos etários homogêneos. Ao nível concelhio, destaca-se o alargamento da base da pirâmide, correspondente ao aumento do número de indivíduos com idade até aos 15 anos. Verificou-se também um aumento das classes etárias correspondentes aos escalões etários intermédios, o que se justifica principalmente pela atração e fixação de novos residentes provenientes de outros concelhos.

Figura 23 – Pirâmide etária do Concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021

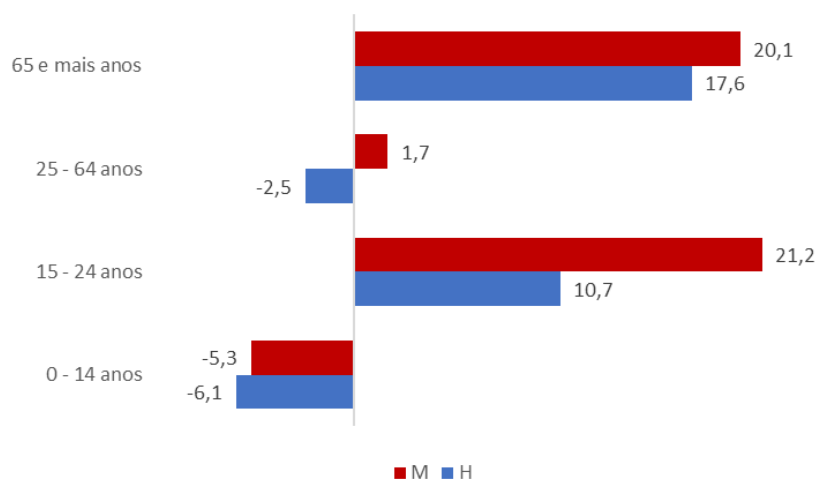


Fonte: INE

Em termos genéricos, a pirâmide do concelho reflete o aumento populacional verificado entre 2001 e 2021, ocorrido principalmente pelo acolhimento de população adulta, que por sua vez podem ter contribuído para aumentar o efetivo das classes etárias mais jovens, por via da natalidade ou por se fazerem acompanhar por crianças e jovens nessa migração. Não obstante, o aumento da proporção da população idosa foi também uma realidade, refletindo os processos de envelhecimento populacional transversalmente presentes em quase todos os territórios do país.

Em 2021, a pirâmide do concelho mostra-se muito envelhecida (figura 23), com o aumento da população com idade superior a 65 anos e uma menor capacidade de rejuvenescimento por força da diminuição do número de crianças.

Figura 24 – Taxa de variação da população residente, por sexo e grupo etário, entre 2011 e 2021



Fonte: INE

Em termos intra-concelhios, as pirâmides etárias das freguesias do concelho (figura 25 e figura 26) refletem igualmente algumas das mudanças ocorridas no período em causa, principalmente no caso da Sapataria, como resultado de um aumento populacional mais intenso, que torna mais notórias essas alterações.

É notório um aumento transversal das classes etárias entre os 30 e 50 anos, destacando-se também o alargamento das classes etárias na base, contribuindo para o rejuvenescimento populacional. Porém, em síntese, a tendência que se verifica é a de um aumento da população em idade ativa e dos idosos, resultante do envelhecimento populacional e da entrada de novos residentes.

Figura 25 – Pirâmides etárias das Freguesias de Sobral de Monte Agraço, em 2001 e 2011

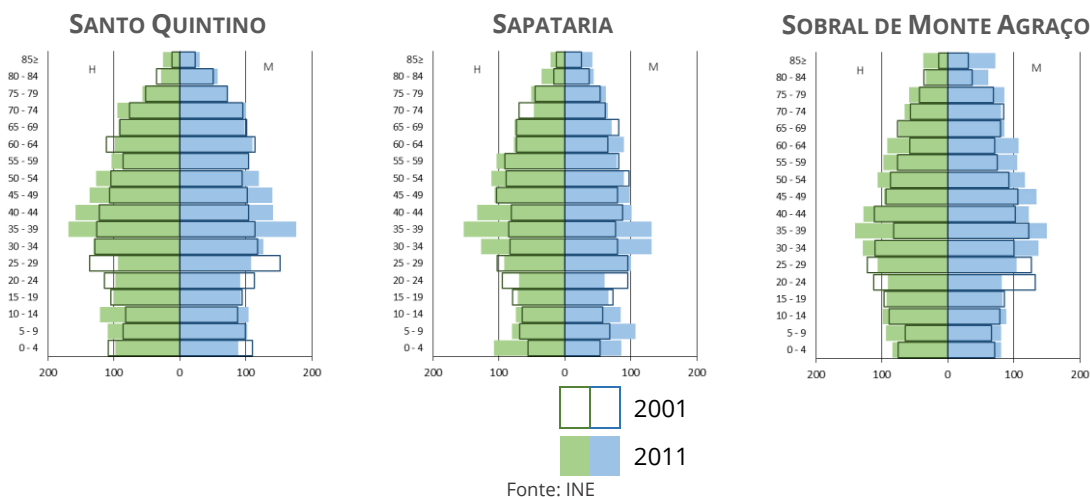
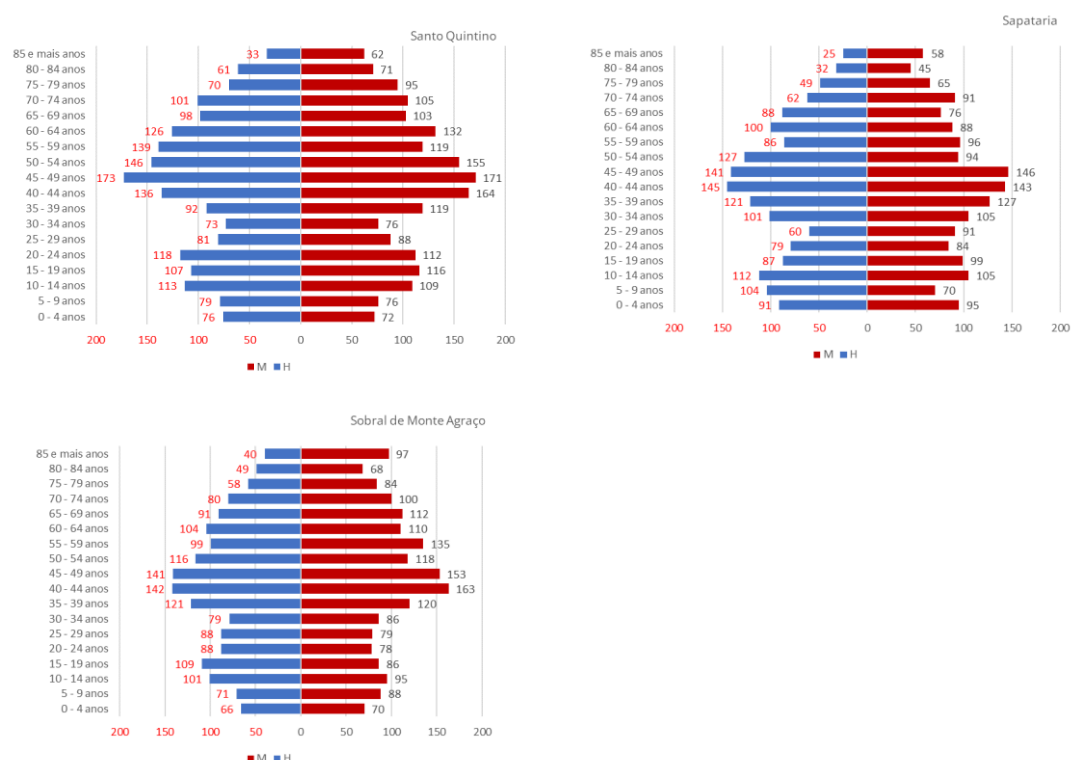


Figura 26 – Pirâmides etárias das Freguesias de Sobral de Monte Agraço, em 2021



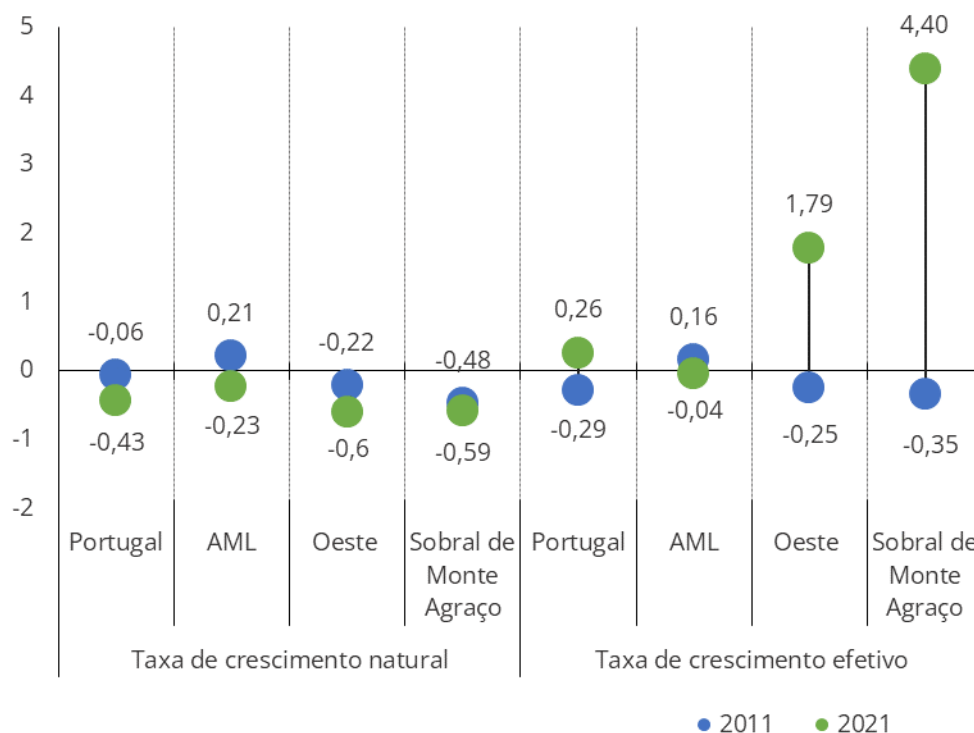
Fonte: INE

Estes dados refletem o período de maior crescimento populacional, tornando-se igualmente relevante identificar de que forma os indicadores demográficos têm evoluído, principalmente no atual período intercensitário, interpretando sinais indicativos das tendências demográficas concelhias atuais.

Dados de 2021 relativos à taxa de crescimento efetivo (figura 27) apontam para um aumento populacional de 4,4%, superior ao observado nos territórios de inserção regional (AML -0,04%; Oeste 1,79%), bem como ao nível nacional (0,26%). Isto representa uma inversão face à situação verificada em 2011, ano em que a taxa de crescimento efetivo dos territórios era negativa, à exceção da AML. Sobral de Monte Agraço apresenta um valor que indicia uma situação de crescimento populacional contínuo.

Por outro lado, destaque-se o facto de a taxa de crescimento natural, que resulta do saldo natural (natalidade e mortalidade), apresentar valores negativos para os dois horizontes temporais em análise em todas as regiões, mais uma vez com exceção da AML, que apresentou o saldo positivo em 2011. Saliente-se também que todas as unidades territoriais tiveram um agravamento da situação observada em 2011, com o número de óbitos a ser superior ao de nascimentos.

Figura 27 – Taxa de crescimento natural e crescimento efetivo, em 2011 e 2021 (n.º)



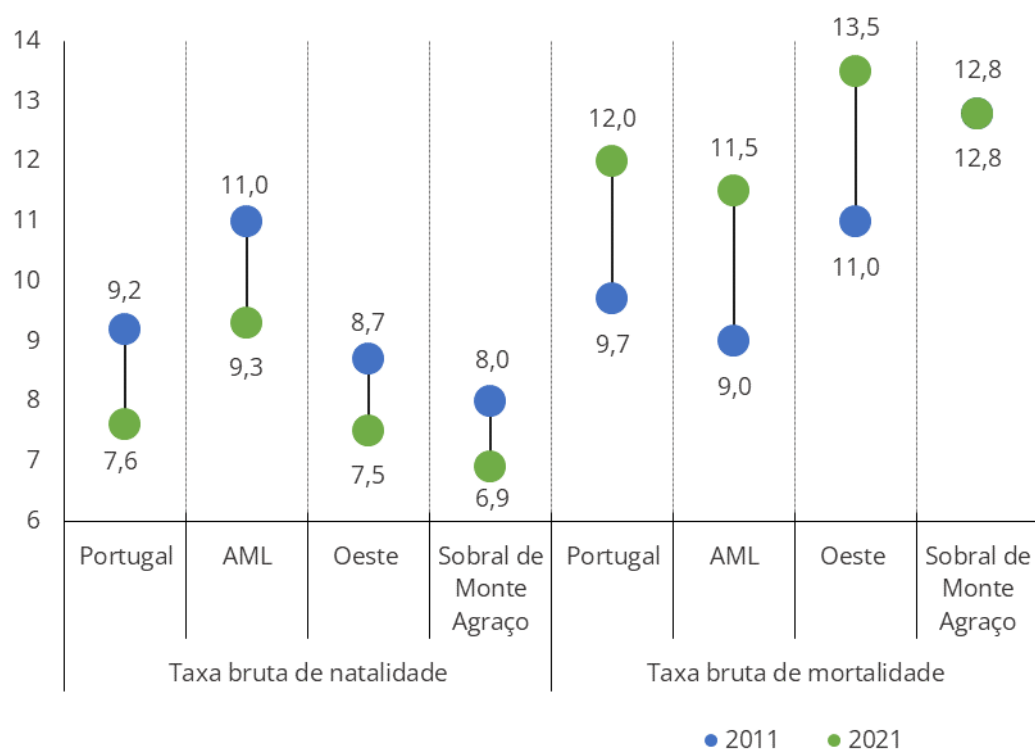
Fonte: INE

Uma vez que a dinâmica de crescimento natural apresenta valores que correspondem a uma maior prevalência da mortalidade sobre a natalidade, não permitindo, por essa via, o aumento verificado em termos populacionais, conclui-se que o crescimento populacional observado está principalmente relacionado com a atração e fixação de novos residentes, resultado de fluxos migratórios para o concelho.

Efetivamente, os dados da taxa bruta de mortalidade e natalidade (figura 28), para além de determinarem parte da dinâmica populacional, refletem também mudanças na estrutura populacional interna.

Em matéria de natalidade, Sobral de Monte Agraço apresenta igual tendência às demais unidades territoriais em análise. Em 2021 os valores são inferiores aos de 2011. Ainda assim, em Sobral de Monte Agraço foi onde essa redução foi menos significativa, diminuindo 1,1‰. Esta situação pode estar relacionada com a atração de população jovem adulta e em idade fértil, contribuindo para que em Sobral de Monte Agraço o número de nascimentos não registe um abrandamento tão significativo como o observado nos outros territórios.

Figura 28 – Taxa Bruta de Natalidade e Mortalidade, em 2011 e 2021 (‰)



Fonte: INE

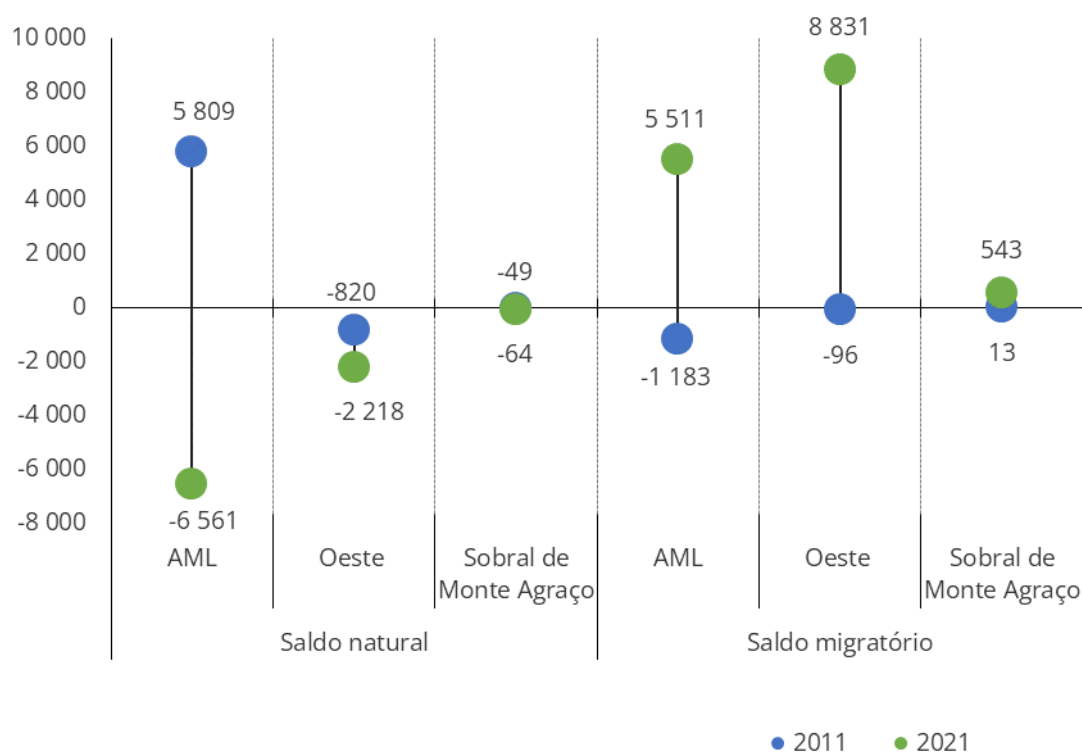
Também na taxa bruta de mortalidade ocorreram algumas alterações. Em 2011, Sobral de Monte Agraço tinha o valor mais elevado (12,8‰), mantendo-se em 2021, uma taxa apenas superada pela do Oeste (13,5‰).

Efetivamente, Sobral de Monte Agraço foi a única unidade de análise em que este indicador não aumentou, o que se deverá principalmente ao aumento populacional.

Os dados absolutos do saldo natural e saldo migratório (figura 27), reforçam a dinâmica de crescimento populacional suportada na atração e fixação de população exterior ao concelho. Ainda que o saldo natural também apresente um agravamento ligeiro entre 2011 e 2021, passando de -49 para -64, o saldo migratório apresenta em ambos os momentos valores positivos, destacando-se o facto de, em 2021, o valor observado ter sido bastante superior ao observado em 2011 (13 e 543, respetivamente).

Ao nível regional, no Oeste, o saldo natural teve também um impacte negativo na dinâmica populacional, sendo que o saldo migratório se apresenta sempre superior ao saldo natural, compensando o menor número de nascimentos.

Figura 29 – Saldo natural e saldo migratório, em 2011 e 2021



Fonte: INE

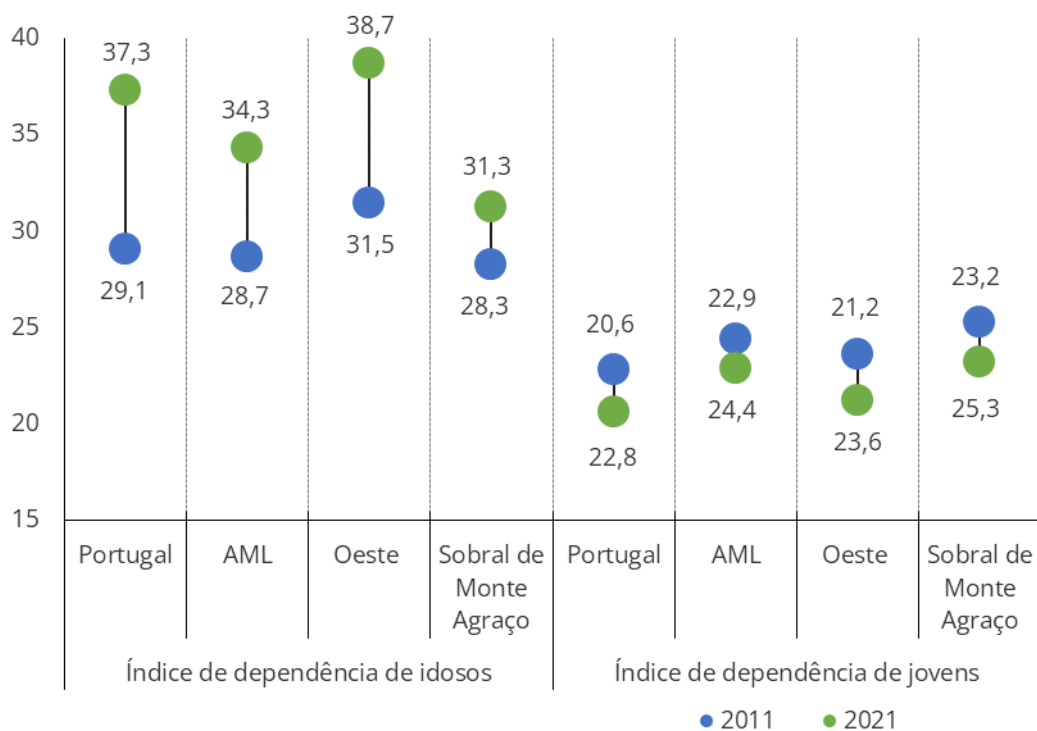
Finalmente, destaque-se ainda o índice de dependência de idosos e de jovens (figura 30) que relaciona o número de residentes em idade ativa (15 a 64 anos) com os residentes com idade igual ou superior a 65 anos, no caso dos idosos, e com aqueles com idade igual ou inferior a 14 anos, no caso dos jovens.

No caso do índice de dependência de idosos, de 2011 para 2021, ocorreu um aumento transversal a todas as unidades territoriais em análise. Em Sobral de Monte Agraço, a subida foi de 28,3 para 31,3, a mais baixa do conjunto em causa, o que se justifica pelo aumento da população em idade ativa e deste compensar parcialmente a tendência de crescimento da proporção de população idosa.

Contudo, relativamente ao índice de dependência de jovens não se verifica uma melhoria da situação em 2021 face a 2011. Sobral de Monte Agraço passou de 25,3 jovens com até 14 anos de idade por cada 100 residentes em idade ativa para 23,2, valor ligeiramente superior ao da média nacional (20,6) e ao da sub-região Oeste (21,2).

A evolução destes indicadores reflete-se também no índice de dependência total, sendo que neste caso Sobral de Monte Agraço passou de 53,5, em 2011, para 54,4, em 2021.

Figura 30 – Índice de Dependência de Jovens e de Idosos, em 2011 e 2021



Fonte: INE

Os dados e indicadores apresentados permitem concluir pela existência de um certo dinamismo populacional em Sobral de Monte Agraço, assente na entrada de novos residentes, o que tem vindo a permitir o aumento populacional, principalmente dos escalões etários correspondentes à idade ativa, contribuindo para que a trajetória verificada entre 1991 e 2011 se mantenha em 2021, ainda que com menor intensidade.

Esta situação tem permitido um equilíbrio entre a proporção da população em idade ativa e a população idosa, além de possibilitar o surgimento de população jovem, como resultado dos novos residentes trazerem consigo crianças e jovens ou por poderem vir a ter filhos.

Ainda assim, esta dinâmica tem apresentado um padrão territorial diferenciado, sendo principalmente evidente na freguesia da Sapataria, o que se justifica pela existência de um universo populacional inicialmente mais reduzido, refletindo de forma mais imediata as alterações provocadas pelo dinamismo demográfico concelhio.

Finalmente, destaque-se o facto de Sobral de Monte Agraço apresentar um índice de renovação de população ativa com uma diminuição de 94,3, em 2011, para 87,2, em 2021, o que significa que a relação entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (com idade entre os 20 e os 29 anos) e aquela que está a sair (entre 55 e 64 anos) se está a desequilibrar em favor dos mais velhos, o que reduz o potencial de renovação da população ativa.

Relativamente à estrutura familiar, os agregados domésticos privados aumentaram no último período intercensitário (+5,6%), destacando-se a freguesia da Sapataria com um aumento de 8%.

Os 4075 agregados domésticos privados existentes (famílias clássicas) no concelho em 2021, a maioria (33%) era constituída por 2 pessoas. Os agregados com uma pessoa representavam 23%, a segunda classe

de dimensão mais significativa. Esta constitui a principal alteração face a 2011, as famílias unipessoais ganharam maior peso (+124 famílias do que em 2011). As 884 famílias compostas por 3 pessoas são a terceira tipologia mais comum.

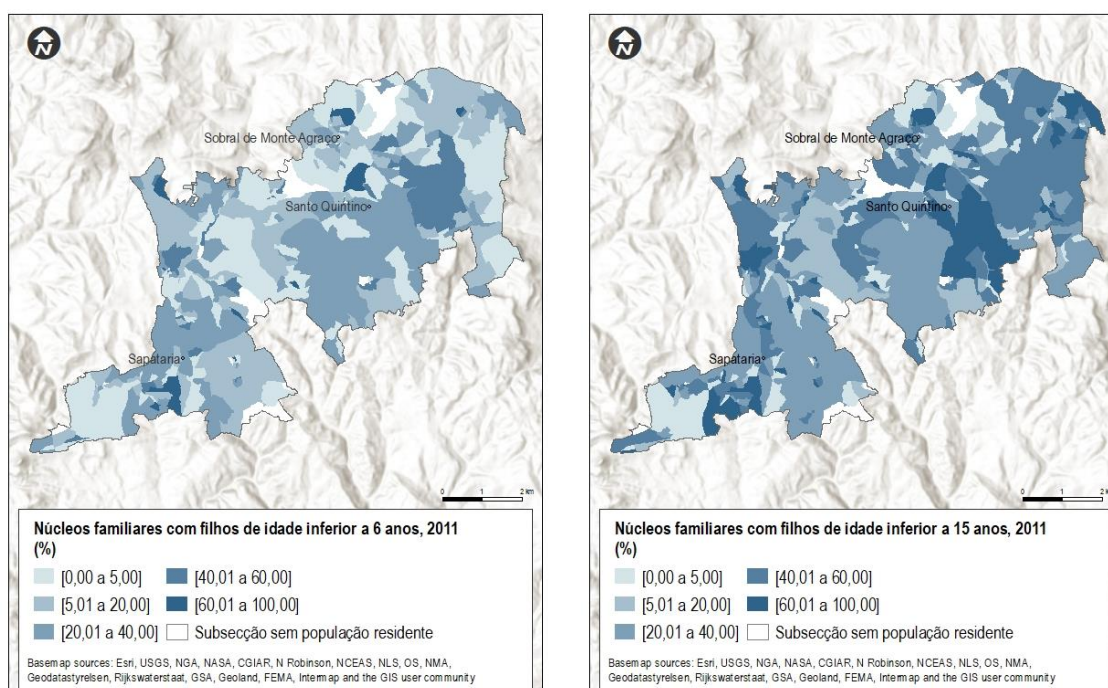
No que se refere à tipologia dos núcleos familiares, os casais (de direito ou de facto) sem filhos são 1.130 (35%), enquanto os casais com filhos são 1.525 (48%). Os casais perderam importância na última década em favor das famílias monoparentais. As tipologias monoparentais (pais ou mães com filhos) registavam um total de 535 famílias, aumentaram 6pp face a 2011, representando atualmente 17% do total. Nas famílias monoparentais, 84% eram mães com filhos.

A distribuição das famílias por freguesia ocorre de forma relativamente proporcional e em linha com a distribuição populacional. Em Santo Quintino encontravam-se 1.467 famílias, sendo que em Sobral de Monte Agraço e Sapataria estavam 1.397 e 1.211, respetivamente. De igual modo, a proporção dos escalões familiares é semelhante nas várias freguesias, destacando-se as famílias com duas pessoas, seguidas das unipessoais.

Ainda assim, destaque-se o facto de na freguesia da Sapataria as famílias com 4 e 5 pessoas constituírem 25% do total de famílias (o valor mais significativo e superior ao do total do concelho, de 21%).

Na figura 31, encontra-se ilustrada a distribuição de núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 e 15 anos, respetivamente, em 2011. As subsecções com maior densidade de núcleos com filhos com menos de 6 anos coincidem principalmente com áreas urbanas ou de maior densidade, nomeadamente na vila de Sobral de Monte Agraço e na Sapataria. Já no caso dos núcleos com filhos até aos 15 anos, verifica-se uma maior dispersão, assim como um maior número de subsecções onde a prevalência destes é mais elevada, não sendo tão notória uma concentração territorial. Isto revela uma preferência por parte das famílias com crianças mais novas a fixarem-se em áreas com características mais urbanas, no caso do Sobral de Monte Agraço, ou com maior facilidade de acesso aos principais eixos de comunicação, no caso da Sapataria.

Figura 31 – Núcleos familiares com filhos de idade inferior a 6 anos e a 15 anos, em 2011



Fonte: INE

Em 2021, há 478 núcleos familiares com filhos com menos de 6 anos de idade, localizados maioritariamente na freguesia da Sapataria (40%), seguindo-se Santo Quintino (31%) e a freguesia de Sobral de Monte Agraço (29%).

Em 2021, a população residente com menos de 15 anos representa 15% do total, sendo que os menores de 6 anos eram 5,3%. Sapataria constitui a freguesia com maior percentagem de crianças com idade inferior a 6 anos.

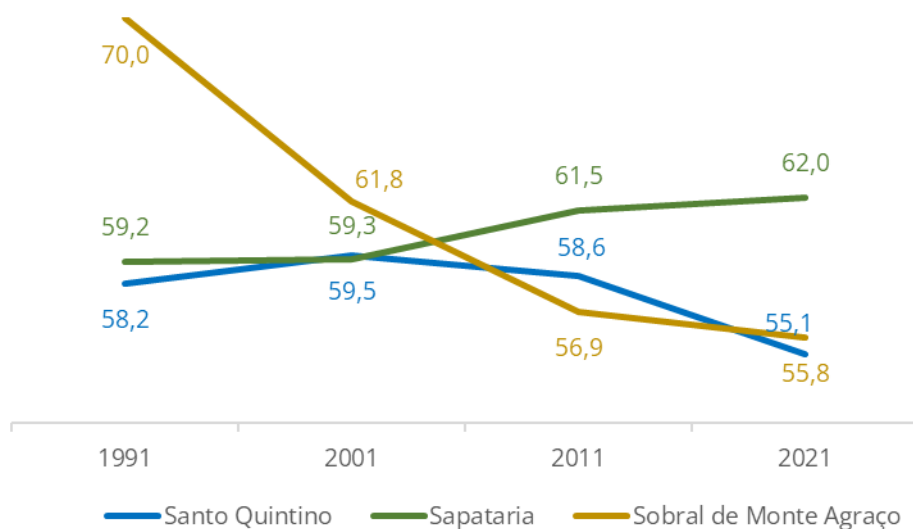
Quadro 9 –População residente, por freguesia e grupos etários, em 2021 (n.º)

	Total		Santo Quintino		Sapataria		Sobral de Monte Agraço	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	10.540	100	3.767	100	3.288	100	3.485	100
0-5 anos	562	5,3	175	4,6	224	6,8	163	4,7
6-9 anos	396	3,8	128	3,4	136	4,1	132	3,8
10-14 anos	635	6,0	222	5,9	217	6,6	196	5,6
15-17 anos	370	3,5	133	3,5	122	3,7	115	3,3
≥18 anos	8577	81,4	3109	82,5	2589	78,7	2879	82,6

Fonte: INE

Por outro lado, entre 1991 e 2021, a freguesia da Sapataria foi a única cuja proporção de núcleos familiares de casais com filhos (figura 32) registou uma variação positiva, tendo-se situado nos 62% em 2021. A freguesia de Sobral de Monte Agraço registou uma quebra significativa, de 70%, em 1991, para 55,1%, em 2021, sendo que Santo Quintino apresenta igualmente uma descida, situando-se em 55,8% em 2021.

Figura 32 – Proporção de núcleos familiares de casais com filhos, 1991-2021



Fonte: INE

Como referenciado, os núcleos familiares monoparentais têm também uma presença crescente no concelho. A proporção de núcleos familiares monoparentais passou de 9,4%, em 2001, para 11,2%, em 2011, e 16,8% em 2021, ao nível concelhio. Em Sapataria a subida foi de 6,1 pp (de 9,6% para 15,7%), ainda que fosse em Sobral de Monte Agraço que se registava o valor mais elevado, quer em 2011, quer em 2021, respetivamente, 12,7% e 18,3%. Na freguesia de Santo Quintino aumenta os núcleos monoparentais de 11% para 16,3%, entre 2011 e 2021.

Esta situação reflete também o surgimento de novas tipologias familiares, menos tradicionais, ainda que o número de casamentos e divórcios verificados no concelho não tenham apresentado alterações significativas no período recente.

Nota ainda para o facto de a proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 e mais anos de idade ter aumentado entre 2011 e 2021, de 9,67%, para 11,98%.

Estes valores são ligeiramente inferiores ao observados para a sub-região Oeste que, em 2021, tinha 12,93% de famílias constituídas por idosos a residir sozinhos.

Em termos intra-concelhios, era na freguesia de Sobral de Monte Agraço que este valor era mais elevado, na ordem dos 12,53%.

3.5. Perfil socioeconómico

O perfil de qualificações da população residente em Sobral de Monte Agraço tem registado uma trajetória positiva em vários indicadores. A taxa de analfabetismo do concelho, em 2011, era de 6,2%, valor bastante inferior aos observados nas décadas anteriores. Em 2021 acompanha a trajetória de decréscimo generalizada, situando-se em 3,36%, existindo ainda margem de melhoria, especialmente quando comparada com a taxa de analfabetismo da AML (2,0%) e da região Oeste e Portugal (3,19% e 3,08%, respetivamente).

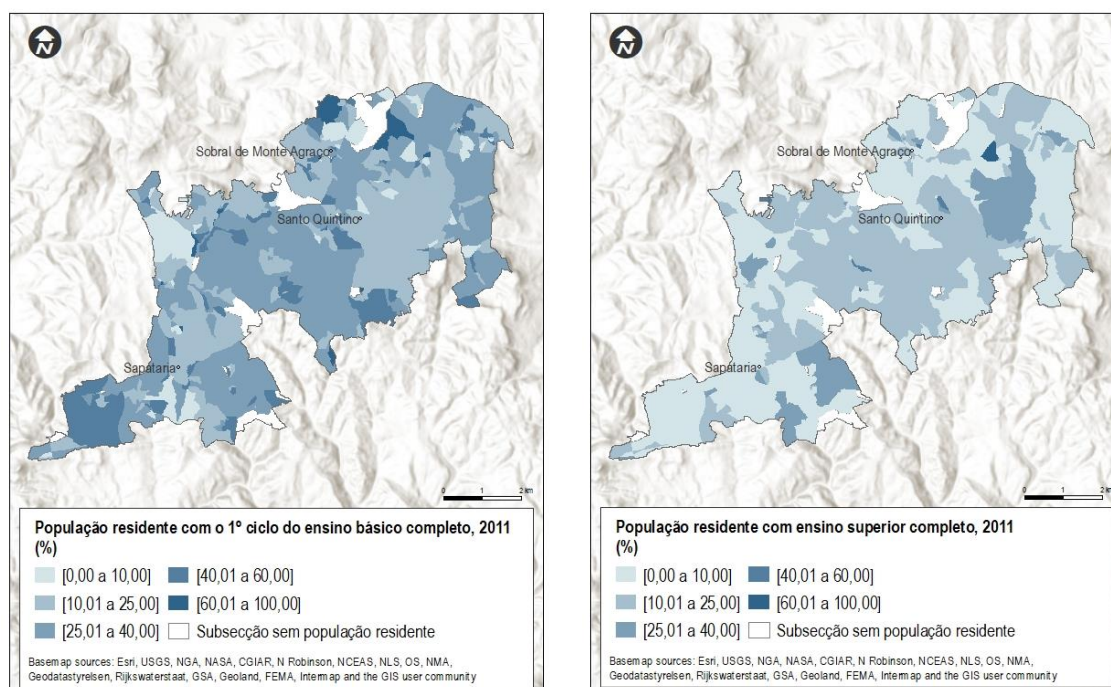
Internamente existem algumas assimetrias, com Santo Quintino a apresentar um valor acima da média concelhia (3,81%). Refira-se que, no mesmo ano, 41,16% da população residente tem o ensino secundário completo, e 15,5% tem o ensino superior completo.

De acordo com dados de 2021, considerando o total de residentes com 15 ou mais anos de idade (8.947), o nível de ensino predominante era o ensino secundário grau obtido por 23,8% da população com 15 ou mais anos de idade, seguindo-se o 1.º Ciclo do ensino básico (23,0%) e pelo 3.º ciclo do ensino básico (19,8%). Aqueles com o ensino superior concluído eram 14,7% do total de indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.

Em 2011⁵, a distribuição da população residente com o 1.º ciclo do ensino básico (figura 33) apresenta-se relativamente homogénea e bem distribuída pelo concelho, sendo notórias algumas subsecções com maior prevalência em Sobral de Monte Agraço. As subsecções com maior prevalência da população com o ensino superior (figura 33) apresentam-se mais localizadas, correspondendo aos núcleos urbanos de Sobral de Monte Agraço e Silveira (Sapataria).

⁵ Em 2021, esta informação não foi disponibilizada à escala da subsecção.

Figura 33 – População residente com o 1.º Ciclo do Ensino Básico e ensino superior Completo, em 2011



Fonte: INE

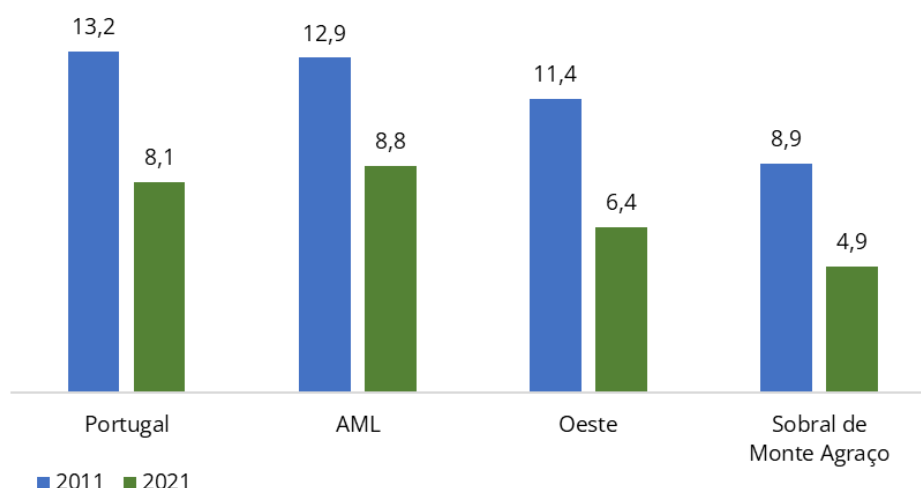
A proporção da população residente com 21 e mais anos com o ensino superior concluído passou dos 10,57%, em 2011, para os 15,93%, em 2021.

Ainda que este valor represente um aumento significativo, em termos comparativos, Sobral de Monte Agraço apresenta níveis relativamente baixos, especialmente se comparado com a AML e com o valor nacional, cuja população com o ensino superior representava cerca de 28,67% e 21,20%, enquanto a sub-região Oeste registava 16,65%.

Não obstante, a trajetória positiva, assim como a atração de população externa ao concelho, podem conduzir à aproximação de Sobral de Monte Agraço das realidades verificadas na sua envolvente, reforçando a presença de diplomados no contexto populacional global.

Em matéria de emprego, saliente-se o facto de Sobral de Monte Agraço apresentar, quer em 2011, quer em 2021 (figura 34), valores de taxa de desemprego inferiores aos observados nas demais unidades territoriais em comparação.

Figura 34 – Taxa de Desemprego, em 2011 e 2021



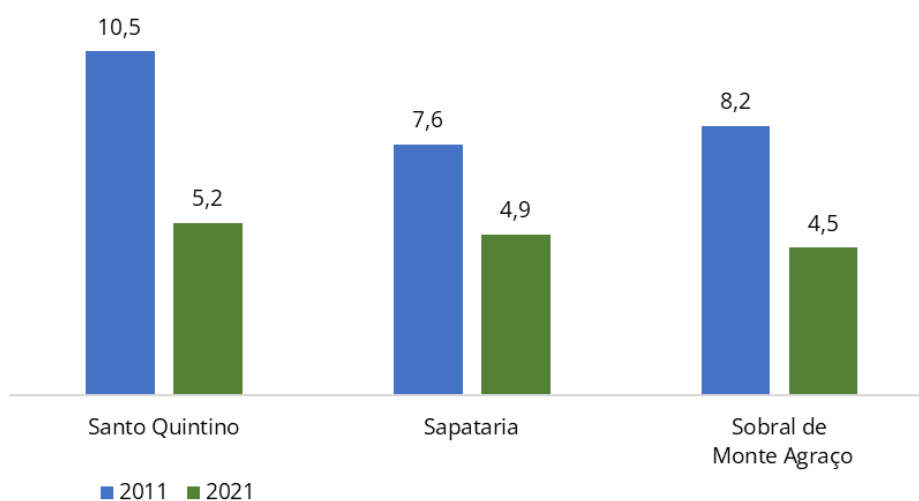
Fonte: INE

Ainda que se tenha observado um agravamento de 2001 para 2011, resultado da degradação da situação económica nacional, houve uma diminuição generalizada do desemprego em 2021. O concelho e freguesias de Sobral de Monte Agraço aparentam uma maior resiliência em matéria de emprego, uma vez que apresentam taxas de desemprego sempre inferiores à média nacional, da sub-região Oeste ou da AML.

Ao passo que ao nível nacional, em 2021 a taxa de desemprego se situava nos 8,1%, correspondendo ao segundo valor mais elevado do conjunto em causa, superado apenas pela AML (8,8%), Sobral de Monte Agraço registava uma taxa de desemprego inferior a 5%, a mais baixa destas unidades territoriais.

Ao nível das freguesias, a taxa de desemprego oscilava entre os 5,2% de Santo Quintino e os 4,5% de Sobral de Monte Agraço.

Figura 35 – Taxa de Desemprego, por freguesia, em 2011 e 2021



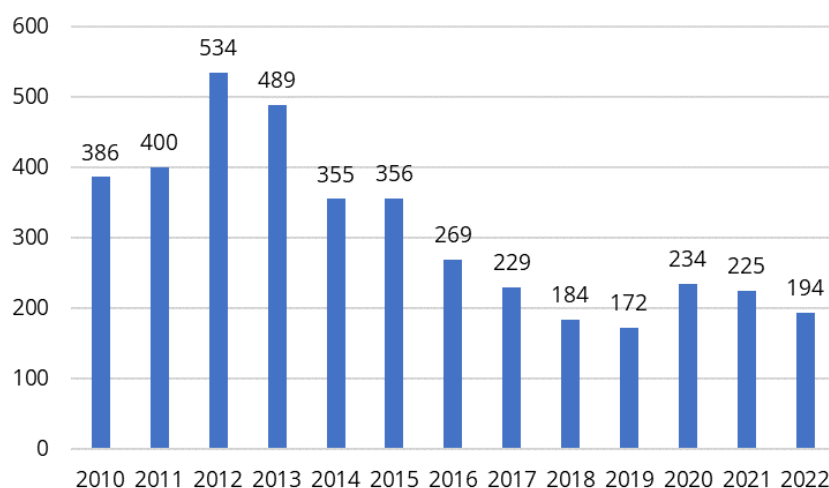
Fonte: INE

No último decénio têm-se verificado algumas oscilações no número de desempregados inscritos no final do mês de dezembro (figura 36). Em 2012 e 2013 foram atingidos os mais elevados valores de

desempregados inscritos no concelho, com 534 e 489, respetivamente, refletindo os impactes da crise económica e financeira sobre o emprego. A partir desse ano verificou-se uma tendência de diminuição no número de inscritos, sendo que em 2019 se atingiu o valor mais baixo, com 172 inscritos no final do mês de dezembro. Em 2020 deu-se nova inversão da tendência, o que poderá estar relacionado com os primeiros impactes decorrentes da crise pandémica provocada pela COVID-19. Em 2022 o número de inscritos atingiu os 194.

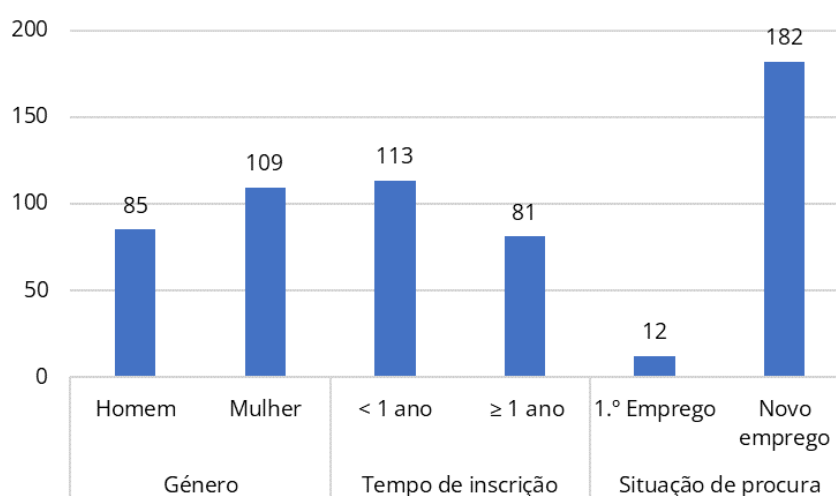
Relativamente à caracterização do universo de desempregados (figura 37) no final do mês de dezembro de 2022, o número de mulheres desempregadas superava o dos homens, com 109 desempregadas (56%). Verificava-se ainda uma prevalência das inscrições inferiores a 1 ano, já que apenas cerca de 42% dos desempregados se encontrava à procura de emprego há mais de 1 ano. Por outro lado, a quase totalidade dos desempregados (94%) encontrava-se à procura de novo emprego, sendo que apenas 12 inscrições procuravam o primeiro emprego.

Figura 36 – Desempregados inscritos no final do mês de dezembro, 2010-2022, N.º



Fonte: IEFP

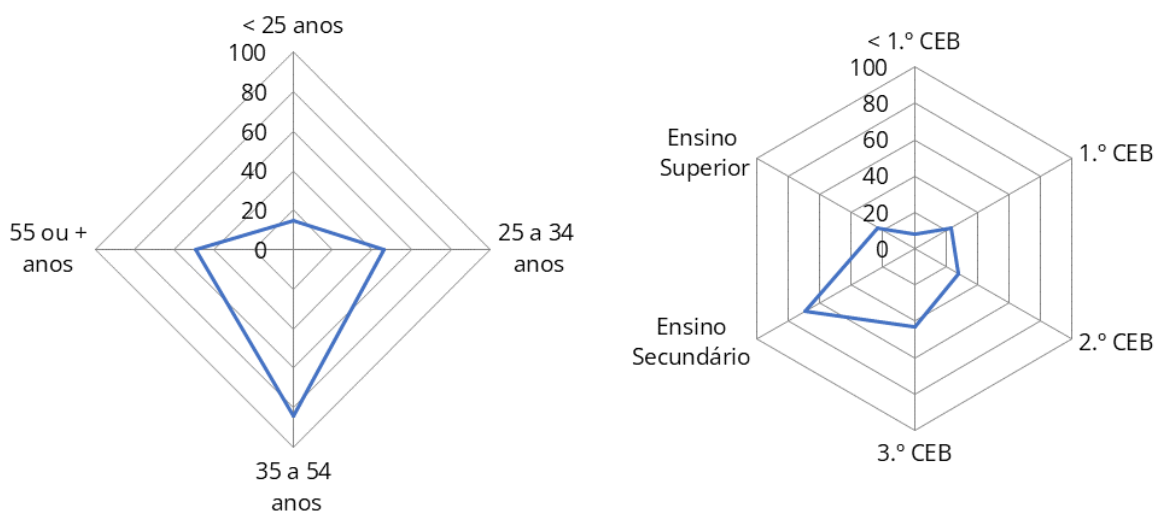
Figura 37 – Características do universo de desempregados, em dezembro de 2022



Fonte: IEFP

Na figura 38 encontram-se dados relativos aos grupos etários e graus de ensino dos desempregados registados em Sobral de Monte Agraço neste período. Em termos etários, o grupo etário dos 35 aos 54, reunia um total de 84 desempregados, sendo que o escalão etário mais jovem (inferior aos 25 anos de idade) era o que tinha menor expressão no total de desempregados. No que diz respeito à formação destes indivíduos, era notória a maior prevalência do ensino secundário, seguindo-se o 3.º e o 2.º Ciclos do Ensino Básico. Esta situação reflete uma aparente menor propensão para os indivíduos com o ensino superior serem afetados por uma situação de desemprego, embora o número de pessoas com esta formação seja ainda inferior comparativamente aos outros níveis de ensino.

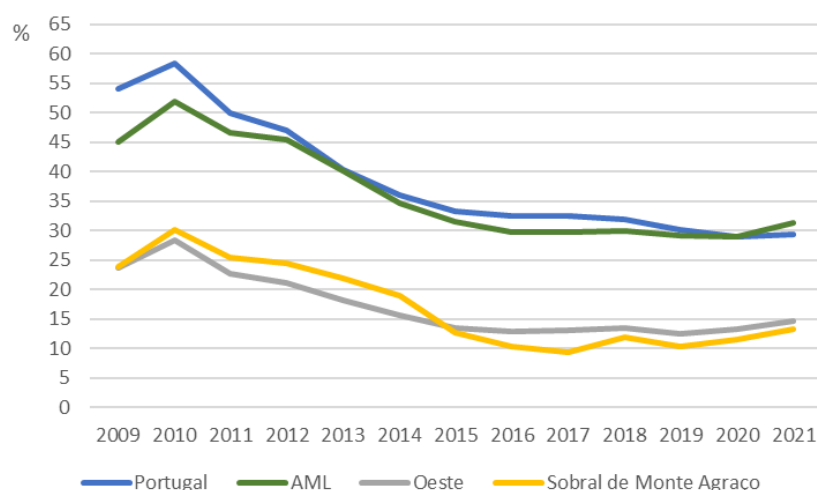
Figura 38 – Grupos Etários e Níveis Formativos do universo de desempregados, em dezembro de 2022



Fonte: IEFP

Em matéria de prestações sociais, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Sobral de Monte Agraço tem sido sempre inferior ao verificado a nível nacional e na AML (figura 39). A partir de 2010, quando se atingiu o valor mais significativo, na ordem dos 30,1‰ (sendo que o valor nacional era de 58,5‰ e o da AML de 52,0‰), ocorreu uma diminuição do número de beneficiários, que em 2017 atingiu o valor mais baixo (9,3‰). Observam-se novas oscilações, atingindo-se, em 2021, 13,24‰.

Figura 39 – Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa, 2011-2021



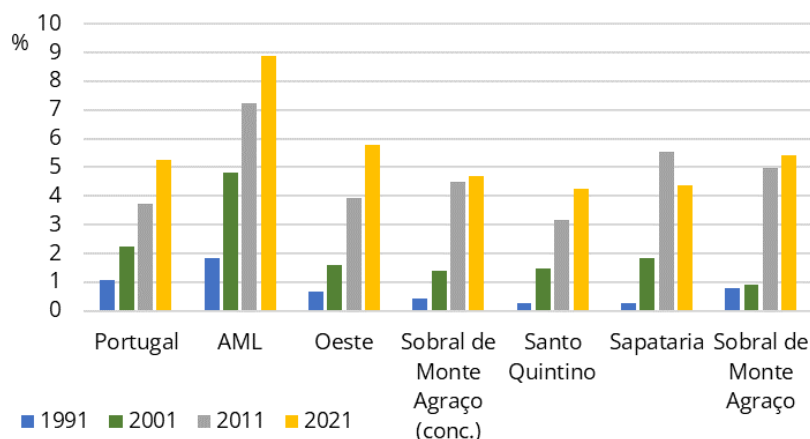
Fonte: INE

Em todo o caso, a evolução registada pode estar relacionada com a alteração nos critérios de elegibilidade, que tornaram mais restrito o conjunto de indivíduos que pode aceder a esta prestação. Em termos comparativos, Sobral de Monte Agraço aparenta uma menor proporção populacional enquadrada nestas condições, o que pode indiciar uma situação social menos gravosa que a verificada noutras regiões, como a AML.

Relativamente aos escalões etários, de um total de 122 beneficiários, em 2021, em Sobral de Monte Agraço, 46 tinham menos de 25 anos, o escalão etário mais numeroso, seguido daqueles com idade compreendida entre os 40 e 54 anos (34 indivíduos). Os grupos etários com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos e com 55 ou mais anos, a beneficiar desta prestação tinham 21 beneficiários/cada.

Outro aspeto relevante no perfil socioeconómico da população de Sobral de Monte Agraço tem a ver com a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (figura 40), que registou forte subida entre 2001 e 2011, passando de 1,4% para 4,5%, aumentando para 4,7%, em 2021.

Figura 40 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, 1991-2021

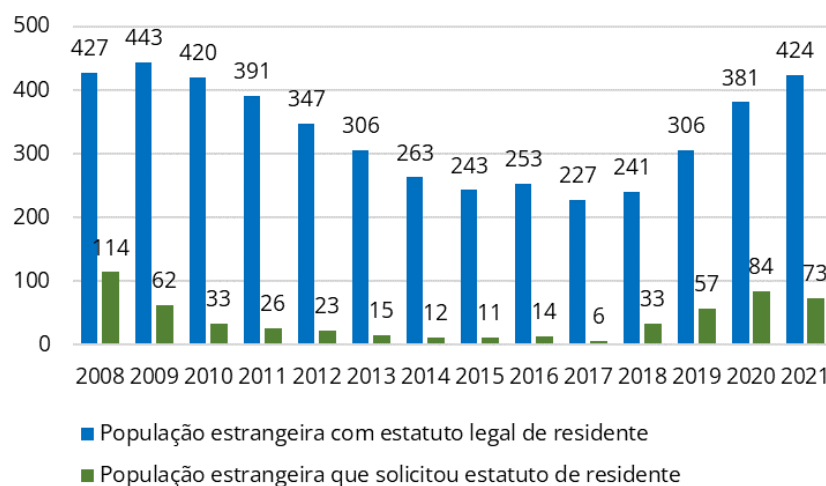


Fonte: INE

Ainda que em termos comparativos a população residente de nacionalidade estrangeira seja inferior à da AML, o crescimento verificado neste período foi bastante mais significativo em Sobral de Monte Agraço e respetivas freguesias, com destaque para a freguesia da Sapataria, na qual 5,5% dos seus residentes eram de nacionalidade estrangeira, em 2011, embora tenha diminuído o seu peso relativo em 2021 (4,4%). Neste ano, é a freguesia de Sobral de Monte Agraço que tem a maior proporção de população estrangeira (5,4%). À escala concelhia, persiste o crescimento da população estrangeira (4,7%).

A quantidade de cidadãos estrangeiros com estatuto legal de residente indicia uma redução da população estrangeira, que em 2017 atinge o valor mais baixo (227). Este ano constitui um ano de viragem em que se inicia uma tendência de recuperação. O número de solicitações de cidadãos estrangeiros para obtenção de estatuto de residente acompanha esta tendência, refletindo também a redução da atratividade do concelho, que apresenta sinais de recuperação a partir de 2018, ainda que os números verificados se mantenham distantes dos verificados em 2009.

Figura 41 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira, vários anos

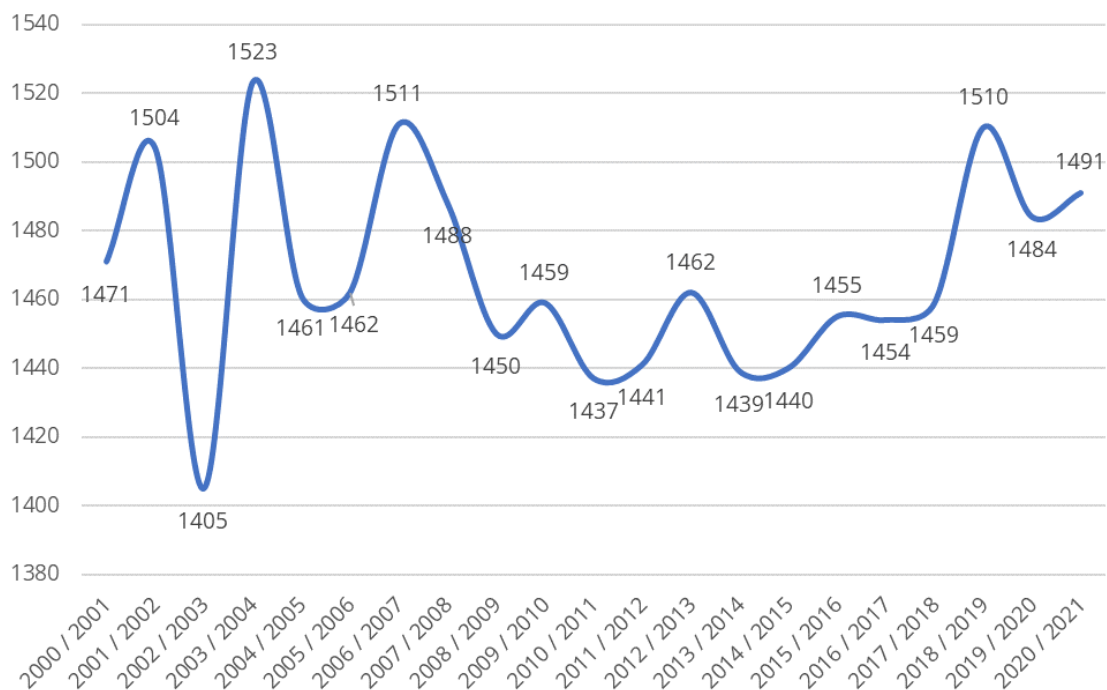


Fonte: INE

3.6. Situação educativa

Entre 2000/2001 e 2020/2021 o número de alunos matriculados nas escolas do concelho tem apresentado uma trajetória oscilante. Do conjunto em análise, 2003/2004, foi o ano em que se verificou maior número de matrículas (1523). Após um período de estabilização, verificada entre 2008/2009 e 2017/2018, em 2018/2019 o número de matrículas voltou a subir para valores superiores às 1.500 matrículas. No último ano letivo disponível estavam matriculados 1491 aluno no concelho.

Figura 42 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de monte Agraço entre 2000/2001 e 2020/2021



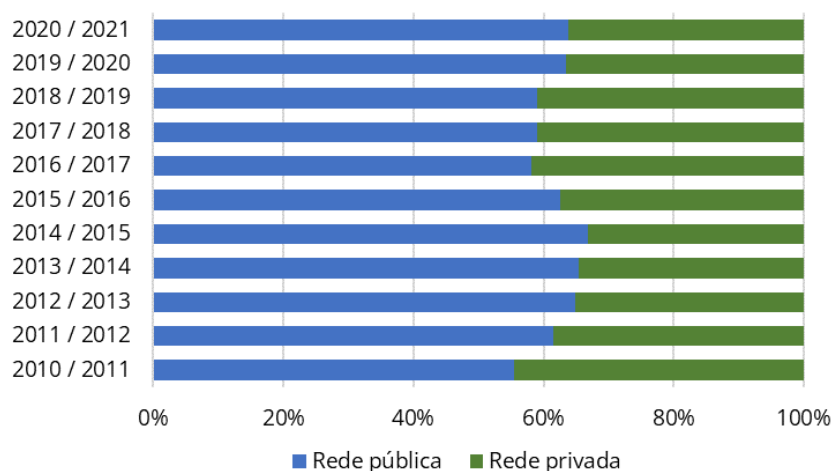
Fonte: INE

O facto de apenas no pré-escolar existir uma instituição da rede não pública a funcionar em Sobral de Monte Agraço faz com que este universo se reporte quase exclusivamente a alunos inscritos no ensino público. Neste nível de ensino, o número de crianças matriculadas na rede solidária (em que se enquadra o único estabelecimento da rede não-pública)⁶ chega a representar mais de 40% do total de inscrições em alguns anos, sendo que no período em causa a proporção média de alunos do pré-escolar inscritos na rede pública se situou nos 62%.

Considerando o total de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino não superior, o ensino privado representa 6% do total de alunos em 2020/2021.

⁶ No período 2008/2009 e 2010/2011, funcionavam dois estabelecimentos da rede privada no concelho.

Figura 43 – Proporção de alunos matriculados na rede pública e solidária no ensino Pré-escolar em Sobral de monte Agraço, entre 2010/2011 e 2020/2021

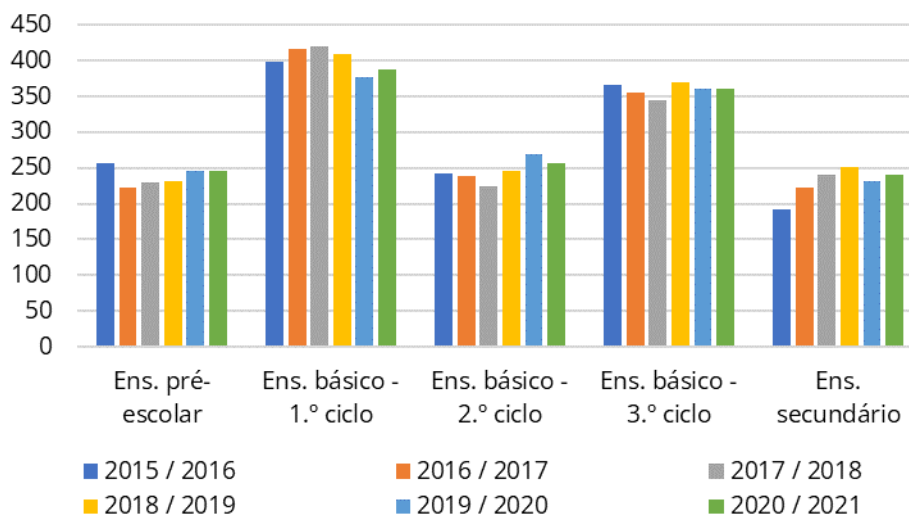


Considerando uma análise da distribuição do número de alunos por nível de ensino, verifica-se que o 1.º CEB é o que reúne maior número de alunos, o que se justifica pelo facto de abranger um maior número de escalões etários comparativamente aos demais. No concelho, em 2020/2021 o número de alunos neste nível de ensino era de 387. Em segundo lugar, encontravam-se os alunos matriculados no 3.º CEB, com um total de 360. Entre as crianças inscritas no pré-escolar, no 2.º CEB e no ensino secundário existia um maior equilíbrio. Em termos proporcionais, no ano letivo de 2020/2021 a distribuição de alunos pelos vários níveis de ensino era de 16,5% no pré-escolar, 26,0% no 1.º CEB, 17,2% no 2.º CEB, 24,1% no 3.º CEB e 16,2% no secundário.

O 1.º CEB é onde se registam oscilações menos significativas no universo de alunos, sendo que os períodos em que se registou maior diferença entre anos letivos foi entre 2012/2013 e 2013/2014, com uma variação negativa de 18 alunos, e entre 2015/2016 e 2016/2017, com um aumento de 17.

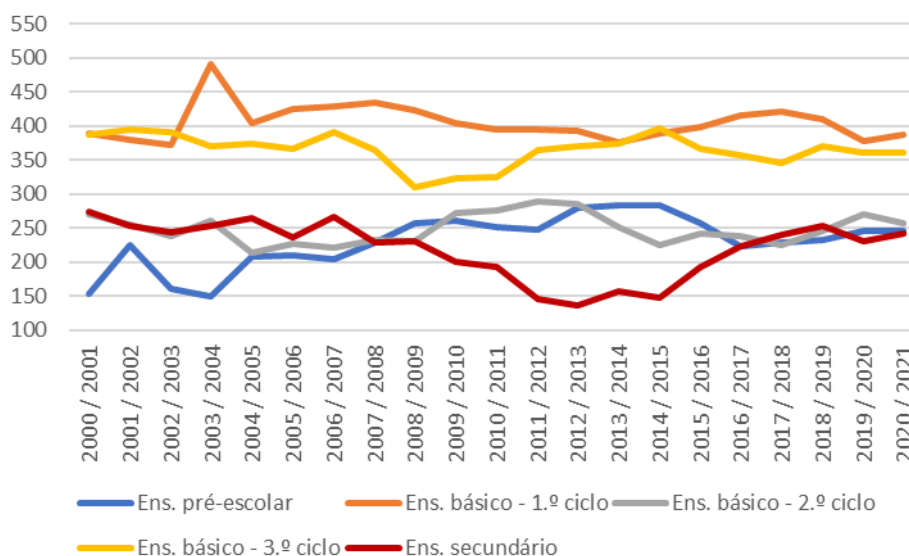
Destaque-se o facto de o número de alunos do ensino secundário ter aumentado desde 2014/2015 de 192 para 252 em 2018/2019, sendo o único nível de ensino que regista um aumento ininterrupto do seu número de alunos nesse período.

Figura 44 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de Monte Agraço por nível de ensino entre 2015/2016 e 2020/2021



Fonte: INE

Figura 45 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não-superior em Sobral de Monte Agraço por nível de ensino entre 2000/2001 e 2020/2021

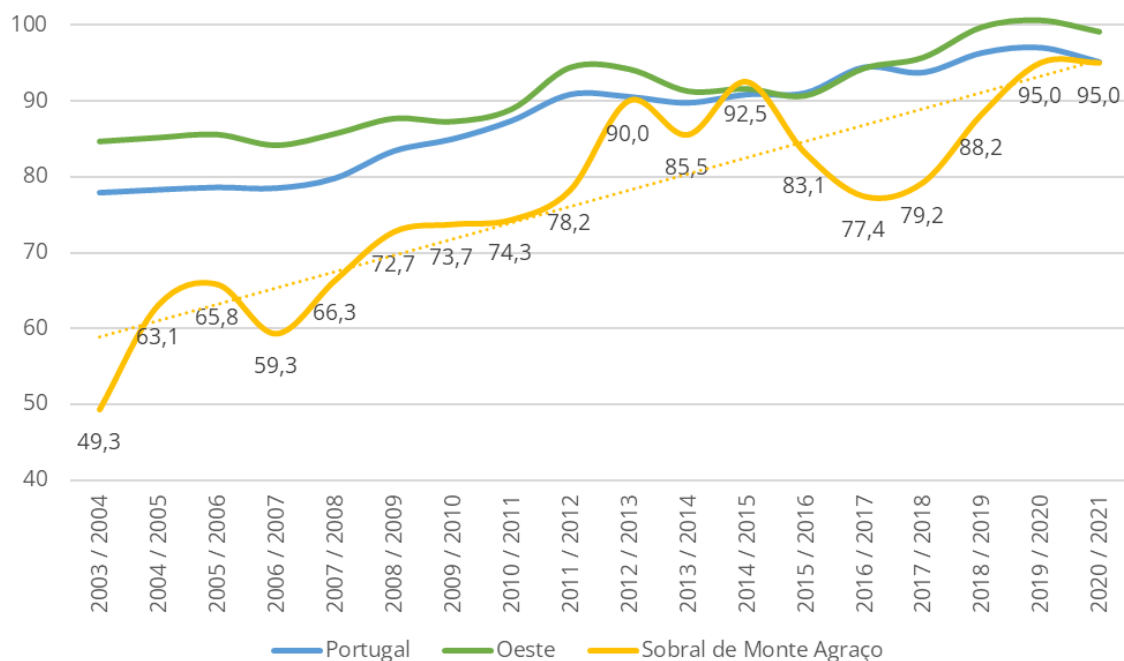


Fonte: INE

Relativamente aos indicadores de escolarização, Sobral de Monte Agraço tem registado uma evolução positiva da taxa bruta de pré-escolarização, tendo vindo a aproximar-se dos valores regionais e nacionais. Esta situação constitui uma melhoria relevante, indiciando maior capacidade da oferta existente. Considerando o ano de 2003/2004, em que o valor deste indicador era de 49,3%, ocorreu um aumento muito significativo até 2020/2021, situando-se nos 95%. Para o mesmo período, os valores nacionais e da sub-região Oeste eram de, respetivamente, 77,9% e 84,7% e 95,2% e 99,1%.

Destaque-se ainda o facto de, em 2014/2015, o valor observado no Sobral de Monte Agraço ter sido o mais elevado deste conjunto, com 92,5%; logo seguido de um importante período de decréscimo nos dois anos letivos seguintes.

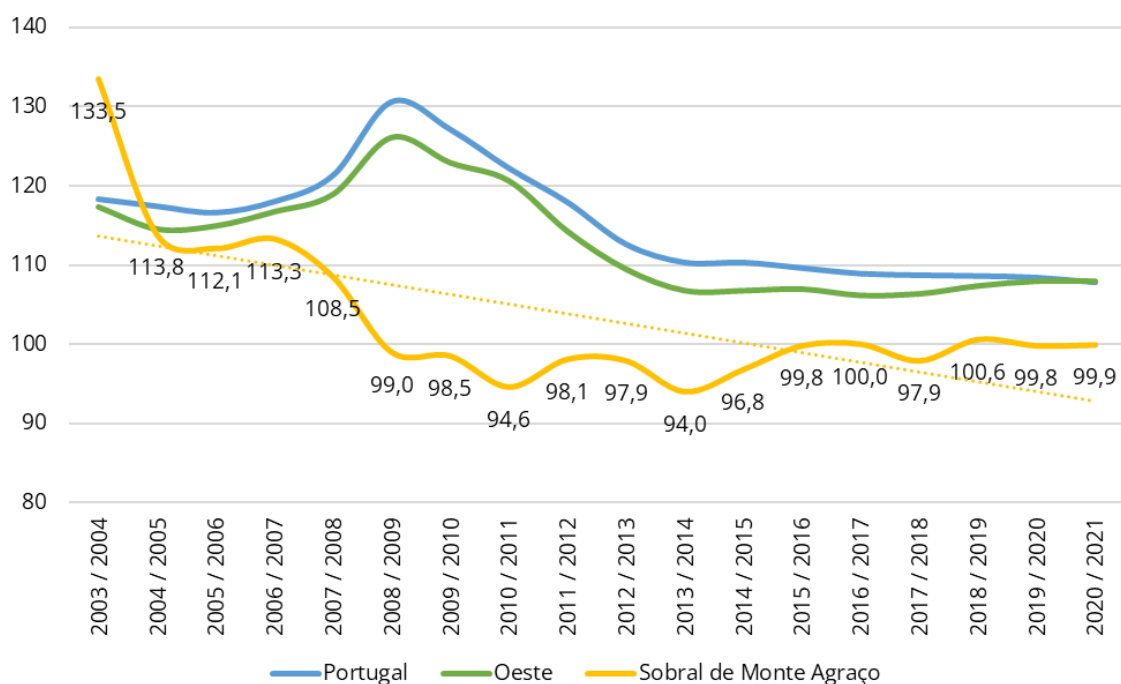
Figura 46 – Evolução da taxa bruta de Pré-escolarização entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)



Fonte: INE

Já a taxa bruta de escolarização no ensino básico (que inclui os vários ciclos de ensino básico) apresenta valores inferiores aos observados ao nível nacional e na sub-região Oeste. Destaque-se o facto de no ensino básico a taxa bruta de escolarização ter apresentado evolução negativa entre 2006/2007 e 2010/2011, tendência em linha com a observada nas outras unidades territoriais em comparação, ainda que no caso do Sobral de Monte Agraço essa redução tenha sido mais pronunciada. Em 2020/2021 a taxa bruta de escolarização no ensino básico é de 99,9%.

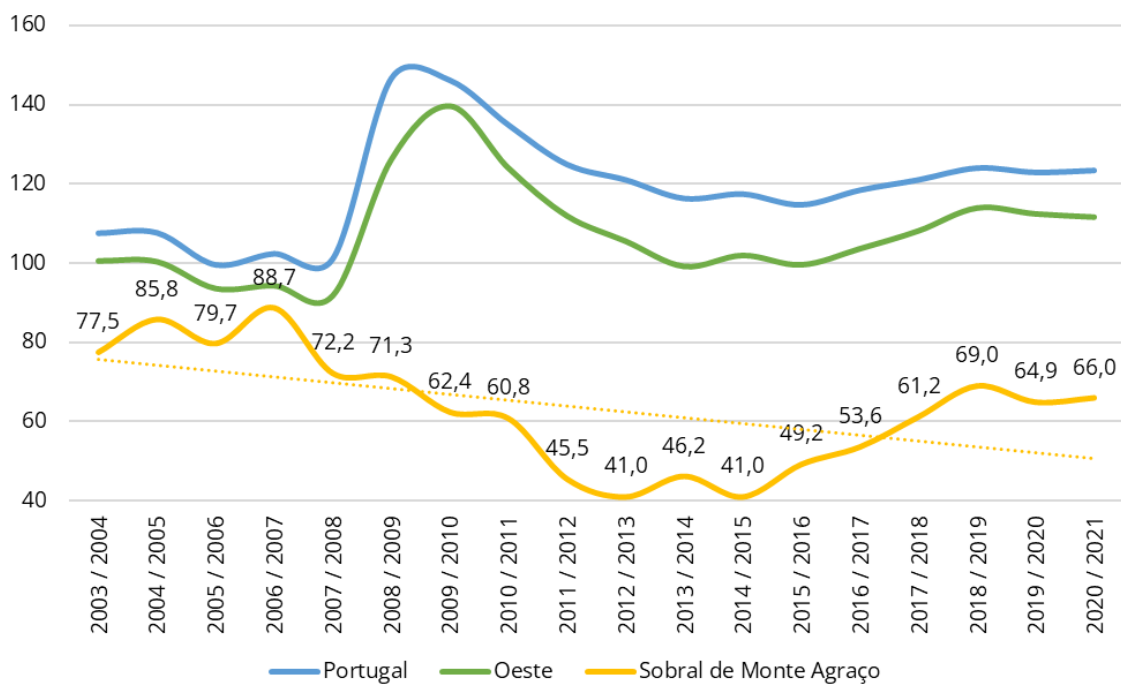
Figura 47 – Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)



Fonte: INE

Finalmente, no caso do ensino secundário, a taxa bruta de escolarização de Sobral de Monte Agraço é novamente inferior comparativamente à média nacional e da sub-região Oeste.

Figura 48 – Evolução da taxa bruta de escolarização no ensino secundário entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)

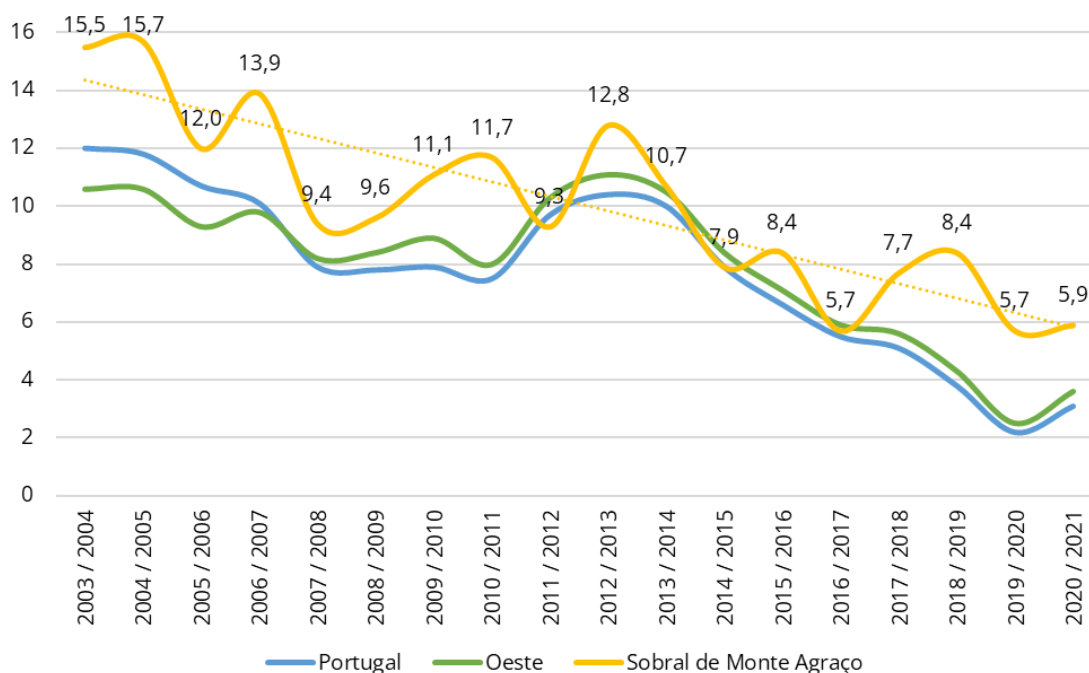


Fonte: INE

Ainda assim, a tendência observada nos anos letivos mais recentes é de recuperação, ainda que em 2020/2021 o valor concelhio face ao da sub-região em que se insere fosse inferior em 46 p.p. e 57 p.p. no caso do valor nacional. Por outro lado, os valores observados podem também estar relacionados com o facto de alguns alunos de Sobral de Monte Agraço prosseguirem os seus estudos de nível secundário noutros concelhos, fazendo com que a taxa concelhia baixe.

No caso da taxa de retenção e desistência no ensino básico (que inclui os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico), Sobral de Monte Agraço apresenta alguma oscilação, ainda que em linha com as tendências registadas ao nível nacional e na sub-região Oeste. Não obstante, no mais recente ano letivo em análise, apresentou valores superiores, com mais 2,8 pp que a taxa nacional.

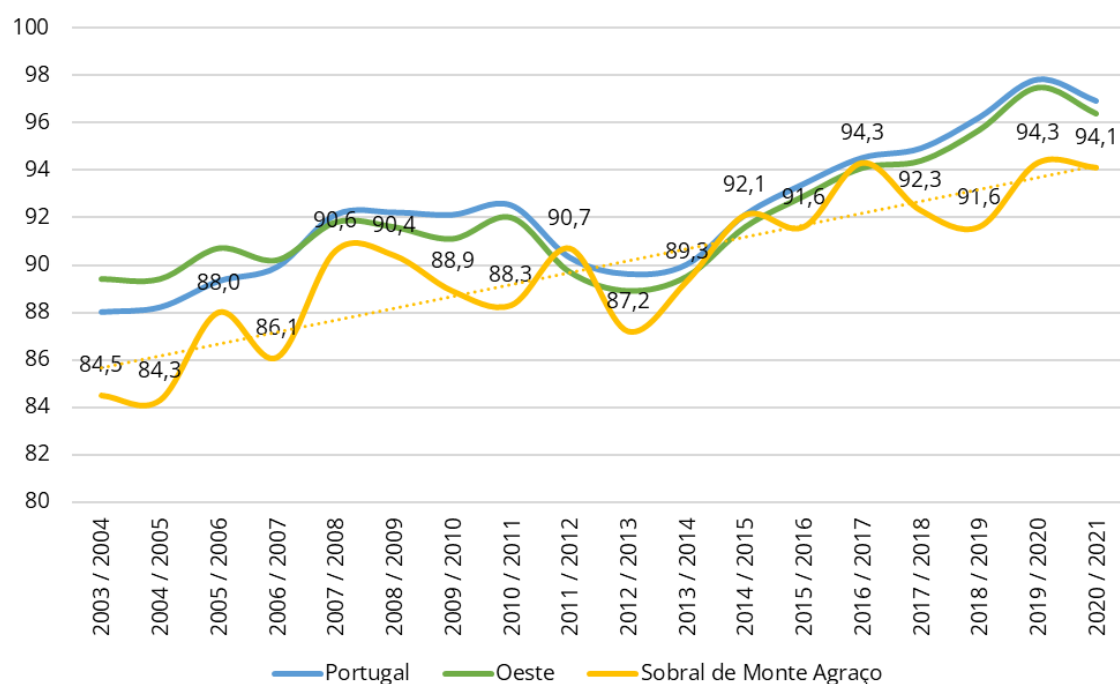
Figura 49 – Evolução da taxa de retenção e desistência no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/21 (%)



Fonte: INE

O comportamento da taxa de transição e conclusão no ensino básico, de 94,1% em 2020/2021, apresenta-se relativamente próximo das restantes unidades territoriais em análise.

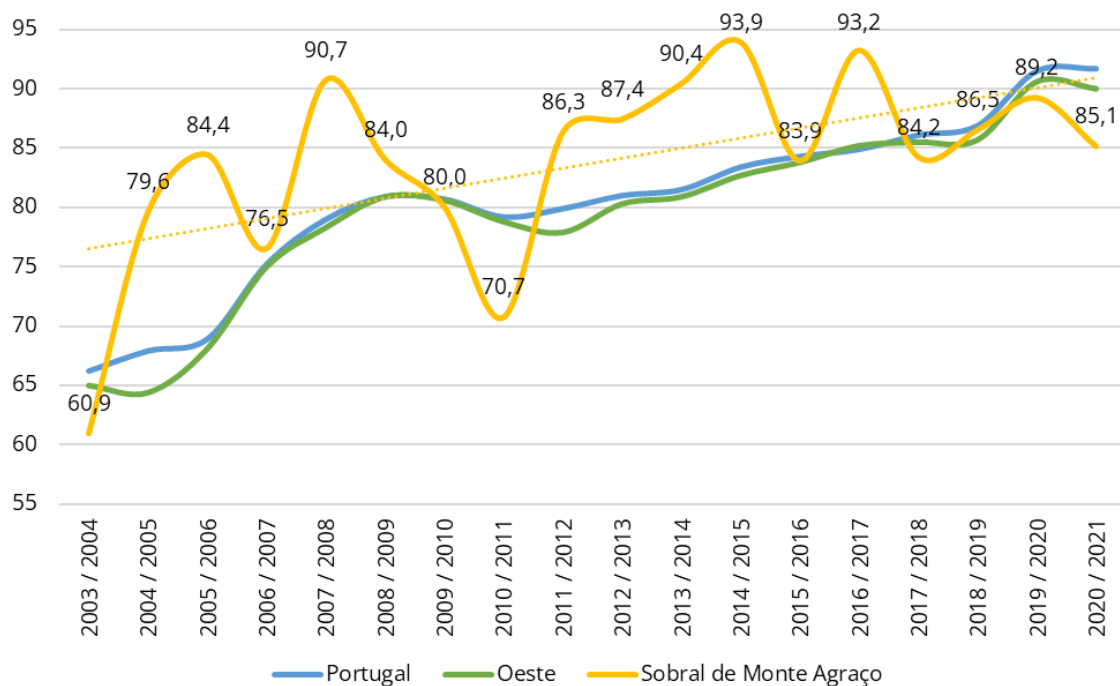
Figura 50 – Evolução da taxa de transição/ conclusão no ensino básico entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)



Fonte: INE

Relativamente à taxa de transição e conclusão do ensino secundário, Sobral de Monte Agraço apresentou valores em linha com os observados nas unidades territoriais em comparação, ainda que com grandes oscilações. Em 2020/2021 apresentava uma taxa de 85,1%, próxima da sub-região oeste (90,0% e do valor nacional, de 91,7%).

Figura 51 – Evolução da taxa de transição/ conclusão no ensino secundário entre 2003/2004 e 2020/2021 (%)



Fonte: INE

Finalmente, de acordo com os dados dos censos de 2021, verifica-se que a população residente e estudante no concelho se encontra distribuída de forma relativamente homogénea, embora se destaque a freguesia de Sobral de Monte Agraço como aquela com menor número de estudantes a estudar fora do concelho.

Quadro 10 - População residente estudante, por freguesia e por local de estudo (n.º), 2021

	Santo Quintino		Sapatária		Sobral de Monte Agraço	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Total	690	100%	668	100%	632	100%
Em casa	3	0%	1	0%	3	0%
Na freguesia onde reside atualmente	163	24%	197	29%	374	59%
No mesmo município, noutra freguesia	222	32%	179	27%	52	8%
Noutro município	293	42%	281	42%	193	31%
No estrangeiro	1	0%	0	0%	0	0%
Sem local de trabalho ou estudo fixo	8	1%	10	1%	10	2%

Fonte: INE

3.7. Transportes escolares

Existe uma importante diversificação das soluções ao nível dos Transportes Escolares de modo a fazer face às necessidades dos alunos/famílias.

Diariamente, circulam 2 autocarros (sendo um da autarquia e outro contratualizado para o efeito) e 3 carrinhas, no âmbito da educação pré-escolar e 1.º ciclo. Acresce 1 autocarro também contratualizado de 3ª a 6ª feira para transporte de alunos para a AEC de natação.

Relativamente a crianças com Necessidades Específicas, o Município assegura, em viatura própria, o transporte de duas crianças para a EB Sobral de Monte Agraço e S. Quintino, e dez estudantes são transportados por contratualização de táxi para a Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

Ainda ao nível dos transportes coletivos, assegurados por empresa transportadora, alguns stakeholders relevam que a oferta disponível (geral) não cobre as necessidades, nem ao nível do número de lugares disponíveis nos autocarros, nem no que concerne, em alguns casos, ao cumprimento dos horários praticados, na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Esta situação reflete-se, muitas vezes, em chegadas tardias dos alunos aos seus destinos finais (salas de aula). Existem ainda defasamentos entre os horários de saída/entrada dos alunos, nas salas de aula e as horas de chegada e partida dos autocarros que disponibilizam a oferta geral, bem como divergências entre os horários publicados/publicitados e os efetivamente cumpridos pelos motoristas, em cada paragem/localidade.

Destaca-se, ainda, a necessidade de assegurar transporte coletivo que permita, após o término do ano letivo, sobretudo aos alunos do ensino secundário/profissional, a deslocação para a escola-sede, para continuação e/ou reforço do seu processo de ensino em aulas/atividades extra.

4. Caracterização e diagnóstico da oferta

4.1. Introdução

A oferta de equipamentos educativos no concelho é assegurada por 6 estabelecimentos (dos quais 5 integrados na rede pública, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral), que cobrem todos os níveis de ensino.

Quadro 11 - Estabelecimentos em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2020-2021, por Freguesia (n.º)

Estabelecimentos	Freguesia		
	Santo Quintino	Sapataria	Sobral de Monte Agraço
Jl	1	1	1
EB1-+ Jl	-	1	1
EB23/Sec.	-	-	1
Total	1	2	3

Fonte: Equipa técnica

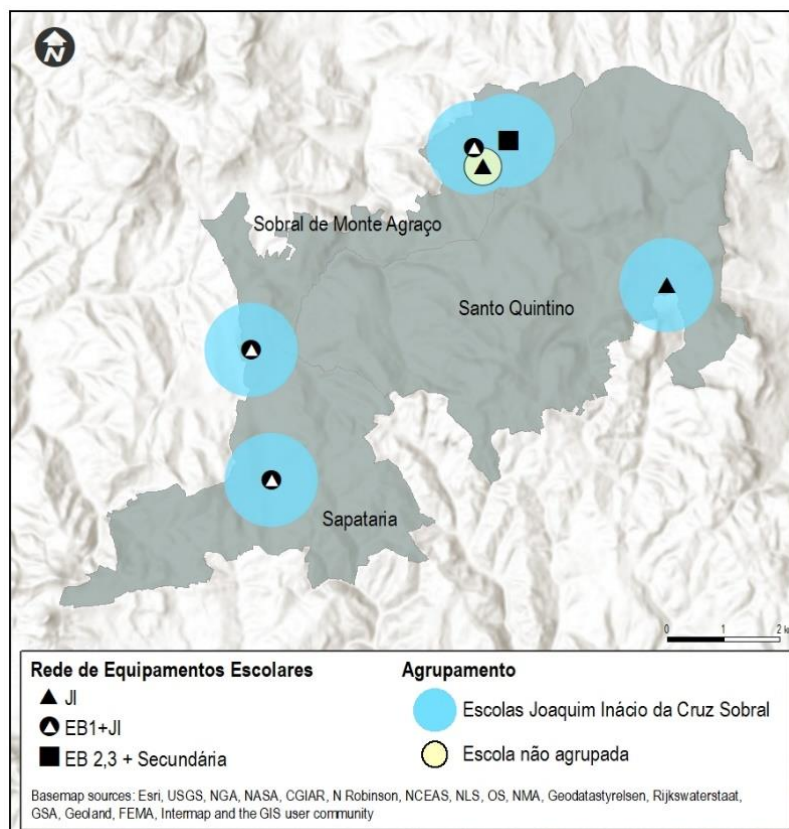
Por nível de ensino existem cinco ofertas de pré-escolar, uma das quais pertencente à rede privada, três de 1º Ciclo do Ensino Básico, e uma escola com 2º e 3º Ciclo e Ensino secundário.

- Pré-escolar / Jardim de Infância:
 - Jl de Pontes de Monfalim;
 - Jl de Pêro Negro;
 - Jl da Escola Básica da Sapataria
 - Jl da Escola Básica de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino;
 - Jl da Associação Popular Sobral de Monte Agraço (Rede Solidária).
- 1.º Ciclo do Ensino Básico:
 - Escola Básica de Sapataria;
 - Escola Básica de Pêro Negro;
 - Escola Básica de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino;
- 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário
 - Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral (sede de agrupamento).

A distribuição territorial destes equipamentos é relativamente homogénea ao nível do Pré-Escolar, cobrindo todas as freguesias, o que não se verifica nos restantes níveis de ensino.

No caso do 1.º Ciclo do Ensino Básico existem equipamentos nas freguesias da Sapataria e Sobral de Monte Agraço, sendo que no caso do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário o único equipamento existente situa-se em Sobral de Monte Agraço.

Figura 52 – Distribuição dos equipamentos escolares existentes em Sobral de Monte Agraço no ano letivo de 2020/2021



Fonte: Equipa técnica

As análises a apresentar seguidamente, com um elevado grau de especificidade, são resultado do processo de inquirição realizado a todos os equipamentos educativos existentes no concelho de Sobral de Monte Agraço, incluindo o equipamento da rede solidária, no caso do pré-escolar.

As informações recolhidas permitem aprofundar o diagnóstico da situação existente, assim como identificar as características de cada equipamento, em termos de oferta disponibilizada e da procura registada, bem como das condições de funcionamento e dos recursos humanos existentes, permitindo encontrar potenciais sinergias e constrangimentos associados a diversas dimensões.

Este exercício é resultado da disponibilidade e colaboração de todas as partes envolvidas neste processo, nomeadamente da direção do Agrupamento de Escolas e dos coordenadores e diretores das várias escolas que o integram, bem como da direção técnica do estabelecimento da rede solidária. Neste quadro, conclui-se que os dados apresentados refletem a situação efetivamente verificada na rede concelhia, permitindo analisar e identificar oportunidades e constrangimentos, visando otimizar o seu funcionamento e responder aos desafios futuros.

4.2. Educação pré-escolar

4.2.1. Equipamentos

No nível educativo correspondente ao pré-escolar foram inquiridos 5 equipamentos, dos quais quatro da rede pública e um da rede solidária. Os 4 equipamentos que integram a rede pública e estão presentes em todas as freguesias (JI de Pontes de Monfalim, JI de Sapataria, JI de Pêro Negro e JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino).

O equipamento da rede solidária encontra-se na freguesia de Sobral de Monte Agraço, o que significa que nas freguesias de Sobral de Monte Agraço e Sapataria existem 2 equipamentos com pré-escolar, e em Santo Quintino apenas um.

Quadro 12 - Características gerais dos Estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Estabelecimento		JI de Pontes de Monfalim	JI de Pêro Negro	JI de Sapataria	JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Associação Popular Sobral de Monte Agraço
Freguesia		Santo Quintino	Sapataria	Sapataria	Sobral de Monte Agraço	Sobral de Monte Agraço
Data de construção original do edifício		1964	2023	2011	2003	1984/2009
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção		2006	2023	-	2023 (em curso)	2023
Valências partilhadas		Não	Sim (EB1)	Sim (EB1)	Sim (EB1)	Sim (Creche e CATL)
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Deficiente	Excelente	Excelente	Razoável	Bom
	Espaço exterior	Deficiente	Razoável	Razoável	Razoável	Excelente

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral/Ass. Popular de S. de Monte Agraço (inquérito próprio)

Face à degradação das instalações de JI de Pêro Negro e em virtude da pandemia vivida, o grupo de pré-escolar de Pêro Negro foi, provisoriamente, deslocalizado para as instalações da EB de Pêro Negro.

Note-se também que no equipamento da rede solidária, estão presentes as valências de creche e de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), respostas partilhadas nos mesmos edifícios onde se desenvolve a atividade pré-escolar.

No caso dos equipamentos da rede pública, o JI de Sapataria, o JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino e o JI de Pêro Negro partilham instalações com o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

De acordo com a informação recolhida, existem edifícios cuja construção original é antiga, caso do JI de Pontes de Monfalim (1964), tendo sido intervencionado em 2006). Os restantes equipamentos da rede pública são de construção mais recente, posteriores a 2000, nomeadamente, 2003 (JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino) e 2011 (JI de Sapataria) e 2023 (JI de Pêro Negro).

Note-se também que no caso de um equipamento, o edifício onde se encontra têm funções para além da atividade letiva. No JI de Pontes de Monfalim, uma das salas é utilizada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação de Sobral de Monte Agraço (APEAVES).

No caso do equipamento da rede solidária, a resposta está distribuída por dois edifícios, tendo o primeiro sido construído em 1984 e a o segundo em 2009, ambos construídos especificamente para o fim que atualmente têm, sendo essa a sua função exclusiva. Em 2023, foi realizada uma intervenção neste equipamento, sendo que o estado de conservação do edificado é considerado “Bom”, e os espaços exteriores “Excelentes”.

Apesar das intervenções realizadas, os resultados do inquérito apontam para o facto de subsistirem algumas ineficiências e constrangimentos relativamente ao seu estado de conservação.

O estado de conservação geral do edificado é considerado “deficiente” no JI de Pontes de Monfalim enquanto no JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino o estado de conservação é considerado “razoável”. No caso dos espaços exteriores, o estado é considerado “razoável” na totalidade dos JI, com exceção de Pontes de Monfalim, onde se considera deficiente, apontando-se a necessidade de construção de parques infantis e /ou campos de jogos, e a ausência de espaços verdes.

O aprofundamento da análise relativa ao estado de conservação de alguns elementos e sistemas dos edifícios permite identificar aspetos que contribuem para a avaliação global do estado geral dos equipamentos.

O Jardim de Infância de Pontes de Monfalim apresenta-se como o caso mais problemático, sendo consideradas “deficientes” as paredes (exteriores e interiores), os revestimentos dos pavimentos exteriores, os tetos, bem como as caixilharias e portas. O JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino apresenta as caixilharias e portas exteriores em “deficiente” estado de conservação.

Quadro 13 - Apreciação sobre as acessibilidades dos estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Estabelecimento	Jl de Pontes de Monfalim	Jl de Pêro Negro	Jl de Sapataria	Jl de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Associação Popular Sobral de Monte Agraço
Estado de conservação do(s) edifício(s)					
Estrutura	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Cobertura	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Salas	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Paredes exteriores	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Paredes interiores	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos exteriores	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Revestimentos de pavimentos interiores	Razoável	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Tetos	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Bom
Escadas	Inexistente	Razoável	Bom	Razoável	Inexistente
Ascensores	Inexistente	Bom	Bom	Razoável	Inexistente
Caixilharia e portas exteriores	Deficiente	Bom	Bom	Deficiente	Razoável
Caixilharia e portas interiores	Deficiente	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Dispositivos de proteção contra queda	Inexistente	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Inexistente	Bom	Bom	Razoável	Razoável
Estado de conservação dos espaços de apoio					
Refeitório	Inexistente	Excelente	Bom	Razoável	Razoável
Sala polivalente	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Inexistente
Sanitários	Deficiente	Excelente	Bom	Razoável	Razoável
Recreio coberto	Inexistente	Inexistente	Deficiente	Inexistente	Inexistente
Recreio descoberto	Deficiente	Bom	Deficiente	Razoável	Razoável

Estabelecimento	Jl de Pontes de Monfalim	Jl de Pêro Negro	Jl de Sapataria	Jl de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Associação Popular Sobral de Monte Agraço
Parque infantil	Inexistente	Inexistente	Deficiente	Razoável	Razoável
Campo de jogos exterior	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Bom	Razoável

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral/Ass. Popular de S. de Monte Agraço (inquérito próprio)

Os espaços de apoio têm também apreciações bastante variadas, sendo que no caso dos equipamentos situados em edifícios mais antigos predominam as apreciações de teor negativo, como é o caso do Jl de Pontes de Monfalim, em que são apontados como deficientes os sanitários, sala polivalente e o recreio descoberto. Aliás, os recreios e os parques infantis constituem os espaços mais deficitários: os recreios descobertos dos Jl de Pontes de Monfalim, Sapataria e Sobral de Monte Agraço e São Quintino estão em “deficiente” estado de conservação. Apenas o Jl de Sapataria tem um espaço de recreio coberto, bem como um parque infantil, mas ambos com um “deficiente” estado de conservação. Já o campo de jogos exterior existe apenas no Jl de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino, com um estado de conservação considerado “Bom”. Espaços de recreio, parques infantis e campos de jogos exteriores são pontados como a das principais lacunas destes equipamentos.

Em matéria de consumo energético, os equipamentos da rede pública indicam uma evolução estável do consumo de energia, ou seja, houve uma manutenção do consumo, em relação direta com o facto de não terem sido adotadas medidas de aumento da eficiência energética, sendo que apenas o equipamento da rede solidária denota um aumento do consumo de energia nos últimos 3 anos.

Os resultados apresentados permitem concluir pela existência de algumas diferenças relativamente ao estado de conservação destes equipamentos. Efetivamente, nas variáveis analisadas, o equipamento localizado no edifício mais antigo (Jl de Pontes de Monfalim), cuja requalificação mais recente data de 2006, é o que regista maior número de avaliações de tipo “deficiente”. No campo oposto, o equipamento mais recentemente requalificado (2023), o Jl de Pêro Negro, a avaliações quase exclusivamente “excelentes” e “boas”, o conjunto mais elevado do universo em análise. Tal indicia uma relação importante entre a vetustez e o estado de conservação dos equipamentos.

O equipamento da rede solidária não regista avaliações negativas, sendo que o mesmo foi construído inicialmente em 1984, mas alvo de uma intervenção em 2023, o que pode ajudar a justificar essa situação. Prevalecem as avaliações “razoáveis”.

Relativamente ao meio envolvente é genericamente avaliado de forma positiva (4 avaliações “boas” e uma “razoável”). Já no que diz respeito às acessibilidades, das 4 dimensões avaliadas, nomeadamente, o acesso geral, o acesso pedonal, o acesso para pessoas com mobilidade condicionada e os transportes públicos, duas delas mereceram avaliação “deficiente” pelo Jl de Pontes de Monfalim (acessos para pessoas com mobilidade condicionada e transportes públicos), o serviço de transportes públicos é considerado negativo junto ao Jl de Pêro Negro. O serviço de transportes públicos também é considerado “Deficiente” no Jl da Ass. Popular de SMA.

Quadro 14 - Apreciação sobre as acessibilidades dos estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Estabelecimento	Jl de Pontes de Monfalim	Jl de Pêro Negro	Jl de Sapataria	Jl de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Associação Popular Sobral de Monte Agraço
Acesso geral	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom
Acesso pedonal	Razoável	Razoável	Bom	Bom	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Deficiente	Razoável	Bom	Razoável	Bom
Transportes Públicos	Deficiente	Deficiente	Bom	Razoável	Deficiente

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral/Ass. Popular de S. de Monte Agraço (inquérito próprio)

As apreciações realizadas aos vários equipamentos concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de várias intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos (Jl Pontes de Monfalim). Nesses casos é sublinhada a necessidade de intervenções de maior profundidade, sendo que nos mais recentes, para além do conjunto de necessidades ser mais restrito, não apresentam a mesma complexidade/dimensão.

As apreciações merecem ponderação sobre as necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, para este nível de ensino.

4.2.2. Espaços, serviços e recursos humanos

Nos 5 equipamentos do pré-escolar identifica-se um total de 15 salas disponíveis, das quais 4 no equipamento da rede solidária. Das 11 salas existentes nos equipamentos da rede pública, 8 encontram-se ocupadas com turma, sendo que as 4 da rede solidária estão todas ocupadas. Em nenhum dos equipamentos é referida a situação de carência de salas.

Quadro 15 - Salas dos Estabelecimentos do pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

	Jl de Pontes de Monfalim	Jl de Pêro Negro	Jl de Sapataria	Jl de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Associação Popular Sobral de Monte Agraço	Total
Total de Salas	2	1	4	4	4	15
Salas ocupadas	1	1	4	2	4	12
Carências de salas	Não	Não	Não	Não	Não	-

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral/Ass. Popular de S. de Monte Agraço (inquérito próprio)

Todos os equipamentos indicaram disponibilizar serviço de refeições, sendo que em 2 casos as refeições são asseguradas por unidade de confeção de refeições externa ao estabelecimento de ensino (JI de Pontes de Monfalim e JI de Pêro Negro). Nos outros 2 casos as refeições são realizadas em unidade de confeção própria, com confeção para o exterior, no caso do JI da Sapataria, e sem confeção para o exterior no caso do JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino).

Em matéria de recursos humanos, identificava-se um total de 43 pessoas afetas à atividade dos 5 equipamentos no ano letivo de 2022-2023. Destas, a maioria (21) encontrava-se na Associação Popular Sobral de Monte Agraço, todos eles pertencentes aos quadros da instituição.

Já no que toca à natureza das suas funções, identificava-se um total de 13 educadores de infância, 20 assistentes operacionais e 11 recursos humanos de outra natureza. Note-se que apenas 1 trabalhador, educador de infância, não pertence aos quadros.

Quadro 16 - Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Estabelecimento	Total	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
JI de Pontes de Monfalim	3	1	0	0	0	2	0	0	0
JI de Pêro Negro	3	1	0	0	0	2	0	0	0
JI de Sapataria	12	4	1	0	0	7	0	0	0
JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	5	2	0	0	0	3	0	0	0
Associação Popular Sobral Monte Agraço	21	4	0	0	0	6	0	11	0
Total	43	12	1	0	0	20	0	11	0

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral/Ass. Popular de S. de Monte Agraço (inquérito próprio)

4.3. Ensino Básico - 1.º Ciclo

4.3.1. Equipamentos

O processo de inquirição contemplou os 3 estabelecimento do 1.º Ciclo do Ensino Básico existentes no concelho, todos integrados na rede pública de ensino. Destes, 2 encontram-se na freguesia da Sapataria, nas localidades de Pêro Negro e Sapataria, e o outro em Sobral de Monte Agraço. A oferta escolar disponibilizada por estes 3 estabelecimentos é desenvolvida no regime “normal”.

Quadro 17 - Características gerais dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

		EB de Pêro Negro	EB de Sapataria	EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino
Freguesia		Sapataria	Sapataria	Sobral de Monte Agraço
Data de construção original do edifício		2022	2011	2003
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim	Sim	Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim	Sim	Sim
Ano da última intervenção		-	-	2023
Valências partilhadas		Pré-escolar	Pré-escolar	Pré-escolar
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Excelente	Excelente	Razoável
	Espaço exterior	Razoável	Razoável	Razoável

Fonte: Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

A globalidade dos equipamentos partilhava instalações com o pré-escolar, sendo que a data de construção dos edifícios em que se situam (todos construídos para o fim que desempenham) é recente, oscila entre 2003 e 2023. Note-se que a EB de Pêro Negro foi alvo de requalificação em 2023, daí a classificação de “Excelente” no que respeita ao edificado. O edificado da EB1 da Sapataria também foi considerado “Excelente”. A avaliação realizada aos espaços exteriores dos três estabelecimentos é “razoável”.

Uma análise mais detalhada das componentes que integram os edifícios destes equipamentos permite concluir pela existência de alguns desequilíbrios entre as condições de cada uma das escolas. Num dos casos a generalidade das classificações atribuídas é “excelente” ou “bom” (EB de Pêro Negro), com as escadas em “razoável” estado de conservação. Na EB da Sapataria predomina a classificação “bom”. O outro equipamento (EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino) predomina a classificação “razoável”, estando em fase final de obras de requalificação, com um item considerado “deficiente”, as caixilharias e portas exteriores.

Quadro 18 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes dos estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

	EB de Pêro Negro	EB de Sapataria	EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino
Estado de conservação do(s) edifício(s)			
Estrutura	Excelente	Bom	Razoável
Cobertura	Excelente	Bom	Razoável
Salas	Excelente	Bom	Razoável
Paredes exteriores	Excelente	Bom	Razoável
Paredes interiores	Excelente	Bom	Razoável
Revestimentos de pavimentos exteriores	Excelente	Bom	Razoável
Revestimentos de pavimentos interiores	Excelente	Bom	Razoável
Tetos	Excelente	Bom	Razoável
Escadas	Razoável	Bom	Razoável
Ascensores	Bom	Bom	Razoável
Caixilharia e portas exteriores	Bom	Bom	Deficiente
Caixilharia e portas interiores	Bom	Bom	Razoável
Dispositivos de proteção contra queda	Bom	Bom	Razoável
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Bom	Bom	Razoável
Estado de conservação dos espaços de apoio			
Refeitório	Excelente	Bom	Razoável
Sala polivalente	Excelente	Bom	Razoável
Centro recursos / Biblioteca	Inexistente	Bom	Razoável
Recreio coberto	Inexistente	Deficiente	Inexistente
Recreio descoberto	Bom	Deficiente	Deficiente
Parque infantil	Inexistente	Deficiente	Em remodelação
Sanitários	Excelente	Bom	Razoável
Campo de jogos	Inexistente	Inexistente	Bom

	EB de Pêro Negro	EB de Sapataria	EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino
Campo de jogos exterior	Inexistente	Inexistente	Bom

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

No que se refere aos espaços de apoio, os maiores constrangimentos estão relacionados com os espaços exteriores, nomeadamente recreios, cobertos e descobertos, e parques infantis, ou estão em mau estado (EB da Sapataria) ou não existem. Na EB Pêro Negro e na EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino embora exista parque infantil o mesmo está desativado durante as obras de requalificação em curso, estando previsto a sua reabertura no início do próximo ano letivo. As escolas Básicas de Pêro Negro e de Sapataria não têm campos de jogos, sendo que a primeira não dispõe centro de recursos e/ou biblioteca.

Relativamente ao enquadramento na área envolvente, em todas as escolas o meio envolvente é avaliado como sendo “Bom”. As dimensões relacionadas com a acessibilidade são menos positivas na EB de Pêro Negro, sendo os acessos através de transportes públicos considerados deficientes.

Na EB1 de Sapataria, pelo contrário, avalia-se sempre com “bom” as dimensões em análise, sendo que na EB1 de Sobral de Monte Agraço considera-se “bom” o acesso geral e o acesso pedonal, sendo que as condições de acesso para pessoas com mobilidade condicionada são razoáveis, assim como os acessos através de transportes públicos.

Quadro 19 - Apreciação sobre as acessibilidades dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

	EB de Pêro Negro	EB de Sapataria	EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino
Acesso geral	Razoável	Bom	Bom
Acessibilidade pedonal	Razoável	Bom	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Razoável	Bom	Razoável
Transportes Públicos	Deficiente	Bom	Razoável

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Em matéria de consumo energético, não tendo adotado qualquer estratégia de redução dos mesmos, todos os equipamentos apresentam uma estabilização dos seus consumos.

Em termos de conservação, o balanço final permite concluir que:

- Na EB de Pêro Negro sinaliza-se a necessidade de construção de um parque infantil, de preferência coberto, e de um campo de jogos/atividades.
- No caso da EB de Sapataria, considera-se necessária a construção de um campo de jogos/espço para a prática de atividade física na escola, e a construção de um pavilhão para a prática desportiva, nas proximidades da escola.

- Na EB de Sobral de Monte Agraço estão a decorrer obras de reabilitação. Aponta-se a necessidade de construção de um parque infantil, de zonas verdes e de um recreio coberto, bem como a ausência de um estacionamento/espço, para viaturas de transporte de pessoas com deficiências.

4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

As 3 escolas que integram a oferta do 1.º CEB disponibilizam um total de 25 salas, das quais 14 na EB de Sobral de Monte Agraço, 8 na EB de Sapataria e 3 na EB de Pêro Negro. Não é apontada carência de salas para funcionamento em horário normal. Está previsto, no ano letivo 2023/2024, a criação de nova turma de 1ºCiclo.

Quadro 20 - Salas dos Estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

	EB de Pêro Negro	EB de Sapataria ⁷	EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	Total
Salas componente letiva	3	8	14	25
Salas ocupadas	2	5	13	20
Salas de educação física/polivalente	1	1	1	3
Sala de informática	0	0	0	0
Carência de salas para funcionamento em horário normal	Não	Não	Não	-

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Todas as escolas disponibilizam serviço de refeições, num dos casos prestado através de uma unidade de confeção externa (EB de Pêro Negro), e nos outros dois com confeção no próprio estabelecimento, sem confeção para o exterior (EB de SMA e Santo Quintino) e com confeção para o exterior (EB da Sapataria).

Os equipamentos dispõem de acessibilidades para alunos com necessidades específicas, tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva.

No âmbito do Decreto-lei nº 54/2018, de 6 de julho “os docentes de Educação Especial colaboram no funcionamento dos Centros de Apoio à Aprendizagem, nos contextos de apoio e de corresponsabilização dos demais docentes do aluno, na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, na colaboração para a elaboração dos documentos curriculares e no reforço das aprendizagens aos alunos que beneficiam de medidas de nível seletivo e ou adicional.

Pretende-se que a resposta educativa seja encarada maioritariamente no contexto das atividades habituais da turma, mas por vezes, face à gravidade das tipologias existentes, é ministrada fora da turma e complementada com os recursos afetos ao Departamento de Educação Especial, com os técnicos do

⁷ Prevê-se a criação de nova turma de 1ºCiclo no ano letivo 2023/2024.

Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) no seio da própria Escola/Agrupamento, ou com técnicos exteriores à mesma (Hospitais / Centro de Saúde / Clínicas) nas valências clínicas da saúde, da terapia da fala, da psicologia e da reabilitação psicomotora e com empresas e instituições locais para implementação dos Planos Individuais de Transição, sempre que o aluno tenha um PEI.”

A coordenadora da educação especial do AEJICS faz a ponte entre os serviços de educação e a ELIAASMA (equipa Local de Intervenção Precoce de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço).

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), enquanto a Componente de Apoio à Família (CAF) é disponibilizada apenas na EB de Sapataria.

Para o desenvolvimento das suas atividades, as 3 escolas dispõem de um total de 45 pessoas, a maior parte destas (30) afetas à EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino. No ano letivo 2022-2023, no total, 42 estavam nos quadros das instituições, sendo que os restantes tinham outro tipo de vínculo contratual. Os docentes eram a tipologia de recurso mais numerosa (29), seguindo-se os assistentes operacionais (13), a que acrescem dois recursos humanos de outra tipologia.

Quadro 21 - Recursos humanos nos estabelecimentos do 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Escola	Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
		Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
EB de Pêro Negro	4	2	1	0	0	1	0	0	0
EB de Sapataria	11	8	0	0	0	3	0	0	0
EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	30	19	0	0	0	9	0	0	2
Total	45	29	1	0	0	13	0	0	2

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

4.4. Ensino Básico - 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário

4.4.1. Equipamentos

A oferta educativa dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário em Sobral de Monte Agraço é assegurada pela Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, situada na freguesia de Sobral de Monte Agraço, que disponibiliza também cursos profissionais.

Este equipamento, de tipologia T39, é composto por dois edifícios apenas um deles construído de raiz (o outro foi adaptado para os fins que atualmente desempenha).

O mais antigo data de 1989 e o mais recente foi reabilitado em 2022. O estado de conservação geral dos edifícios e espaços exteriores é considerado “razoável”.

Quadro 22 - Características gerais do Estabelecimento do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral		
Freguesia		Sobral de Monte Agraço
Data de construção original do edifício		1989
Edifício construído de raiz para o fim atual		Sim
Edifício de uso exclusivamente educativo		Sim
Ano da última intervenção		2022
Estado de Conservação Geral	Edifícios	Razoável
	Espaço exterior	Razoável

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Ainda assim, uma análise pormenorizada das várias componentes que integram os edifícios deste estabelecimento revelam a existência de alguns elementos com um estado de conservação “deficiente”, nomeadamente, os laboratórios, as paredes (interiores e exteriores), o revestimento de pavimentos (interiores e exteriores), tetos, escadas, caixilharia e portas (interiores e exteriores).

Relativamente aos espaços de apoio existentes, a maioria das classificações avaliativas relativas ao seu estado de conservação recaem na tipologia “deficiente”, sendo esse o estado do refeitório, sala de convívio, recreio descoberto, balneários e sanitários. Nesta escola não existem espaços destinados à prática desportiva e atividade física: sala polivalente, recreio coberto e pavilhão desportivo.

Quadro 23 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes do estabelecimento do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	
Estado de conservação do(s) edifício(s)	
Estrutura	Razoável
Cobertura	Razoável
Salas	Razoável

Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	
Laboratórios	Deficiente
Oficinas	Inexistente
Paredes exteriores	Deficiente
Paredes interiores	Deficiente
Revestimentos de pavimentos exteriores	Deficiente
Revestimentos de pavimentos interiores	Deficiente
Tetos	Deficiente
Escadas	Deficiente
Ascensores	Razoável
Caixilharia e portas exteriores	Deficiente
Caixilharia e portas interiores	Deficiente
Dispositivos de proteção contra queda	Inexistente
Dispositivos de proteção de vãos exteriores	Razoável
Estado de conservação dos espaços de apoio	
Refeitório	Deficiente
Sala de convívio	Deficiente
Sala polivalente	Inexistente
Recreio coberto	Inexistente
Recreio descoberto	Deficiente
Centro de recursos / Biblioteca	Razoável
Mediateca	Inexistente

Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	
Pavilhão desportivo	Inexistente
Campo de jogos exterior	Razoável
Balneários	Deficiente
Sanitários	Deficiente

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

O meio envolvente é caracterizado como sendo “razoável”, beneficiando de bons acessos gerais e pedonais. Em contrapartida, o acesso a pessoas com mobilidade condicionada é considerado deficitário, assim como a oferta de transportes públicos.

Quadro 24 - Apreciação sobre o estado de conservação das várias componentes do estabelecimento do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário em Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023

Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	
Acesso geral	Bom
Acessibilidade pedonal	Bom
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Deficiente
Transportes Públicos	Deficiente

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Relativamente ao consumo energético, o equipamento tem apresentado um consumo homogéneo ao longo dos últimos 3 anos, ainda que tenha instalado lâmpadas de baixo consumo como medida para o aumento da eficiência energética e, consequente, redução da fatura energética.

O estado de conservação de algumas componentes do equipamento é considerado “deficiente” principalmente devido à antiguidade dos edifícios. Relativamente aos espaços exteriores, foi igualmente identificada a carência de um recreio coberto, bem como a necessidade de uma ligação coberta entre a portaria e o edifício principal.

Foram ainda identificadas outras insuficiências em sede de inquérito que dificultam a utilização plena deste equipamento, nomeadamente, limitações nas áreas de lazer e nos espaços WiFi, a inexistência de um pavilhão para a prática desportiva, bem como de gabinetes e/ou espaços para o desenvolvimento da atividade de clubes escolares, como por exemplo, de fotografia, de teatro ou de artes.

4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

A Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral dispõe de um total de 39 salas, das quais 33 associadas à componente letiva, todas elas ocupadas com turma, sendo as restantes usadas como salas de informática (2), educação visual e tecnológica (2) e laboratório (2).

No âmbito do inquérito realizado foi indicada a carência de 6 salas, que serviriam principalmente para apoiar o desenvolvimento da componente letiva. O equipamento não cede salas ou espaços à comunidade exterior.

Destaque-se o facto de existirem vários clubes e projetos complementares desenvolvidos no estabelecimento de ensino, nomeadamente, Artes de palco (10 alunos inscritos), Ubuntu-Academia de Líderes (40 alunos inscritos), ou projetos que envolvem todos os alunos como o Eco Escolas, PES – Educação para a Saúde, NOE/SPO, entre outros. Destaca-se ainda a oferta “Clube Desporto Escolar”, com várias modalidades desportivas, com 156 alunos inscritos no ano letivo 2022-2023.

A escola dispõe de serviço de refeições, assegurado por uma unidade de confeção de refeições própria (sem confeção para o exterior), e de acessibilidades para alunos com NE.

O desenvolvimento das atividades escolares é assegurado por um universo total de 239 pessoas, sendo a maior parte pessoal docente, num total de 157, dos quais 122 pertencentes ao quadro (78%).

Quadro 25 - Recursos humanos na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023

Total	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos	
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros
239	122	35	12	0	61	3	1	5

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Efetivamente, 82% do pessoal ao serviço estava ligado aos quadros da escola, sendo que somente 43 pessoas tinham outro tipo de vínculo. A segunda tipologia de recurso mais comum eram os assistentes operacionais (64 pessoas), seguindo-se os assistentes técnicos (12) e outros recursos humanos (6).

4.4.3. Oferta formativa

Como referido, a Escola Básica e Secundária disponibiliza, para além do Ensino Básico Geral e dos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário, também oferta formativa ao nível de cursos de dupla certificação, nomeadamente Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais do Ensino Secundário e, ainda, um Curso de Educação e Formação de Adultos, de nível secundário.

Quadro 26 – Alunos em cursos profissionais na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023

	Alunos	Turmas
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	4	1
Técnico de informática de gestão	6	1
Técnico de informação e animação turística	6	1
Técnico comercial	15	1
Técnico de apoio à gestão desportiva	22	2
Total	53	6

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Quadro 27 – Informação sobre cursos EFA e CEF para jovens na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, no ano letivo 2022-2023

	CEFJ	EFA
Alunos	11	50
Turmas	1	2
Salas ocupadas (com turma) (n.º)	1	2
Docentes- Quadro (n.º):	5	3
Docentes - Outros (n.º):	4	4

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

5.1. Procura atual por tipologia de equipamento / nível de ensino

5.1.1. Enquadramento

A evolução do número de crianças e alunos matriculados nas escolas do concelho tem registado uma trajetória de decréscimo, apresentando-se em sintonia comparativamente à tendência nacional, que se caracteriza por uma diminuição do número de crianças e alunos matriculados.

Efetivamente, no concelho de Sobral de Monte Agraço, entre os anos letivos de 2018/2019 e 2022/2023, ocorreu um decréscimo de 20 crianças e alunos matriculados (-1,3%). Ainda assim, neste período, verificou-se um aumento do número de alunos matriculados no pré-escolar, de 232 para 281 (o que corresponde a um decréscimo de 21%). As maiores perdas observaram-se no ensino secundário (-84 alunos, o que corresponde a uma variação de -33%). O ensino profissional registou perdas de 1,3% face a 2018/2019.

Quadro 28 – Crianças e alunos matriculados em estabelecimento de ensino no concelho de Sobral de Monte Agraço por ano letivo e nível de ensino

Nível de ensino	Anos letivos					2018/2019-2022/2023	
	2018 / 2019	2019 / 2020	2020 / 2021	2021 / 2022	2022 / 2023	n.º	%
Educação pré-escolar	232	246	246	274	281	49	21,1
1.º Ciclo do ensino básico	410	377	387	373	413	3	0,7
2.º Ciclo do ensino básico	246	270	257	243	222	-24	-9,8
3.º Ciclo do ensino básico	370	360	360	380	406	36	9,7
Ensino secundário	252	231	241	191	168	-84	-33,3
TOTAL	1.510	1.484	1.491	1.461	1.490	-31	-2,0
Ensino profissional	64	76	71	45	53	-20	-1,3

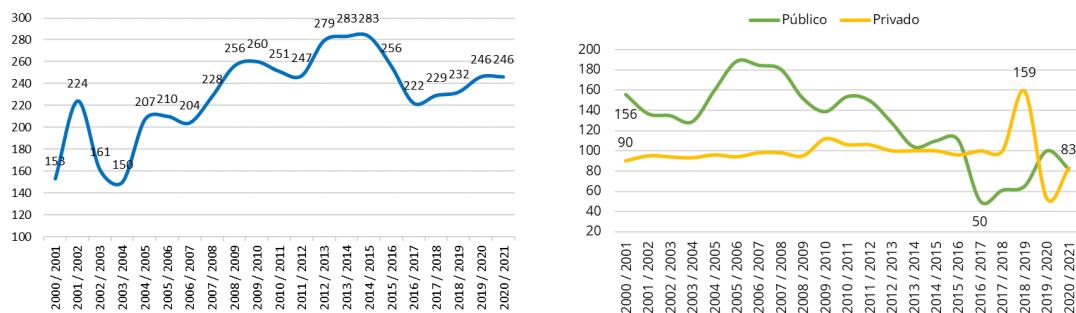
Fonte: INE (2018/19-2020/21) e AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio), 2021/2022-2022/2023).

5.1.2. Pré-Escolar

Dados do INE apontam para uma tendência de aumento do número de crianças inscritas no pré-escolar desde 2003/2004 até ao ano letivo 2014/2015, em que se atingiu um total de 283 matrículas. Desde então, registou-se uma ligeira diminuição até 2016/2017, quando se verificaram 222 matrículas.

Nos anos mais recentes ocorreu uma recuperação, com oscilações ligeiras, que configuram uma certa estabilização no número de matrículas neste nível de ensino, atingindo os 246 alunos em 2020/2021.

Figura 53 – Evolução do número de crianças matriculadas no Pré-Escolar em Sobral de Monte Agraço, 2000/2001- 2020/2021



Fonte: INE.

Esta evolução apresenta-se algo diferenciada em função da natureza das entidades. No caso das entidades públicas verificam-se períodos de aumento e diminuição no número de matrículas de forma mais acentuada do que o que se verifica na rede solidária, em que as oscilações são menos vincadas, caracterizando-se por uma maior estabilização. No período 2016/2017- 2018/2019 a rede privada superou a rede pública em número de crianças inscritas.

Quadro 29 – Evolução do número de crianças matriculadas em estabelecimentos do Pré-Escolar da rede pública e solidária, no concelho de Sobral de Monte Agraço

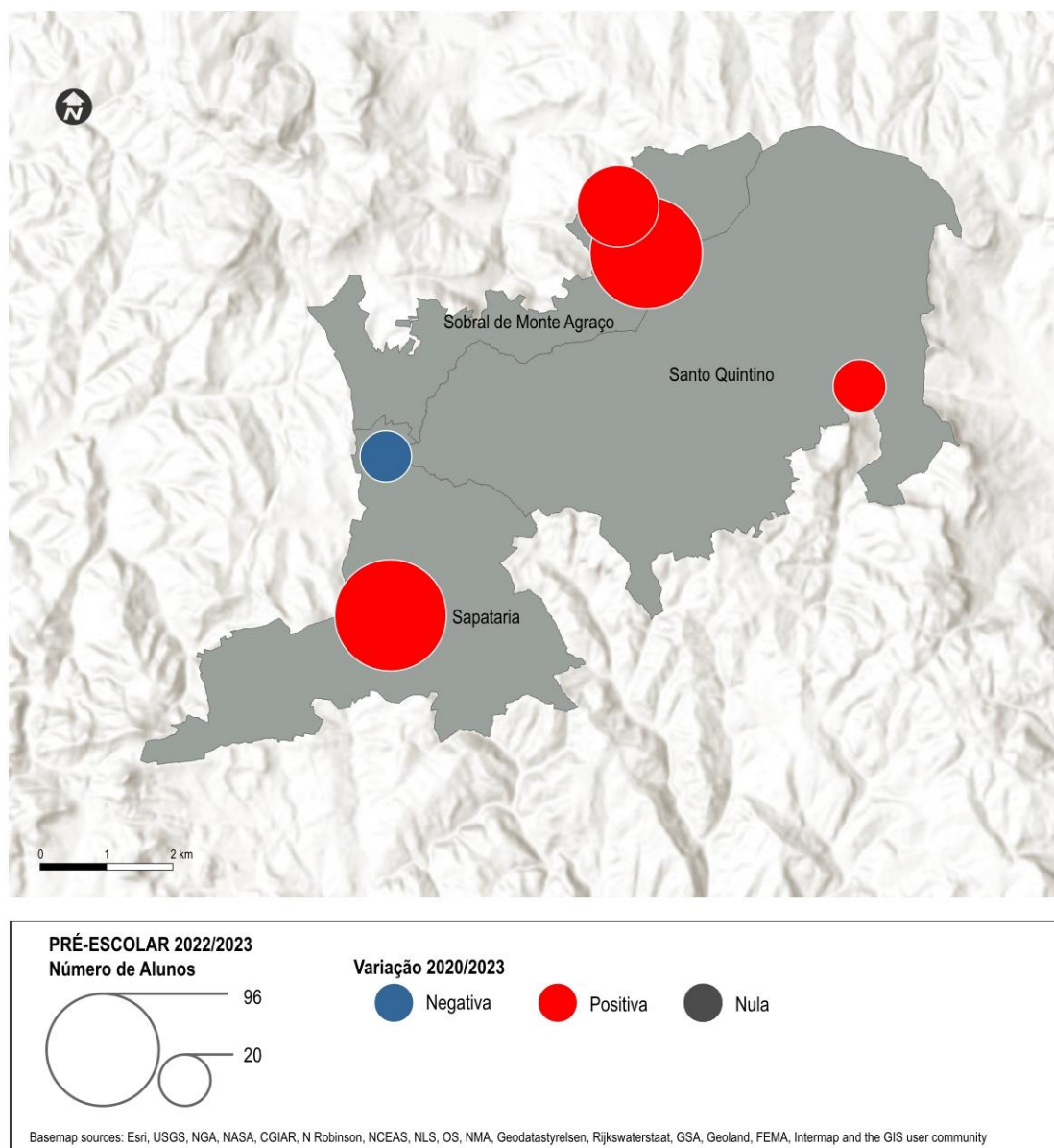
Anos letivos	Total	Rede		% do total de matrículas na rede pública
		Pública	Solidária	
2020/2021	242	152	90	62,8
2021/2022	274	178	96	65,0
2022/2023	281	185	96	65,8

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Nos últimos 3 anos letivos, as matrículas na instituição da rede solidária aumentaram para as 96, em 2022/2023. Já no caso das entidades da rede pública, subiram das 152 matrículas, em 2020-2021, para as 185, em 2022-2023, um acréscimo expressivo, superior a 3 dezenas de matrículas, em parte como resultado da entrada em funcionamento de mais uma sala de pré-escolar na EB Sapataria.

Destaque-se o facto de a rede solidária de pré-escolar no concelho ser composta por apenas um equipamento, o que significa que uma entidade é responsável por valores na ordem dos 34% do total de matrículas registadas no concelho neste nível de ensino, pelo que se constitui como parte fundamental da dinâmica de oferta e procura existente.

Figura 54 – Crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Considerado apenas o ano letivo 2022-2023, constata-se que a Associação Popular de Sobral de Monte Agraço, da rede solidária, era a que tinha maior número de crianças matriculadas (96), seguida do JI de Sapataria (94) e do JI de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino (50).

Quadro 30 – Crianças matriculadas e n.º de salas em estabelecimentos do Pré-Escolar da rede pública e solidária, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021/2022 e 2022/2023

Rede	Freguesia	Estabelecimento	Matrículas			Varição	Residentes fora do concelho (%)	Salas
			2020- 2021	2021- 2022	2022- 2023	2020-21/ 2022-23	2022-2023	2022- 2023
Pública	Santo Quintino	Jl de Pontes de Monfalim	14	22	21	50,0	0	1
	Sapataria	Jl de Pêro Negro	25	21	20	-20,0	0	1
		Jl da EB da Sapataria	66	84	94	42,4	0	4
	Solidária	Sobral de Monte Agraço	Jl da EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	47	51	50	6,4	0
Jl da Associação Popular de Sobral Monte Agraço			90	96	96	6,7	5,2	4
Total			242	274	281	16,1	274	281

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Numa análise por freguesia, em 2022-2023, nos estabelecimentos situados em Sobral de Monte Agraço encontravam-se inscritas 147 crianças, seguindo-se a Sapataria com 105 crianças. No Jl de Pontes de Monfalim, o único da freguesia de Santo Quintino, havia 22 inscrições.

Esta situação reflete as tendências demográficas e socioprofissionais do concelho, já que em Sobral de Monte Agraço era onde a proporção de população que residia e trabalhava na freguesia era mais elevada, permitindo desenvolver as suas atividades quotidianas num contexto de maior proximidade. Por outro lado, podem também verificar-se situações de encarregados de educação que, ao vir trabalhar para Sobral de Monte Agraço vindos de outras freguesias, optaram por matricular as suas crianças nas instituições aí localizadas.

Por outro lado, a procura observada na Sapataria pode estar relacionada com o dinamismo demográfico observado, resultado do forte relacionamento com outras unidades territoriais próximas, sendo que em Santo Quintino a menor dimensão populacional aliada às deslocações para Sobral de Monte Agraço podem contribuir para a transferência da procura para a vila sede de concelho. Note-se que apenas o Jl da rede privada, situado na freguesia de Sobral do Monte Agraço é frequentado crianças residentes fora do concelho (5).

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) eram disponibilizadas em 3 instituições, quer antes quer depois da atividade letiva. As entidades que tinham esse serviço eram o Jl da EB da Sapataria, o Jl da EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino e o Jl da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço.

As AAAF antes da componente letiva tinham 109 crianças inscritas (correspondendo a 38,8% do total de crianças matriculadas), sendo que as AAAF depois da componente letiva reuniam 143 crianças (50,9% do

total), o que reflete a importância destas atividades no apoio às famílias, sendo principalmente relevante na parte da tarde, após a atividade letiva.

Existia um total de 18 crianças nas escolas do concelho, que beneficiaram de medidas de nível seletivo e/ou adicional (1 no JI da EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino, 3 no JI da EB de Pêro Negro, 3 no JI da EB da Sapataria e 11 no JI da Associação Popular de Sobral de Monte Agraço), o que representa 2,8% do universo de crianças inscritas.

No estabelecimento da rede privada, as 11 crianças são acompanhadas ao nível da intervenção precoce.

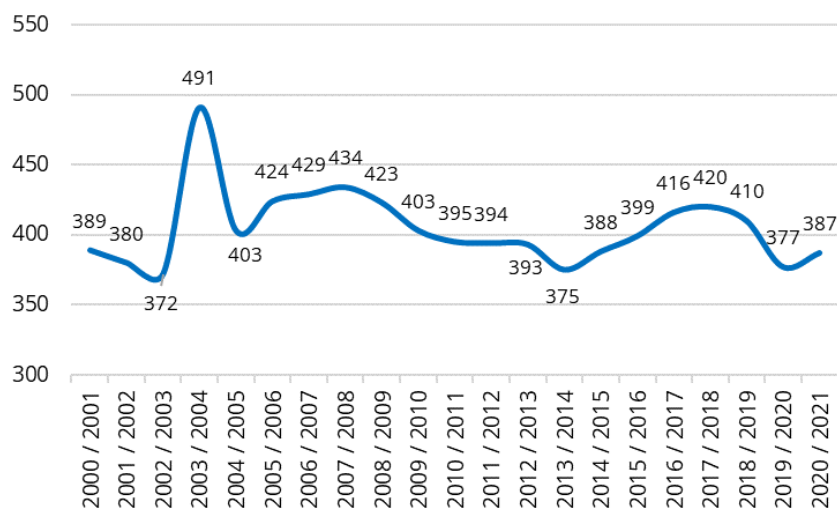
A ELI Alenquer / Arruda / Sobral de Monte Agraço tem sede no Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

5.1.3. Ensino Básico - 1.º Ciclo

De acordo com dados do INE, a evolução do número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico em Sobral de Monte Agraço, cuja oferta é assegurada apenas por instituições da rede pública, regista oscilações ligeiras ao longo dos últimos 20 anos.

No ano letivo de 2003/2004 ocorreu um pico no número de alunos inscritos (491), face aos 372 registados em 2002/2003, que correspondem ao valor mais baixo no período em análise. Porém, desde esse período, a evolução registada foi de alternância, ainda que bastante ligeira, entre valores de acréscimo e de redução. Entre 2020/2021 estavam matriculados 387 alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico em Sobral, mais 10 que no ano letivo anterior.

Figura 55 – Evolução do número de crianças matriculadas no 1.º CEB em Sobral de Monte Agraço, 2000/2001- 2020/2021



Fonte: INE

Considerando os dados relativos ao número de inscritos por escola, é notória a maior dimensão da comunidade escolar na EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino que apresenta o número mais

elevado de alunos matriculados nos últimos 3 anos letivos, correspondendo a 65% do total de matrículas e de turmas neste nível de ensino em 2022/2023.

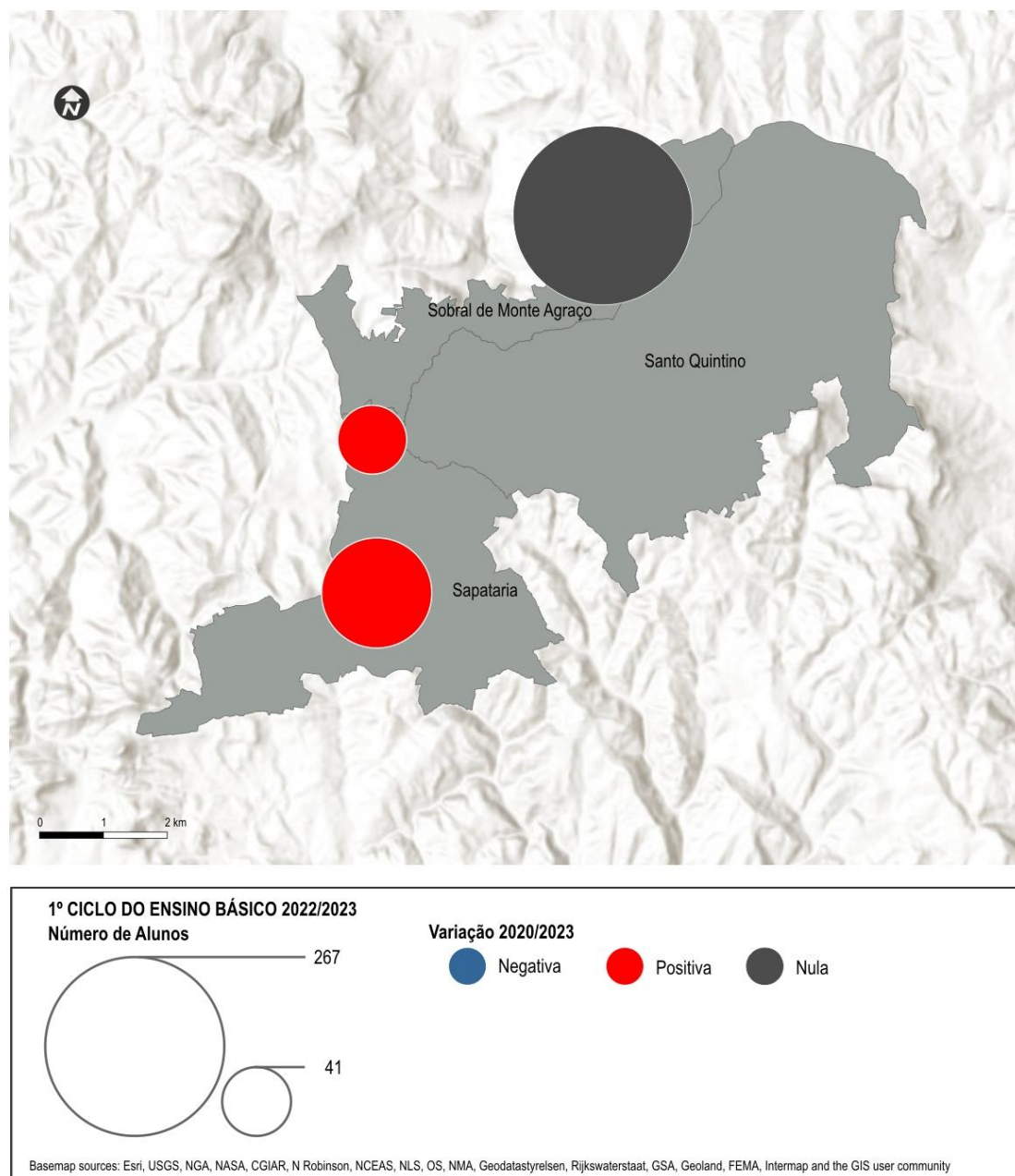
Quadro 31 – Evolução do número de alunos e turmas em estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço

Anos letivos	Alunos				Turmas	Alunos/ Turma
	2020 / 2021	2021/ 2022	2022/ 2023	Variação 2020/21- 2022/23	2022/ 2023	
EB de Pêro Negro	33	36	41	24,2	2	20,5
EB de Sapataria	93	93	105	12,9	5	21,0
EB de Sobral de Monte Agraço e Sto. Quintino	267	244	267	0,0	13	20,5
Total	393	373	413	5,1	20	20,7

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Pelo contrário, a EB1 de Pêro Negro, é a que apresenta menor número de alunos, 41 alunos matriculados em 2022/23, distribuídos por duas turmas. As EB de Pêro Negro e Sapataria observam um crescimento contínuo do número de alunos nos últimos 3 anos letivos, enquanto na EB de SMA e Sto. Quintino teve um menor número de alunos matriculados em 2021/2022, voltando aos 267 alunos em 2022/2023. Isto significa que a maior parte dos alunos deste nível de ensino se encontram no estabelecimento localizado na freguesia de Sobral de Monte Agraço que, em 2022/2023, tinha 13 turmas em funcionamento, face às 5, na EB de Sapataria, e duas, na EB de Pêro Negro.

Figura 56 – Alunos inscritos nos estabelecimentos do 1.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Em 2022/2023, a totalidade dos alunos matriculados neste nível de ensino reside no concelho de SMA o que revela alterações face a 2020/2021, em que cerca de 9% dos alunos do 1.º CEB inscritos nas escolas de Sobral de Monte Agraço residia noutro concelho (12% na EB de SMA e Sto. Quintino), o que estaria relacionado com a distribuição das bolsas de emprego na região, fazendo com que alguns encarregados de educação optassem por estabelecimentos próximos dos seus locais de emprego em detrimento dos seus locais de residência.

Também relevante para esta análise são os serviços prestados pelos estabelecimentos do 1.º CEB, destacando-se o facto de todos eles disponibilizarem Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e de apenas a EB de Sapataria disponibilizar a Componente de Apoio à Família (CAF).

A relevância destes serviços é notória. Todos os alunos frequentam as AEC, sendo que no caso da CAF, esta é utilizada por cerca de 43% dos alunos matriculados na EB da Sapataria. Na Escola Básica de Sobral de Monte Agraço e S. Quintino esta resposta tem sido assegurada pela rede solidária, através de CATL

Quadro 32 – Alunos que frequentam AEC e CAF nos estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2022/2023

Estabelecimentos	Total de alunos	A frequentar AEC		A frequentar CAF	
		n.º	%	n.º	%
EB de Pêro Negro	41	41	100	-	-
EB de Sapataria	105	105	100	45	42,9
EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	267	267	100	-	-

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Em 2020/2021, existia um total de 30 alunos, que beneficiam de medidas de nível seletivo e/ou adicional, 23 dos quais na EB de SMA e Sto. Quintino, onde estes alunos representam 8,6% do total, 2 alunos na EB de Pêro Negro e 5 na EB de Sapataria.

No que diz respeito às retenções, o universo de estabelecimentos em causa registou, no ano letivo de 2021/2022 um total de 15 retenções, o que corresponde a uma proporção de 3,6%. Há dois anos letivos atrás 2019/2020, as 27 retenções registadas correspondiam a 7,1% dos alunos matriculados.

É notória uma distribuição algo desequilibrada destas retenções por escola, uma vez que na EB de Sapataria, essa percentagem é mais elevada (5,7% dos alunos).

Quadro 33 – alunos retidos nos estabelecimentos do 1.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2021/2022

Estabelecimentos	Total de alunos	Retenções	
		n.º	%
EB de Pêro Negro	41	1	2,4
EB de Sapataria	105	6	5,7
EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	267	8	3,0
Total	413	15	3,6

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Finalmente, realce-se o facto de, entre os anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022, não se ter verificado qualquer abandono da frequência escolar no 1.º CEB, o que constitui um aspeto positivo no contexto das políticas educativas municipais, o que estará relacionado com o trabalho das instituições educativas na prevenção e combate ao fenómeno do abandono escolar precoce ao nível local.

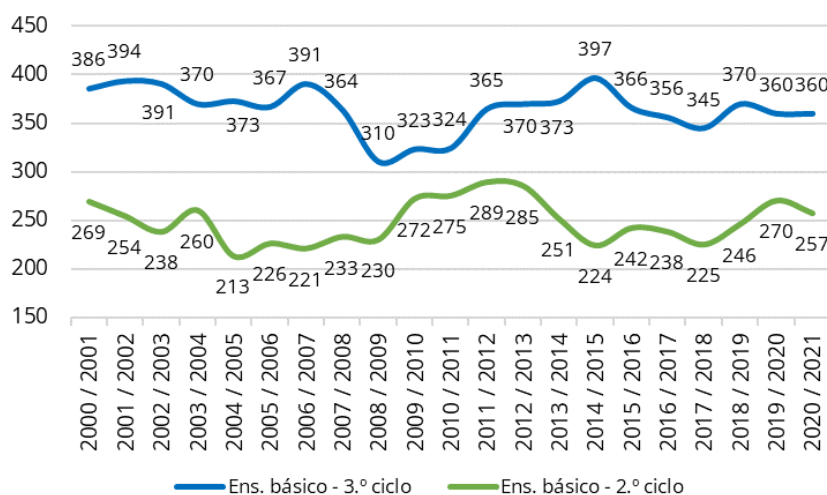
5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

De acordo com dados do INE, os alunos matriculados nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico em Sobral de Monte Agraço, cuja oferta é assegurada apenas por uma instituição da rede pública (Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral), têm vindo a ter algumas oscilações desde o início do século.

No 2º CEB, entre 2000/2001 e 2004/2005 a tendência foi de decréscimo, com exceção do ano letivo de 2003/2004. Desde então, e até 2012/2013, observou-se uma trajetória de aumento no número de alunos, com particular intensificação em 2009/2010.

A partir de 2012/2013 inicia-se nova fase, marcada por um decréscimo do universo de alunos do 2.º CEB, sendo que entre 2014/2015 e 2017/2018 se verificou uma estabilização da procura, que no período mais recente viria novamente a aumentar, tendo-se situado nos 257 alunos em 2020/2021.

Figura 57 – Evolução do número de crianças matriculadas nos 2.º e 3.º CEB em Sobral de Monte Agraço



Fonte: INE

No caso do 3.º CEB a evolução é semelhante, com períodos intercalados de diminuição, estabilização e aumento. Desde o início do século e até 2006/2007 verifica-se uma fase de estabilização, com **tendência para um ligeiro aumento do universo de alunos**. Após esse ano, ocorre uma diminuição até 2008/2009, ano em que se atinge o valor mais baixo de matrículas neste nível de ensino no período em análise (310).

Desde então, houve um aumento até 2014/2015, ano letivo com maior número de matrículas (397), com especial relevância em 2010/2011 e 2011/2012. Após esta fase, verifica-se novo período de estabilização da procura, com oscilações muito ligeiras nos mais recentes anos letivos. Em 2020-2021, contabilizam-se 360 alunos no 3.º ciclo.

A análise da evolução mais recente é feita com base em informação recolhida junto do AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

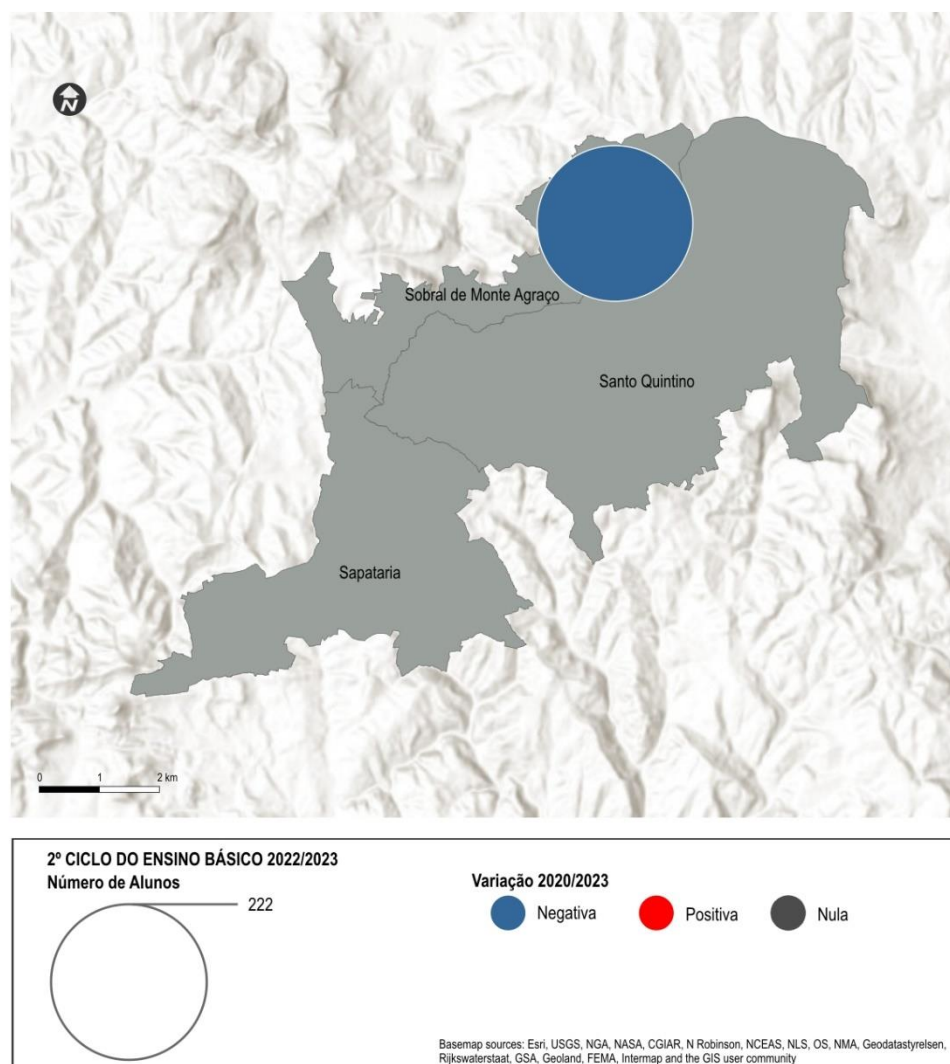
Quadro 34 – Alunos matriculados e turmas no 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço

	2020 / 2021	2021 / 2022	2022 / 2023	Var. 2020 / 2021 - 2022 / 2023 (%)	2022 / 2023	
Ano letivo	Alunos (n.º)				Turmas (n.º)	Alunos/Turma
2.º CEB	259	243	222	-14,3	10	22,2
3.º CEB	360	380	406	12,8	21	19,3

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Note-se que a oferta educativa destes níveis de ensino é assegurada por apenas uma escola, pelo que as oscilações observadas ao nível da procura se prendem essencialmente com questões demográficas, e pela frequência de alunos provenientes de fora do concelho.

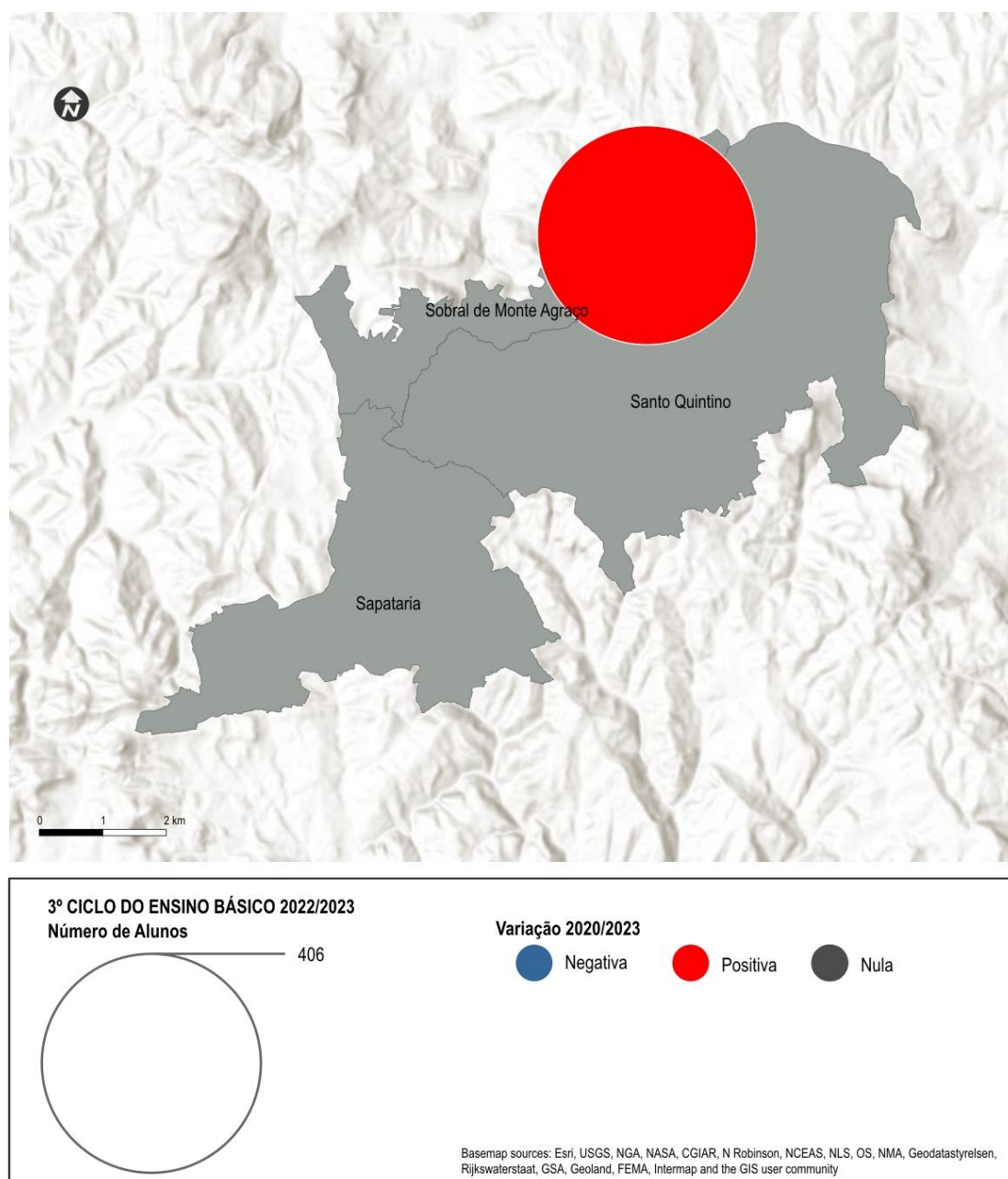
Figura 58 – Alunos inscritos no estabelecimento do 2.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

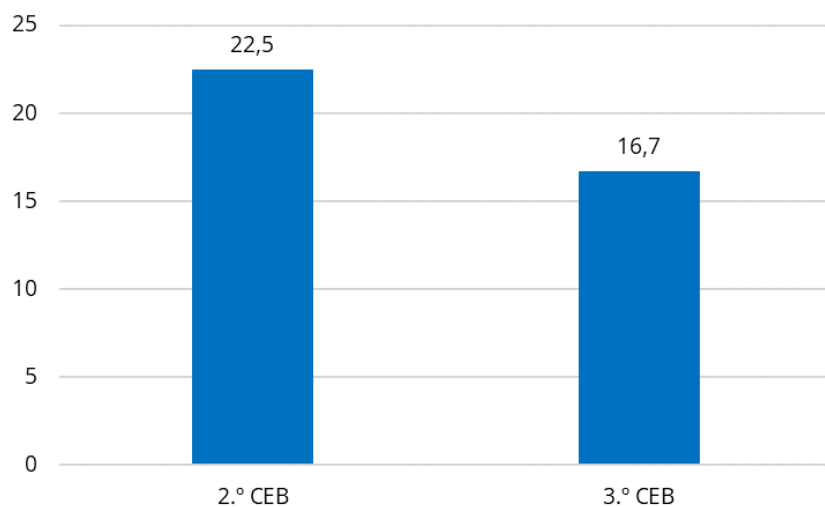
É notória uma proporção considerável que alunos inscritos nestes níveis de ensino que residem fora de Sobral de Monte Agraço. No caso do 2.º CEB esse valor situa-se nos 22,5%, correspondendo a 50 alunos, sendo que no 3.º CEB eram 68 os alunos não residentes (16,7% do total), indiciando uma elevada atratividade do estabelecimento, nas opções tomadas por alunos e encarregados de educação residentes em concelhos limítrofes.

Figura 59 – Alunos inscritos no estabelecimento do 3.º CEB no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Figura 60 – Proporção de crianças residentes fora do concelho inscritas no 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, no ano letivo 2022-2023



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Aos alunos destes níveis de ensino são também disponibilizados outros serviços e atividades complementares que refletem, sobretudo, a valorização da prática de atividades extralectivas enquanto fator promotor do desenvolvimento e aprendizagem.

O facto de os serviços prestados serem também bastante diversos e, em alguns casos, alargados a todos os alunos, de que são exemplo as atividades Eco-Escolas, PES, NOE/SPO, refletem o empenho do estabelecimento em causa em motivar e envolver os alunos em causas socialmente relevantes, como a educação ambiental ou a promoção de estilos de vida saudáveis, ou a capacitação de jovens.

Quadro 35 – Atividades e serviços complementares existentes no Agrupamento de Escolas, no ano letivo 2022/2023

Atividades	Alunos inscritos
Artes de palco	10
UBUNTU – Academia de Líderes	40
Eco-Escolas	Todos
PES – Promoção e Educação para a Saúde	Todos
NOE/SPO	Todos
Clube de Desporto Escolar	156

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Relativamente aos alunos com **NE**, no ano letivo de 2022/2023, existia um total de 19 alunos no 2.º CEB e de 15 no 3.º CEB, que beneficiam de medidas de nível seletivo e/ou adicional, o que corresponde a uma proporção de 8,6% e 3,7%, respetivamente.

Em matéria de retenções, no 2.º CEB, no ano letivo de 2021/2022 registaram-se 6 retenções, o que corresponde a 2,3% do total, e constitui uma melhoria significativa face a anos anteriores (24 retenções foram registadas em 2019/2020).

Relativamente ao 3.º CEB observam-se valores proporcionais ligeiramente superior, com uma taxa de retenção de 2,9%, em 2021/2022. Em 2019/2020 a taxa de retenção foi de 11,6% (42 retenções registadas).

Quadro 36– Retenções nos 2.º e 3.º CEB, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021 e 2021/2022

Ano letivo	2.º CEB			3.º CEB		
	Total de alunos	Retenções		Total de alunos	Retenções	
		n.º	%		n.º	%
2020/2021	259	6	2,3	360	21	5,8
2021/2022	243	7	2,9	380	19	5,0

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Destaque-se também o facto de, entre 2020/2021 e 2021/2022, não se ter verificado qualquer situação de abandono escolar em alunos do 2.º e 3.º CEB, o que reflete o trabalho desenvolvido pelos diversos responsáveis da comunidade educativa para manter os alunos no sistema educativo, reduzindo assim potenciais situações de risco relativamente à consolidação das suas competências e níveis de habilitação.

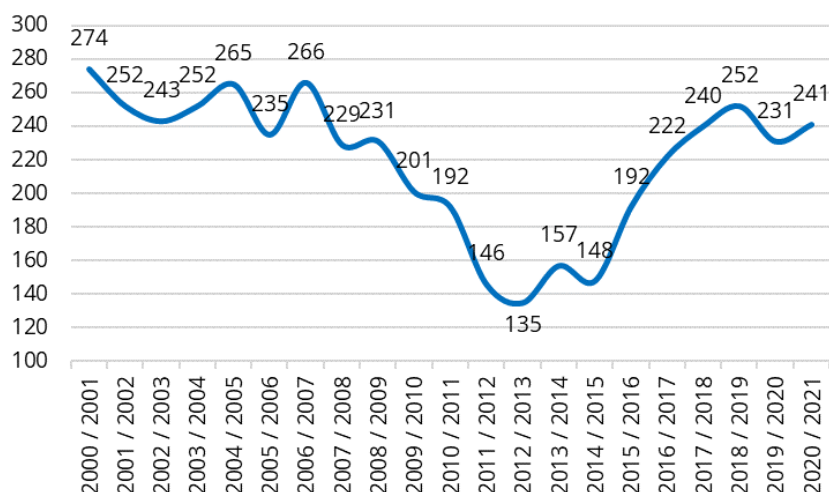
5.1.5. Ensino secundário

Em Sobral de Monte Agraço a oferta ao nível do ensino secundário é assegurada apenas por uma instituição, nomeadamente a Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral.

A evolução do número de alunos deste nível de ensino, desde o início do século, pode ser dividida em 3 fases distintas:

- De 2000/2001 a 2012/2013, a tendência geral foi de decréscimo de alunos do ensino secundário. Ainda que em alguns anos letivos se tenha verificado um aumento face ao anterior (nomeadamente em 2004/2005 e 2006/2007, ano em que se verificou o número mais elevado do período em análise, com 266 matrículas), em 2012/2013 atingiu-se o número mais baixo de alunos matriculados no ensino secundário, com um total de 135;
- A partir de 2012/2013, observou-se a inversão da tendência de perda, ocorrendo uma subida ininterrupta desde 2014/2015 até 2018/2019, quando se contabilizaram 252 alunos;
- Finalmente, em 2019/2020 verificou-se uma redução de alunos face ao ano anterior, o que indicia uma inversão da tendência anterior (de crescimento), não obstante o facto de em 2020/2021 ter ocorrido nova subida para 241 alunos matriculados.

Figura 61 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário em Sobral de Monte Agraço



Fonte: INE.

Quadro 37 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário – cursos científico-humanísticos, no concelho de Sobral de Monte Agraço

	2020 / 2021 (n.º)	2021 / 2022 (n.º)	2022 / 2023 (n.º)	Variação 2020 / 2021- 2022 / 2023 (%)	Residentes em SMA (n.º)	Turmas 2022/2023 (n.º)	Alunos/ Turma 2022/2023 (n.º)
Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	241	191	168	-30,3	168	13	12,9
Ensino Secundário: cursos científico-humanísticos (2022/2023)							
Estabelecimento	Turma			Alunos			
Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	10ºA/B - Ciências e Tecnologias (CT) / Ciências Socioeconómicas (CSE)			23 (CT -12 ; CSE -11)			
	10ºC - Línguas e Humanidades			24			
	11ºA - Ciências e Tecnologias			24			
	11ºB/C - Ciências e Tecnologias (CT) / Ciências Socioeconómicas (CSE)			22 (CT - 8; CSE - 14)			
	11ºD - Línguas e Humanidades			25			
	12ºA - Ciências e Tecnologias			17			
	12ºB/C - Ciências e Tecnologias (CT) / Ciências Socioeconómicas (CSE)			15 (CT - 7; CSE - 8)			

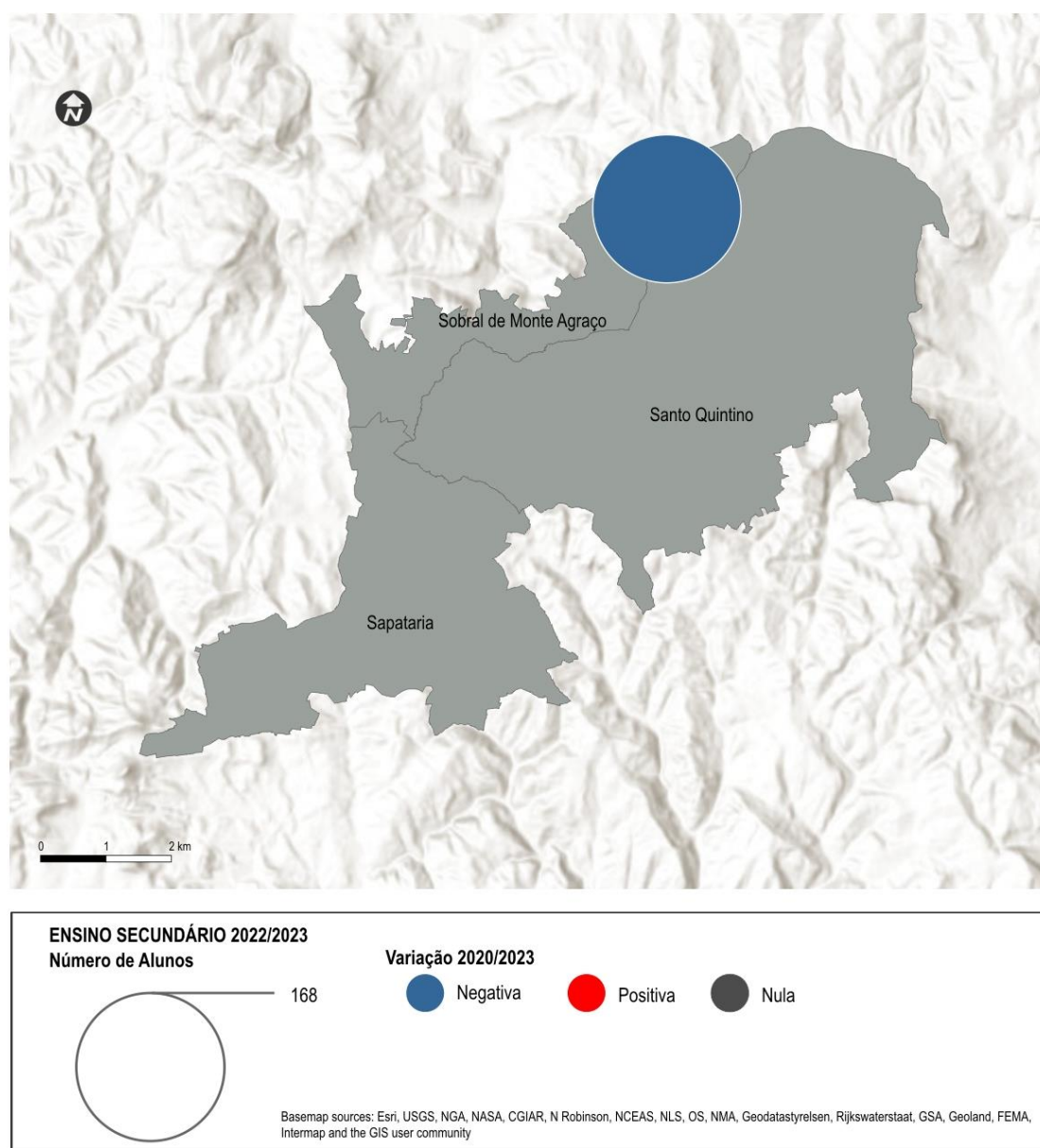
Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

A população do ensino secundário a frequentar Cursos Científico-humanísticos tem vindo a diminuir (168 alunos, em 2022/2023), o que representa atualmente uma grande fragilidade (apenas 2 turmas no 10º ano

– 45 alunos), pelo que se prevê um decréscimo do número de alunos nos anos letivos posteriores no que se refere a esta oferta educativa.

A verificar-se esta situação e acrescentando o facto de os cursos profissionais dependerem de contingências da rede escolar (número mínimo de alunos para aberturas de turmas) e da nova realidade de aprovação dos Centros Tecnológicos de Educação, caso a candidatura do Agrupamento ao CTE seja recusada, a frequência de cursos profissionais está igualmente em risco, podendo vir a resultar numa preocupante escassez de população escolar para abertura de turmas do Ensino Secundário.

Figura 62 – Alunos inscritos no estabelecimento do ensino secundário no concelho de Sobral de Monte Agraço, em 2020/2021-2022/2023



Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

A totalidade dos alunos matriculados no ano letivo 2022/2023, reside em Sobral de Monte Agraço, o que significa que a generalidade dos alunos residentes dá continuidade ao seu percurso educativo neste estabelecimento.

Relativamente às NE, para o ano letivo em causa, identificaram-se 9 alunos no ensino secundário enquadrados em medidas de nível seletivo e/ou adicional, o que representa 3,2% do total.

Quadro 38 – Retenções no Ensino Secundário, no concelho de Sobral de Monte Agraço, em vários anos letivos

Ano letivo	Total de alunos	Retenções	
		n.º	%
2020 / 2021	241	7	2,9
2021 / 2022	191	10	5,2

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Em matéria de sucesso escolar, destaque-se a evolução negativa no número de retenções registadas entre os anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022, que aumentou de 7 para 10, originando taxas de retenção de 2,9% e 5,2%, respetivamente.

Finalmente, destaque-se a ausência de qualquer situação de abandono escolar durante os anos letivos em causa, refletindo a capacidade da instituição em manter os alunos na esfera educacional, impedindo-os de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

Como já referido, a Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral disponibiliza, em 2022-2023, 5 cursos profissionais de nível 4, nomeadamente:

- Curso Técnico Comercial
- Curso Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
- Curso Técnico de Informática de Gestão
- Curso Técnico de Informação e Animação Turística
- Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

O Curso Técnico de Apoio à Gestão Desportiva é aquele que reúne o maior número de alunos inscritos, 22 alunos distribuídos por 2 turmas, em 2022/2023.

Quadro 39– Cursos profissionais e Alunos inscritos, por ano letivo, na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral

	Turmas	Alunos	Retenções	Abandonos	Residentes fora do concelho (2022/2023)
	Curso Técnico Comercial				
2021/2022	1	12	0	0	-
2022/2023	1	15	0	0	15
	Curso Técnico de Apoio à Gestão Desportiva				
2021/2022	1	8	0	0	-
2022/2023	2	22	0	0	22
	Curso Técnico de Informática de Gestão				
2021/2022	2	15	0	0	-
2022/2023	1	6	0	0	6
	Curso Técnico de Informação e Animação Turística				
2021/2022	1	6	0	0	-
2022/2023	1	6	0	0	6
	Curso Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos				
2021/2022	1	4	0	0	-
2022/2023	1	4	0	0	4
	Total				
2021/2022	6	45	0	0	-
2022/2023	6	53	0	0	53

Fonte: AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral (inquérito próprio)

Em 2022/2023 registou-se um total de 53 alunos matriculados nestes cursos técnicos, o que constitui um aumento face ao ano letivo anterior, quando se registaram 45 matrículas, distribuídas pelos 5 cursos técnicos. Estes cursos são frequentados apenas por alunos do concelho, o que revela uma reduzida capacidade de atração desta oferta formativa para residentes fora do concelho.

5.2. Projeções da população escolar

5.2.1. Nota introdutória

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Sobral de Monte Agraço. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2030, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

Nesta projeção, especialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021 - 2025 e 2021-2030. Dadas as características do concelho, de proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram

desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista expansionista). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

5.2.2. Cénarização demográfica (2025 e 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo cohort survival. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Oeste e o Continente, em 2011 e 2021;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e o Oeste, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da segunda década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número

de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década posterior - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

O quadro seguinte sintetiza, por freguesia⁸, os principais indicadores demográficos resultantes da aplicação do exercício apresentado.

Quadro 40- Evolução de indicadores demográficos (2011-2020)

Freguesia/ Concelho	2011-2020					
	Nados Vivos	Óbitos	Saldo Natural	Saldo Migratório	Taxa de Natalidade	Taxa Migratória
Santo Quintino	284	443	-159	433	7,7	11,7
Sapataria	249	339	-90	576	8,2	18,9
Sobral de Monte Agraço	329	393	-64	533	9,7	15,6
Concelho	862	1175	-313	1542	8,4	15,2

Fonte: INE (2001, 2011 e 2021)

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 41 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário expansionista e B – cenário tendencial)

Freguesia / Concelho	2011	2021	2025				2031			
			2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
Santo Quintino	3706	3767	4021	3823	6,7	1,5	4183	3917	11,0	4,0
Sapataria	3044	3288	3936	3430	19,7	4,3	3995	3679	21,5	11,9
Sobral de Monte Agraço	3406	3485	4222	3530	12,1	1,5	4167	3641	16,4	4,0

⁸ Dada a riqueza da informação existente e a possibilidade do aprofundamento da mesma a menores escalas de análise, adotou-se como referencial administrativo a organização existente antes da última reconfiguração (agregação de freguesias, em 2013 - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro).

Freguesia / Concelho	2011	2021	2025				2031			
			2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
Concelho	10156	10540	12179	10783	15,6	2,3	12345	11237	17,1	6,6

Fonte: INE (2011, 2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário B), a manter uma evolução ligeira, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos 2,3% (mais 243 residentes, aproximadamente). Estas estimativas “tendenciais” serão seguramente incrementadas, seja pela capacidade de implementar a estratégia em curso no âmbito do PDM (criação de emprego, atração e fixação de novos residentes), seja pela progressiva consolidação dos fluxos imigratórios que atualmente se verificam. Neste contexto, o Cenário A (expansionista), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspectivada para os próximos anos.

Com base neste cenário A, em 2025, a população residente no concelho será de 12.179 e, em 2031, de 12.345 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 17,1% face ao valor contabilizado em 2021.

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2001 e 2011, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a população-alvo (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 303 crianças (no Cenário B) ou das 306 crianças (no Cenário A).

Quadro 42– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Santo Quintino	100	97	99	94
Sapataria	118	114	115	111
Sobral de Monte Agraço	94	96	92	98
Concelho	312	307	306	303

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 435 crianças (no Cenário B) ou as 438 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são pouco significativas, relevando, em termos absolutos, a importância da freguesia Santo

Quintino. Pelo contrário, Sapataria possuirá efetivos ligeiramente inferiores neste estrato etário (133, em 2031, no cenário B).

Quadro 43– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Santo Quintino	168	162	165	157
Sapataria	141	136	137	133
Sobral de Monte Agraço	139	143	136	145
Concelho	448	441	438	435

Fonte: Elaboração própria.

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 300 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 250 crianças. Contudo, neste nível de ensino é Sobral de Monte Agraço que apresenta uma reduzida expressão numérica.

Quadro 44– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Santo Quintino	115	95	113	93
Sapataria	121	95	119	92
Sobral de Monte Agraço	69	67	68	65
Concelho	305	257	300	250

Fonte: Elaboração própria.

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 340 crianças (no Cenário B) ou as 406 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são pouco significativas, relevando, em termos absolutos, a importância das freguesias de Santo Quintino (124, no Cenário B).

Quadro 45– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Santo Quintino	155	127	152	124
Sapataria	150	118	147	114
Sobral de Monte Agraço	109	105	107	102
Concelho	414	350	406	340

Fonte: Elaboração própria.

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 269 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 256 crianças.

Quadro 46– Evolução dos efetivos demográficos, no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário

Freguesia	Secundário: 15-17 anos				Secundário: 18-19 anos			
	2025		2031		2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Santo Quintino	123	102	121	99	109	90	107	88
Sapataria	138	109	136	105	95	75	94	73
Sobral de Monte Agraço	97	94	96	92	69	67	68	95
Concelho	358	305	353	296	273	232	269	256

Fonte: Elaboração própria.

No caso destes equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente “escolarizada”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino,

gerando taxas de repetência importantes e consequentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a escola que integra a Rede Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Sobral de Monte Agraço, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas do Sobral de Monte Agraço); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

Quadro 47- Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública

	Pré-escolar (%)		1º ciclo (%)			2º ciclo (%)			3º ciclo (%)			Secundário (%)		
	Alunos residentes 2020/21		Alunos residentes 2020/21		Tx. retenção 2019/20	Alunos residentes 2020/21		Tx. repetência 2019/20	Alunos residentes 2020/21		Tx. de repetência 2019/2020	Alunos residentes 2020/21		Tx. repetência 2019/2020
	Concelho	Exter.	Concelho	Ext.		Concelho	Ext.		Concelho	Ext.		Concelho	Ext.	
	95,5	4,5	90,8	9,2	7,1	79,2	20,8	8,9	80,6	19,4	11,6	81,3	18,7	9,1

Fonte: Elaboração própria, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo em Sobral de Monte Agraço, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

Assim, o quadro seguinte expressa as diferenças, por nível de ensino, da população a escolarizar em 2025 e 2031, para os dois cenários analisados.

Quadro 48– População a escolarizar, na Rede Pública (2025)

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Cenário A					
Santo Quintino	99	147	116	146	149
Sapataria	135	150	116	150	144
Sobral de Monte Agraço	83	139	92	121	142
CONCELHO	317	436	324	417	435
Cenário B					
Santo Quintino	92	130	98	128	135
Sapataria	126	140	94	130	126
Sobral de Monte Agraço	85	134	90	110	117
CONCELHO	303	404	282	368	378

* Rede pública e solidária

Fonte: Elaboração própria, com base na informação do inquérito (peso da população residente fora do concelho e taxas de repetência).

Quadro 49– População a escolarizar, na Rede Pública (2031)

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Cenário A					
Santo Quintino	109	157	120	152	155
Sapataria	145	158	122	159	152
Sobral de Monte Agraço	89	149	101	128	154
CONCELHO	343	464	343	439	461
Cenário B					
Santo Quintino	95	135	103	134	139
Sapataria	136	147	99	138	149
Sobral de Monte Agraço	86	139	97	118	137
CONCELHO	317	421	299	390	425

* Rede pública e solidária

Fonte: Elaboração própria, com base na informação do inquérito (peso da população residente fora do concelho e taxas de repetência).

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças a registar, nomeadamente um ligeiro acréscimo do número de alunos, em cada nível de ensino, que se consubstanciará em mais 1/2 turmas/nível no final da década. Deve assinalar-se que, potencialmente, o acréscimo que irá ocorrer no ensino secundário assume uma expressão muito relevante.

Quadro 50- Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)

	Pré-escolar*	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2020/2021	242	393	259	360	312
2031 (A)	343	464	343	439	461
2031 (B)	317	421	299	390	425
Evolução 2021/2031 (A)	101	71	84	79	149
Evolução 2021/2031 (B)	75	28	40	30	113

Fonte: Equipa Técnica (2023)

5.3. Matriz síntese de diagnóstico

Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Aumento da População Residente em Idade Escolar e Pré-Escolar; - Existência de escolas de proximidade; - Atividades de enriquecimento curricular para todo o 1º CEB; - Tendência decrescente das taxas de retenção e desistência nos diversos níveis de ensino; - Taxa de abandono escolar muito reduzida é demonstrativo de um resultado positivo das políticas educativas municipais e do sistema de ensino e desenvolvimento social no concelho; - Existência de uma oferta diversificada de atividades complementares de ensino é revelador de uma crescente valorização de outras abordagens para o desenvolvimento das crianças e dos jovens; - Diversificação das soluções ao nível dos Transportes Escolares de modo a fazer face às necessidades dos alunos/famílias; - Conselho Municipal de Educação em funcionamento / Articulação entre Instituições.	- Necessidades de reabilitação e modernização do parque escolar; - Necessidade de intervenção na Escola Básica e Secundária; - Inexistência de Pavilhão Desportivo na Escola Básica e Secundária; - Pouca diversificação das ofertas educativas; - Escassez de Transportes Coletivos.
Oportunidades	Ameaças
- Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas metodologias de ensino, mais dinâmicas e atrativas para os alunos; - Existência de programas de âmbito europeu capazes de dinamizar o ensino e a partilha de experiências com outros países, como o programa Erasmus+; - Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável para medidas em linha com a dimensão “Transição Digital” (C20 Escola Digital) mas também em linha com a dimensão “Transição Climática” (C13 Eficiência Energética em Edifícios).	- Poli-crisis representam fator de risco acrescido para o ensino, com impacte no desenvolvimento de competências sociais das crianças; - Falta de atratividade da profissão de docente coloca em causa a renovação do corpo docente para os próximos anos; - Acentuar das debilidades infraestruturais e do estado de conservação dos equipamentos escolares (Escola Básica e Secundária), na ausência de investimento público relevante;

(página propositadamente deixada em branco)

6. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

6.1. Princípios orientadores

6.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas, e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

6.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho do Sobral de Monte Agraço, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua proximidade à maior e mais dinâmica área urbana do país (AML). Esta situação, este posicionamento, gera um conjunto de problemáticas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares:

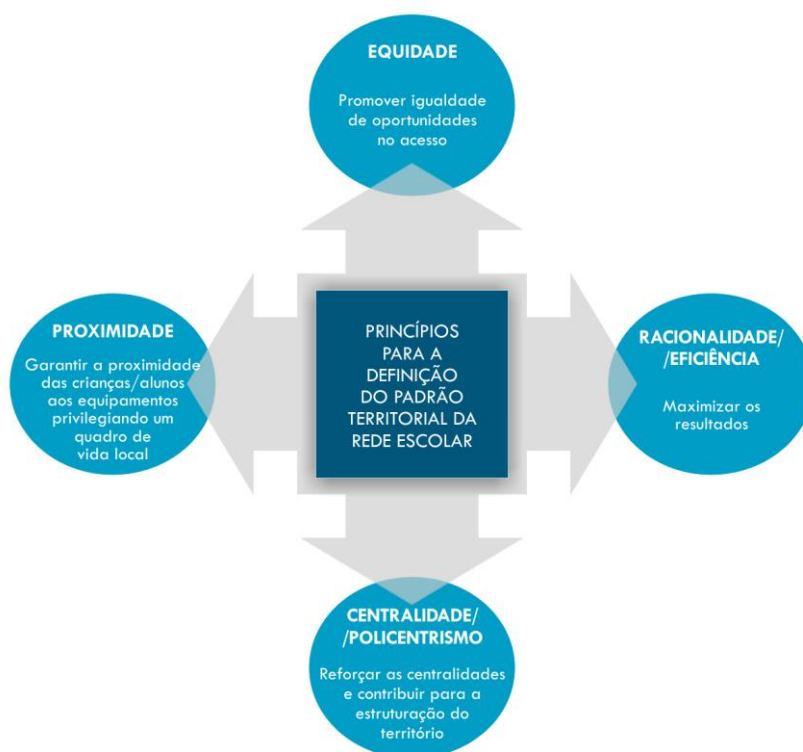
A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade.

A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação relevantes.

6.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

A partir da concertação dos desafios com que a Revisão da Carta Educativa do Sobral de Monte Agraço se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de **equidade**, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/alunos a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de **proximidade**, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), se localizem próximo das áreas de residência das crianças/alunos, privilegiando um quadro de vida local;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo **policêntrico**, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;
- O cumprimento dos princípios de **racionalidade e eficiência**, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).



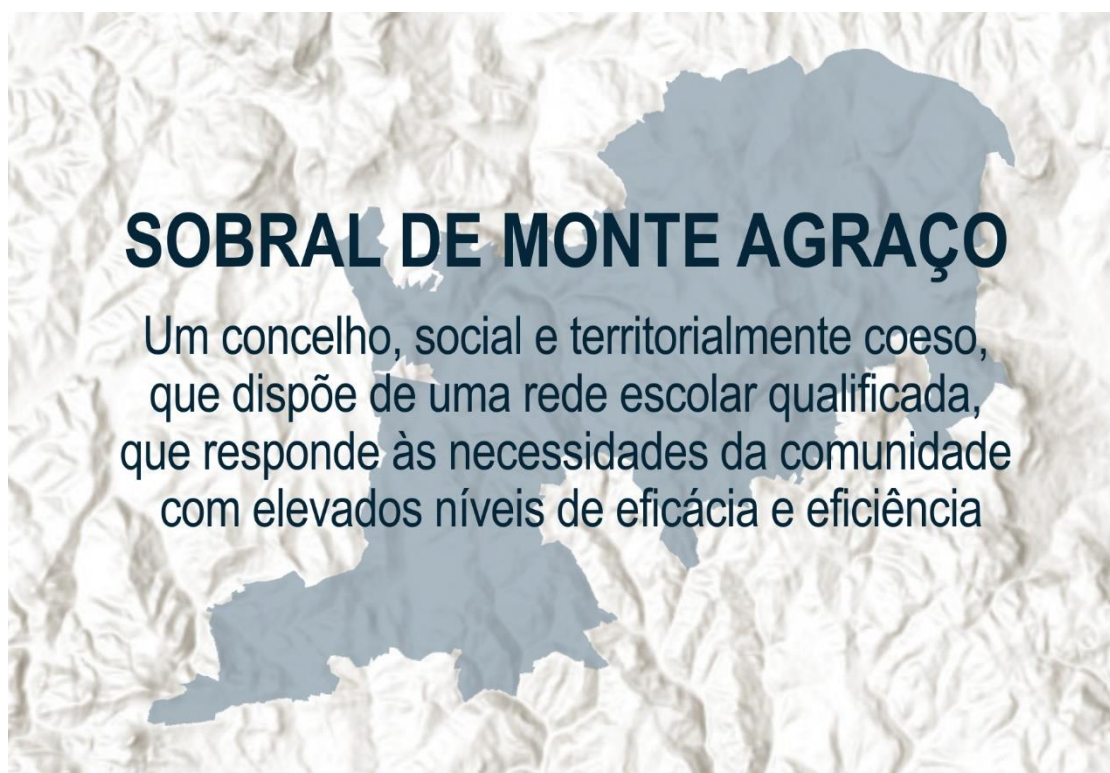
6.2. Matriz estratégica

6.2.1. Visão estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho do Sobral de Monte Agraço, bem como os objetivos definidos para a Revisão da Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do concelho de Sobral de Monte Agraço;
- Orientar a ação municipal e do Estado (até à conclusão do processo de transferência de competências no domínio da Educação), sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho do Sobral de Monte Agraço, sintetizada na mensagem:



6.2.2. Princípios e objetivos estratégicos

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Sobral de Monte Agraço, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico concelhio.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste quadro, a um tempo, trata-se de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho). A outro tempo, deve ser encarada como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto

particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, emerge com significado a necessidade de consolidação e afirmação do Agrupamento de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no concelho de Sobral de Monte Agraço.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/alunos;
- funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidade educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria.

A escola-sede, nuclear nesta perspetiva, deve congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento deste centro de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional (Oeste).

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram o Agrupamento, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho local/regional;
- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Reforçar a projeção do concelho na sub-região Oeste, através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- Continuar a desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Oeste), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados no Agrupamento, emerge com algum significado o insucesso escolar dos alunos (sobretudo baixo rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, Português). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada e qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

(página propositadamente deixada em branco)

7. QUADRO DE INTERVENÇÃO

7.1. Estruturação do Plano de Intervenção

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a adequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se da existência de escolas que carecem de intervenções que concorram para criar as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Este é o principal desafio do processo de Revisão, mas surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhe outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do Concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que gerem ambientes escolares abertos, promotores do sucesso escolar e da inclusão social e que permitam robustecer os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacte, deve ultrapassar as fronteiras “da Educação” e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do Município e da sua afirmação à escala sub-regional. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Sobral de Monte Agraço, importa que este referencial suporte e enquadre o processo de negociação e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmem suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 3 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

7.2. Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/núcleo escolar, promovendo/ consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam quatro linhas de atuação fundamentais:

- Medida I.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida I.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário;
- Medida I.3. Requalificação/reabilitação de edifícios/espacos (programa de modernização e manutenção do parque escolar e reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio) e;

- Medida I.4. Adoção de medidas promotoras de uma maior eficiência energética no parque escolar.

Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos.

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no Concelho de Sobral de Monte Agraço, não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), e que será seguramente acrescido no pós-pandemia com a maior dificuldade de muitas famílias manterem as suas crianças fora da rede pública (custos associados), pelo que a ampliação do número de salas é determinante. É importante estabelecer uma articulação com a entidade da rede solidária, que atualmente tem um relevante papel em termos desta oferta.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental) e de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por respostas, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares. Em parte, a representatividade da rede solidária na procura pela educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família (AAAF). No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, da possibilidade de destinar salas/espços para esses serviços/atividades.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar da possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente, em Pêro Negro.

Nesta localidade é determinante a ampliação/requalificação da EB Pêro Negro. A requalificação/ampliação, direcionada para o 1.º ciclo deverá contemplar a criação de três salas para o 1.º ciclo do ensino básico, que respondam à procura atual e potencial, neste território. No futuro, poderá acolher um grupo de educação pré-escolar.

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Ampliação/requalificação da EB Pêro Negro					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	1.º ciclo do ensino básico				
Localização:	Pêro Negro				
Promotores:	Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço				
Tipologia:	EB1				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
A concretização deste projeto permitirá disponibilizar um maior número de salas (aumentando a capacidade para acolher a procura estimada), para além de permitir desenvolver uma resposta mais qualificada (que o antigo estabelecimento não permitia, quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível dos espaços disponíveis), com outra qualidade e potenciadores de uma maior procura. O estabelecimento possuía debilidades acentuadas ao nível do estado de conservação do edifício e ausência de espaços, não permitindo igualmente dar resposta às necessidades da procura existentes.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
O projeto contempla a ampliação/requalificação da EB Pêro Negro. Poderá, no futuro, passar a acolher uma turma de pré-escolar e duas turmas de 1.º CEB. As intervenções previstas para a presente ação contemplam diversas componentes, tais como: ▪ disponibilização de espaços letivos qualificados (duas salas para 1.º CEB e, porventura, no futuro acolher uma sala de pré-escolar) e de apoio a alunos e educadores/professores; ▪ caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas; ▪ pinturas interiores e exterior do edifício; ▪ instalações sanitárias; ▪ iluminação interior e exterior do edifício; ▪ espaços exteriores. Assim, a EB de Pêro Negro poderá a prazo passar a integrar no mesmo edifício EB e JI. Neste cenário, poderá vir a ser solicitada a mudança de tipologia e, posteriormente, após aprovação em CME, enviado o parecer para a DGEstE.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2030
X					
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			950		

Dada a procura existente na Sapataria, deverá ser criada mais uma turma de 1.º CEB na EB da Sapataria, já durante o ano letivo 2023-2024.

Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário

A escola sede de Agrupamento tem necessidades de salas para a componente letiva, seja pela procura atualmente existente e prospetivada (acrécimo em cerca de 100 alunos, até 2030), seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos, de apoio à aprendizagem, com espaços letivos.

Dada a impossibilidade de construção de novos blocos no perímetro escolar, que permitam responder à procura existente/perspetivada e à melhoria das condições de aprendizagem, desenvolveu-se um processo de ampliação (criação de três salas, uma sala de aula letiva, um auditório e uma sala para a implementação do Clube Ciência Viva, com recurso a financiamento e a componente nacional ficou da responsabilidade financeira do Município) ou aproveitamento de espaços.

Contudo, esta dimensão é sobretudo impactante e crítica em termos de ensino profissional. Na ausência de salas e de condições dignas para acolher e desenvolver outros cursos profissionais para além dos atualmente ministrados, gera que muita dessa potencial procura acabe por sair do concelho e procurar outras ofertas em concelhos limítrofes.

Medida 1.3. Requalificação/reabilitação de edifícios/espços (programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar e reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio)

Deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Sublinhe-se que a necessidade de requalificação e criação dos espaços exteriores na maioria das EB (sem condições para a prática de atividades desportivas e metodologias de maior sucesso), foi uma das principais dimensões de prioridade assumidas pelo Diretor do Agrupamento de Escolas.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

No caso do JI Pontes de Monfalim, a manter, em função da evolução da procura e face às necessidades de financiamento a mobilizar para responder aos constrangimentos/debilidades estruturais que atualmente apresenta, poderá ponderar-se, a médio prazo, em sede de processo de monitorização da Carta Educativa, um cenário de encerramento/reutilização do estabelecimento para outro fim (transferência das crianças para a EB Sobral de Monte Agraço).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço				
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das suas coberturas, salas, paredes, revestimentos e sanitários. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao pré-escolar e 1º ciclo, intervenções centradas na: ▶ EB Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino – paredes e tetos (infiltrações), pavimentação antiaderente; espaço de abrigo junto à portaria e parque de estacionamento prioritário para viaturas de transporte de pessoas com mobilidade condicionada; ▶ JI Pontes de Monfalim (caso o estabelecimento se mantenha aberto, a prazo, em função da evolução da procura, será necessário garantir uma intervenção de qualificação, que permita responder às necessidades/debilidades existentes) – paredes, revestimento, tetos, sala polivalente e sanitários, criação de espaços verdes.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2030
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			950		

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário				
Localização:	Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral (sede de agrupamento)				
Promotores:	Ministério da Educação				
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente em dimensões impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla intervenções fundamentais no edifício, designadamente no que se refere ao aumento de número de salas, à reabilitação das paredes e dos revestimentos, a intervenções de reabilitação do edificado e substituição de caixilharias, bem como a reabilitação dos balneários e dos sanitários.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2030
X	X				
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			300		

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. O reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio é determinante. No caso da EB Sobral de Monte Agraço é fundamental a construção/requalificação de um recreio coberto, melhorando as condições de estada no exterior.

A necessidade de criação, qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é sobretudo central, na Escola Sede de Agrupamento (2º, 3º ciclo e ensino secundário), seja como resposta às necessidades dos alunos que frequentam os estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar).

Neste quadro, deverá ser priorizada uma intervenção, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Ministério da Educação (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização desta intervenção): Pavilhão Desportivo na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral (sede de Agrupamento).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Pavilhão Desportivo da Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário				
Localização:	Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral				
Promotores:	Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço				
Tipologia:	Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climáticas, garantindo as melhores condições aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, consequente, melhoria da qualidade de vida neste território. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climáticas adversas (incluindo o Clube de Desporto Escolar). Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local, diariamente e fora do horário escolar, este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2030
		X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.000		

Medida 1.4. Adoção de medidas promotoras de uma maior eficiência energética no parque escolar

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas desse parque escolar. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão igualmente ser contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e a caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar (JI e 1º ciclo)

ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO

Níveis de Ensino:	Educação pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Tipologia:	Eficiência Energética (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)

JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO

Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças dos JI e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico.

As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.

DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO

A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, apontando-se para que na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas "ETICS".

Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se, no que se refere ao 1º ciclo, intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, nomeadamente na:

- ▶ EB de Sobral de Monte Agraço;
- ▶ JI Pontes de Monfalim (caso se mantenha aberto, a prazo).

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL

2023	2024	2025	2026	2027	2028-2030
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			200		

Esta dimensão deve igualmente merecer atenção no âmbito do estabelecimento do 2º e 3º ciclo e ensino secundário (escola-sede de Agrupamento), dados os constrangimentos de conforto térmico e menor eficiência energética (com impacte significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução pouco significativa na redução do consumo energético, não obstante a meritória medida adotada de substituição de luminárias, por lâmpadas de baixo consumo.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas deste estabelecimento do 2º e 3º ciclo e ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Ministério da Educação (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

7.3. Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino

Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem

O diagnóstico revelou alguns constrangimentos, nomeadamente a ocupação de espaços no perímetro escolar quase exclusivamente para atividades letivas e em alguns estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua atratividade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar em alguns equipamentos e a importância da Escola enquanto elemento identitário e de integração de população migrante, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades. Sublinhe-se, por exemplo, que atualmente, a escola-sede de Agrupamento já disponibiliza inúmeras atividades e clubes, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de atividades de teatro e de expressão dramática, de artes, de ciência e de física, de línguas e de escrita criativa, entre outros.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes, que escolhem o Concelho de Sobral para residir;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola.

Assim, todos os estabelecimentos do concelho deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares das aprendizagens, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação. No caso da escola-sede de Agrupamento, deverão ser criados/disponibilizados um gabinete e espaços para o desenvolvimento da atividade de clubes escolares, como por exemplo, de fotografia, de teatro ou de artes. Atualmente já existem vários serviços e atividades complementares desenvolvidos no equipamento, nomeadamente, atividades de artes e azulejaria, artes de palco, atelier de fotografia, mas que carecem de espaços específicos e qualificados para desenvolver e potenciar esses mesmos serviços/atividades.

Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e melhor adaptada às necessidades específicas

A elevada qualidade dos equipamentos educativos e as condições proporcionadas às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem pedagogicamente diferenciada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos.

A necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste quadro, importa mobilizar, de forma complementar, sempre que necessário e adequado, recursos da saúde, do emprego, da formação profissional e da segurança social. Já a intervenção precoce na infância está disponível nos estabelecimentos de educação pré-escolar, incluindo a rede solidária. Neste quadro, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas por estes estabelecimentos de ensino (incluindo no apoio domiciliário), nomeadamente ao nível da qualificação e apetrechamento dos espaços onde se realiza esse apoio e acompanhamento especializado.

Deve assinalar-se que um número muito relevante de crianças/alunos detentores destas necessidades específicas, são oriundos de concelhos vizinhos, nomeadamente de Arruda dos Vinhos, que não disponibilizam esta resposta, gerando um impacte muito significativo nos estabelecimentos de Sobral de Monte Agraço. É importante que a Administração Central tenha em consideração esta realidade, seja nos acordos de cooperação realizados com os estabelecimentos privados que existem nesses concelhos, seja no reforço dos apoios (humanos, materiais, ...) para os equipamentos do concelho de Sobral de Monte Agraço.

Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Na escola-sede de Agrupamento as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática), bem como da dotação de centro de recursos e de salas específicas com melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático (privilegiando a criação, sempre que possível, de centros de recursos, incluindo bibliotecas e/ou salas de informática).

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras.

7.4. Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior

Medida III.1 Promover projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática ainda muito pouco enraizada (apenas no JI Pontes de Monfalmim, se processa a cedência de uma sala à Associação de Pais – APEAVES e, no pavilhão, da EB de Sobral de Monte Agraço e S. Quintino, são dinamizadas atividades desportivas de karaté e de capoeira). Neste quadro, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a concretização do Pavilhão Desportivo proposto (Escola-sede de Agrupamento), será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas na Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, dada a necessidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença pela comunidade.

Em algumas escolas importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de recreio coberto, de uma ligação coberta entre-blocos e de um abrigo junto à portaria da EB de Sobral de Monte Agraço é fundamental para garantir que, por exemplo, em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se num espaço exterior, com boas condições.

7.5. Quadro-Síntese de financiamento

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I – Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida I.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1.º ciclo	950
	Medida I.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2.º, 3.º ciclo e Secundário	600
	Medida I.3. Requalificação/reabilitação de edifícios/espacos (programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar e reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio)	3.250
	Programa de modernização e manutenção do parque escolar (I e 1.º ciclo)	950
	Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2.º e 3.º ciclo e ensino secundário)	300
	Pavilhão desportivo na Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral	2.000
	Medida I.4. Adoção de medidas promotoras de uma maior eficiência energética no parque escolar	200
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	50
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e melhor adaptada às necessidades educativas (intervenção precoce)	50
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	150
Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida III.1 Promover projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	50
Total de investimento (estimativa)		5.300

Fonte: Equipa Técnica (2023)

Conforme referenciado anteriormente, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Sobral de Monte Agraço e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

8. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

8.1. Um contexto de partida

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município de Sobral de Monte Agraço (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2030/2031, 10 anos letivos). Neste quadro temporal, alargado, não poderá ser assumido como um documento “fechado”, devendo ser apreciado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mutações aceleradas observadas na Sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Sobral de Monte Agraço (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo do Diretor de Agrupamento e da autarquia é fundamental para garantir eficácia ao processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da Rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto foram adotados, sobretudo, indicadores cuja recolha sistemática de informação é exequível de realizar pelo Município e Agrupamento de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública, às carências de recursos e de meios técnicos possíveis de afetar a estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (DAPP- ME): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa, a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma; é um dos seus aspetos essenciais”.

8.2. Âmbito

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A União Europeia (UE) tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequabilidade dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados /efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;

- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a “durabilidade” da utilidade.
- As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa) visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:
- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;
- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalia e monitoriza a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais da política pública.

8.3. Modelo de monitorização

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função monitorização assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoiar/informar o decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um ciclo contínuo de avaliação de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Trata-se de indicadores de contexto que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). São indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados cumprem três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. A função primordial deverá ser de simplificar, de quantificar e de comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, releva com significado a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, impactantes para o desempenho da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, tendo em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Sobral de Monte Agraço, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante, por outro lado, deverá estabelecer parcerias com outras entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à construção dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

8.4. Metodologia de recolha, tratamento e disseminação da informação

A implementação da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha da informação de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a construção de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de outputs, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Estes procedimentos, sendo fundamentais para o sucesso do processo de monitorização, deverão envolver diversos intervenientes, sob a coordenação da Divisão de Educação, Cultura e Ação Social (DECAS), enquanto entidade responsável principal pelo acompanhamento e monitorização da Carta Educativa.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

No caso dos indicadores de realização, atendendo à informação de base estar maioritariamente ligada à execução da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço, serão carregados diretamente pela DECAS, em articulação com as entidades que integram o Conselho Municipal de Educação (deverá ser criada uma ficha-modelo a disponibilizar pela DECAS e a preencher e disponibilizar, em parte, pelo Diretor de Agrupamento, ...). As fichas-modelo deverão estar dotadas com os conteúdos de informação de base ao Sistema de Monitorização, mas também de informação complementar que permita evidenciar lições de experiência, boas praticas e constrangimentos que possam servir de orientação para futuras intervenções similares, bem como de informação que possa ser vertida facilmente nas diversas ferramentas de comunicação a produzir.

Posteriormente, será criada uma base de dados que apresentará uma leitura de síntese global de todas as realizações (garantido o envio atempado da informação pelas entidades) e resultado (definidos e calculados pela DECAS).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DECAS defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DECAS, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DECAS e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente na informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço deve, naturalmente, estar ajustados à metodologia e conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
- População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística - Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo - Taxa bruta de natalidade - Saldo natural e saldo migratório	Anual	DECAS (parceria/protocolo com o INE)
Número de desempregados inscritos no centro de emprego de Torres Vedras, residentes em Sobral de Monte Agraço	Semestral	DECAS (parceria/protocolo com o IEFP)
- Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e total do agrupamento - Alunos matriculados no ensino pré-escolar, na rede solidária - Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e total do agrupamento - Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e total do agrupamento - Alunos residentes em Sobral de Monte Agraço inscritos, por escola e total do agrupamento - Alunos com necessidades específicas, por escola e total do agrupamento - Salas de atividade ocupadas (com turma) - Taxa de retenção e desistência, por escola e total do agrupamento - Recursos humanos, por categoria, escola e total do agrupamento	Anual	DECAS / Agrupamento de Escolas

Fonte: Equipa Técnica (2021)

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (JI)	2	Anual	DECAS
	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (1º ciclo)	4	Anual	DECAS
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (1º ciclo)	2	Anual	DECAS
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	1	Anual	DECAS
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética	2	Anual	DECAS
Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação inclusiva/intervenção precoce)	3	Anual	DECAS
Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas	3	Anual	DECAS

Fonte: Equipa Técnica (2023)

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município/ DECAS e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo a criar/procedimentos a adotar, deverão ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela DECAS com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a DECAS deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a DECAS deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores coerentes e suscetíveis de integração com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a DECAS, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais) que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que vão de encontro às linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (*website*, ...).

3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de disseminação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, *flyers*, *website*, *newsletters online*.

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	- Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; - Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.	Em papel. A disponibilizar nas instalações do Município/ DECAS e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e Flyers	- Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; - Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.		Anual
Website	Síntese analítica da evolução das principais	Online. A disponibilizar	Semestral

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
CMSMA	realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.	nas ferramentas online existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da <i>newsletter</i>)	
<i>Newsletters online</i>	- Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; - Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.		Semestral

Fonte: Equipa Técnica (2023)

9. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Quadro Legislativo:

- Constituição da República Portuguesa
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro

Documentação europeia e nacional:

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço, 2007
- Conselho europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023
- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015
- Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016
- Relatórios da Revisão do PDM de Sobral de Monte Agraço (2023)
- Resolução das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, 2015

- A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016
- A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014

Informação quantitativa (fontes):

- CM de Sobral do Monte Agraço
- INE: indicadores demográficos, sociais e educativos
- Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública e solidária
- OCDE: indicadores para a educação e formação

Referenciais eletrónicos:

- <http://www.dgeec.medu.pt>
- https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 217 121 240

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Estudo:

Revisão da Carta Educativa do Concelho de Sobral de Monte Agraço

Documento:

Relatório Final

Data:

29 de junho de 2023

Revisão da Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

Anexos – Fichas de caracterização dos estabelecimentos escolares

junho 2023



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha técnica

Estudo: Revisão da Carta Educativa do concelho de Sobral de Monte Agraço

Documento: Anexos – Fichas de caracterização dos estabelecimentos escolares

Data: 9 de junho de 2023

Número de páginas: 62

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Sónia Vieira

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora 46A

1600-454 Lisboa

(+351) 217 121 240

www.cedru.pt

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Educativa do Concelho de Sobral de Monte Agraço

Anexos - Fichas de caracterização dos estabelecimentos escolares

Resumo

Durante o mês de maio de 2023 efetuou-se um processo de inquirição online, junto do AE de Sobral e do JI da Associação Popular Sobral de Monte Agraço, que permitiu proceder a um levantamento e a uma avaliação exaustiva de múltiplas variáveis. Este processo conduziu à elaboração de fichas de caracterização de todos os estabelecimentos escolares do Concelho, que se apresentam no presente Volume de Anexos.

Junho 2023

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (pág. 8)

1. JI de Pontes de Monfalim
2. JI de Pêro Negro
3. JI da EB de Sapataria
4. JI da EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino
5. JI da Associação Popular Sobral de Monte Agraço

Estabelecimentos de Ensino de 1.º Ciclo (pág.33)

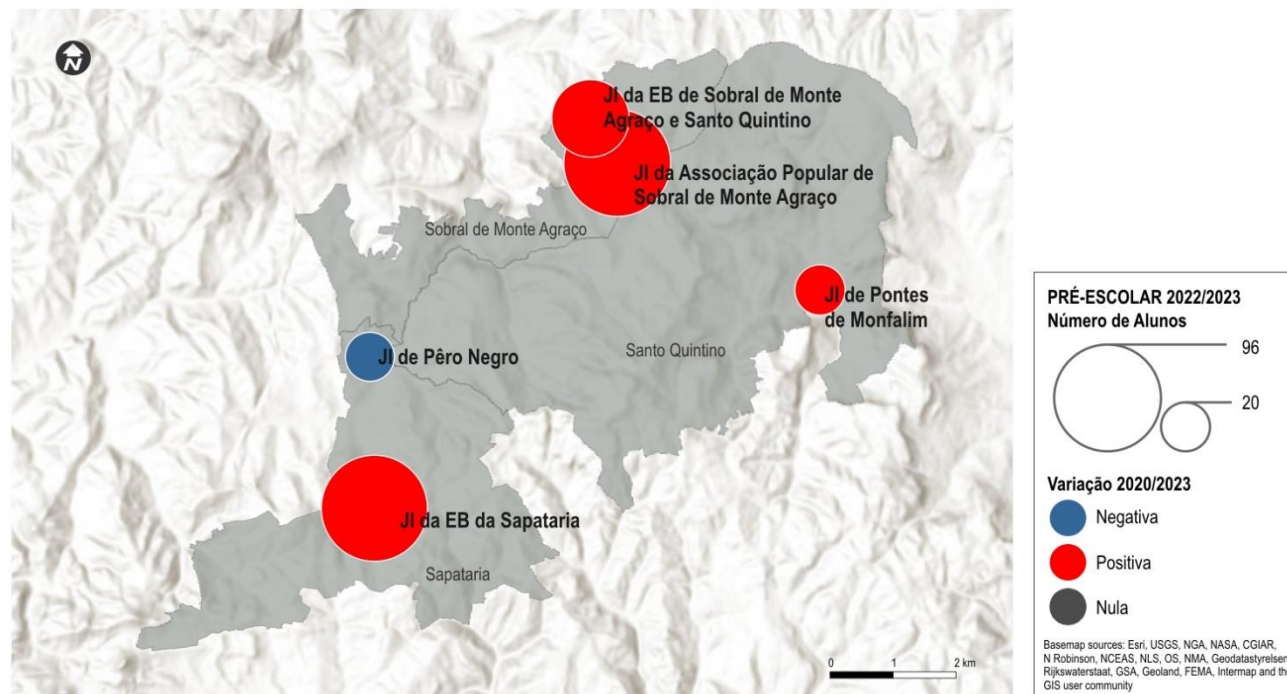
6. EB de Pêro Negro
7. EB de Sapataria
8. EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino

Estabelecimentos de Ensino de 2.º, 3.º Ciclo e Secundário (pág. 52)

9. Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral

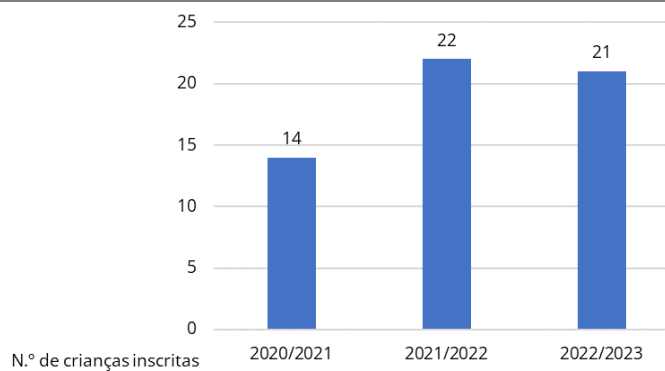
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar

IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Jl DE PONTES DE MONFALIM	FREGUESIA	SANTO QUINTINO
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS			



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	1964	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	2006
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	NÃO
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	DEFICIENTE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	DEFICIENTE	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	2	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMA	1
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES EXTERNA		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	SIM	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			CEDÊNCIA DE SALA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS (APEAVES).		

CRIANÇAS					
2020/2021	14	2021/2022	22	2022/2023	21



CRIANÇAS EM 2022/2023					
N.º DE CRIANÇAS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	21		N.º DE ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	0	
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (AAF)	NÃO				
AAF ANTES DA COMPONENTE LETIVA	-				
N.º DE CRIANÇAS	-				
AAF DEPOIS DA COMPONENTE LETIVA	NÃO				
N.º DE CRIANÇAS	-		INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	SIM	

RECURSOS HUMANOS							
EDUCADORES DE INFÂNCIA (QUADRO)	1	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	2	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
EDUCADORES DE INFÂNCIA (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE	
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	RAZOÁVEL
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES	
ACESSO GERAL	RAZOÁVEL
PEDONAIS	RAZOÁVEL
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA	DEFICIENTE
TRANSPORTES PÚBLICOS	DEFICIENTE

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	RAZOÁVEL	TETOS	DEFICIENTE
COBERTURA	RAZOÁVEL	ESCADAS	INEXISTENTE
SALAS	RAZOÁVEL	ASCENSORES	INEXISTENTE
PAREDES EXTERIORES	DEFICIENTE	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	DEFICIENTE
PAREDES INTERIORES	DEFICIENTE	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	DEFICIENTE
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	DEFICIENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	INEXISTENTE
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	RAZOÁVEL	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	INEXISTENTE
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	INEXISTENTE	RECREIO DESCOBERTO	DEFICIENTE
SALA POLIVALENTE	DEFICIENTE	PARQUE INFANTIL	INEXISTENTE
SANITÁRIOS	DEFICIENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	INEXISTENTE
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS:	-

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	RAZOÁVEL	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	INEXISTENTE
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	INEXISTENTE	WI-FI	DEFICIENTE
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	DEFICIENTE
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	INEXISTENTE
ESGOTOS	RAZOÁVEL		

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

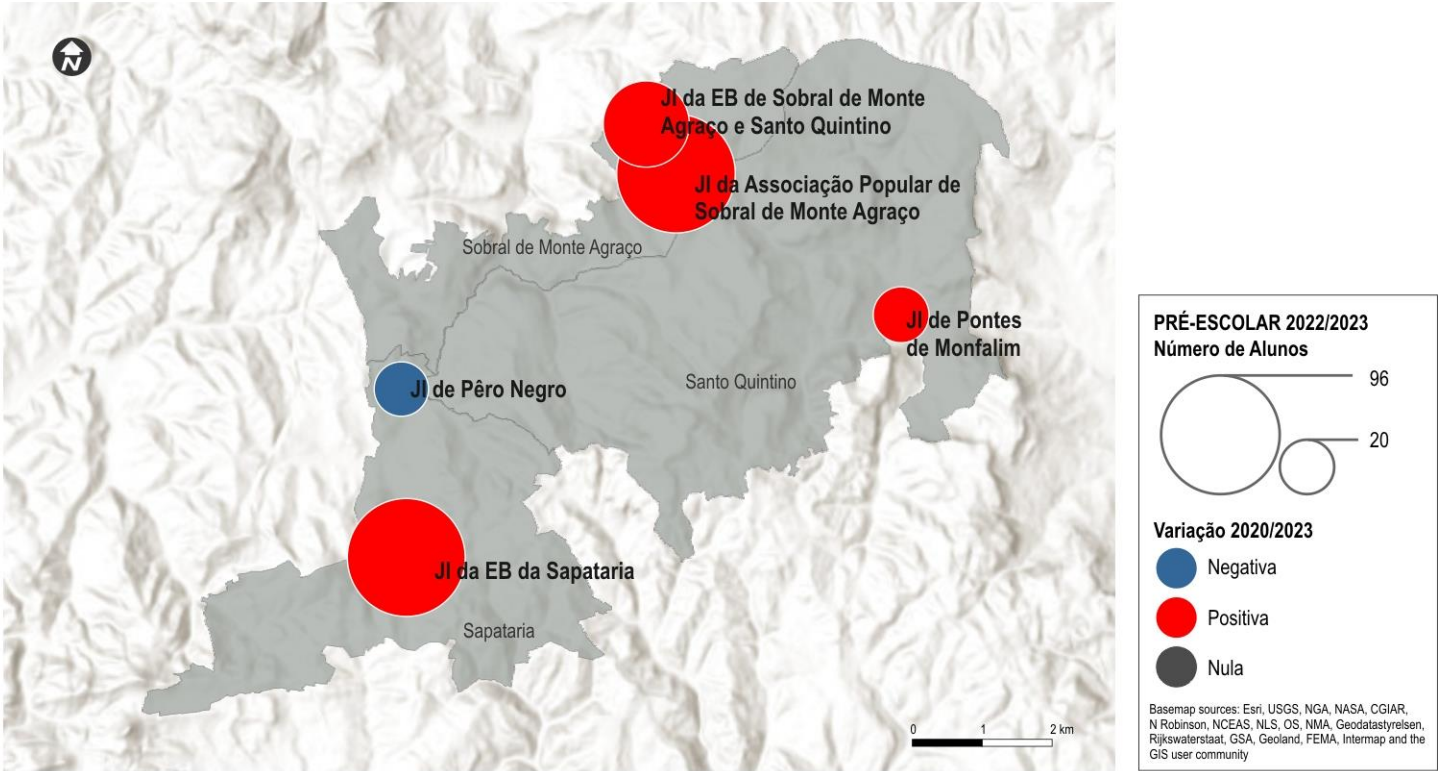
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	O EDIFÍCIO NECESSITA DE OBRAS DE ADAPTAÇÃO PARA AS NECESSIDADES ATUAIS.
ESPAÇOS EXTERIORES	FALTA DE ESPAÇOS VERDES. AUSÊNCIA DE PARQUE INFANTIL. MELHORIA DA LIMITAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	-

LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Jl DE PÊRO NEGRO	FREGUESIA	SAPATARIA

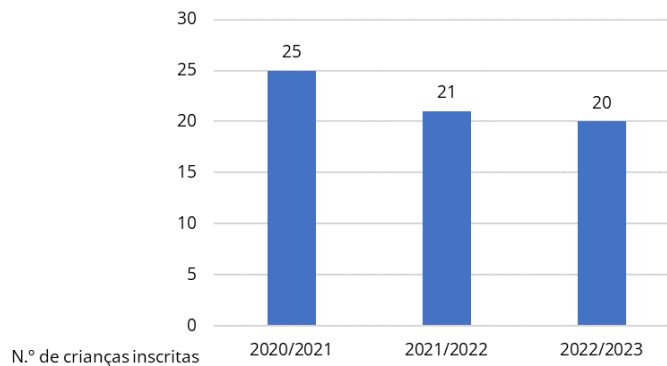
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2023	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	-
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	1	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NE	SIM
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?					
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	EXCELENTE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	1	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMA	1
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES EXTERNA.		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	SIM	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			SALA POLIVALENTE A SER USADA PELA COMUNIDADE LOCAL.		

Face à degradação das instalações de JI de Pêro Negro e em virtude da pandemia vivida, o grupo de pré-escolar de Pêro Negro foi, provisoriamente, deslocalizado para as instalações da EB de Pêro Negro.

CRIANÇAS					
2020/2021	25	2021/2022	21	2022/2023	20



CRIANÇAS EM 2022/2023				
N.º DE CRIANÇAS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	20		N.º DE CRIANÇAS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	0
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (AAF)	NÃO			
AAF ANTES DA COMPONENTE LETIVA	-			
N.º DE CRIANÇAS	-			
AAF DEPOIS DA COMPONENTE LETIVA	-			
N.º DE CRIANÇAS	-		INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	SIM

RECURSOS HUMANOS							
EDUCADORES DE INFÂNCIA (QUADRO)	1	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	2	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
EDUCADORES DE INFÂNCIA (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE			
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE		BOM	
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES			
ACESSO GERAL		RAZOÁVEL	
PEDONAIS		RAZOÁVEL	
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA		RAZOÁVEL	
TRANSPORTES PÚBLICOS		DEFICIENTE	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	EXCELENTE	TETOS	EXCELENTE
COBERTURA	EXCELENTE	ESCADAS	RAZOÁVEL
SALAS	EXCELENTE	ASCENSORES	BOM
PAREDES EXTERIORES	EXCELENTE	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	BOM
PAREDES INTERIORES	EXCELENTE	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	EXCELENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	EXCELENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	BOM
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	EXCELENTE	RECREIO DESCOBERTO	BOM
SALA POLIVALENTE	EXCELENTE	PARQUE INFANTIL	INEXISTENTE

SANITÁRIOS	EXCELENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	INEXISTENTE
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS:	-
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	EXCELENTE	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	BOM
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	BOM
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	EXCELENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	BOM
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	BOM	WI-FI	BOM
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	EXCELENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	BOM
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	INEXISTENTE
ESGOTOS	BOM		

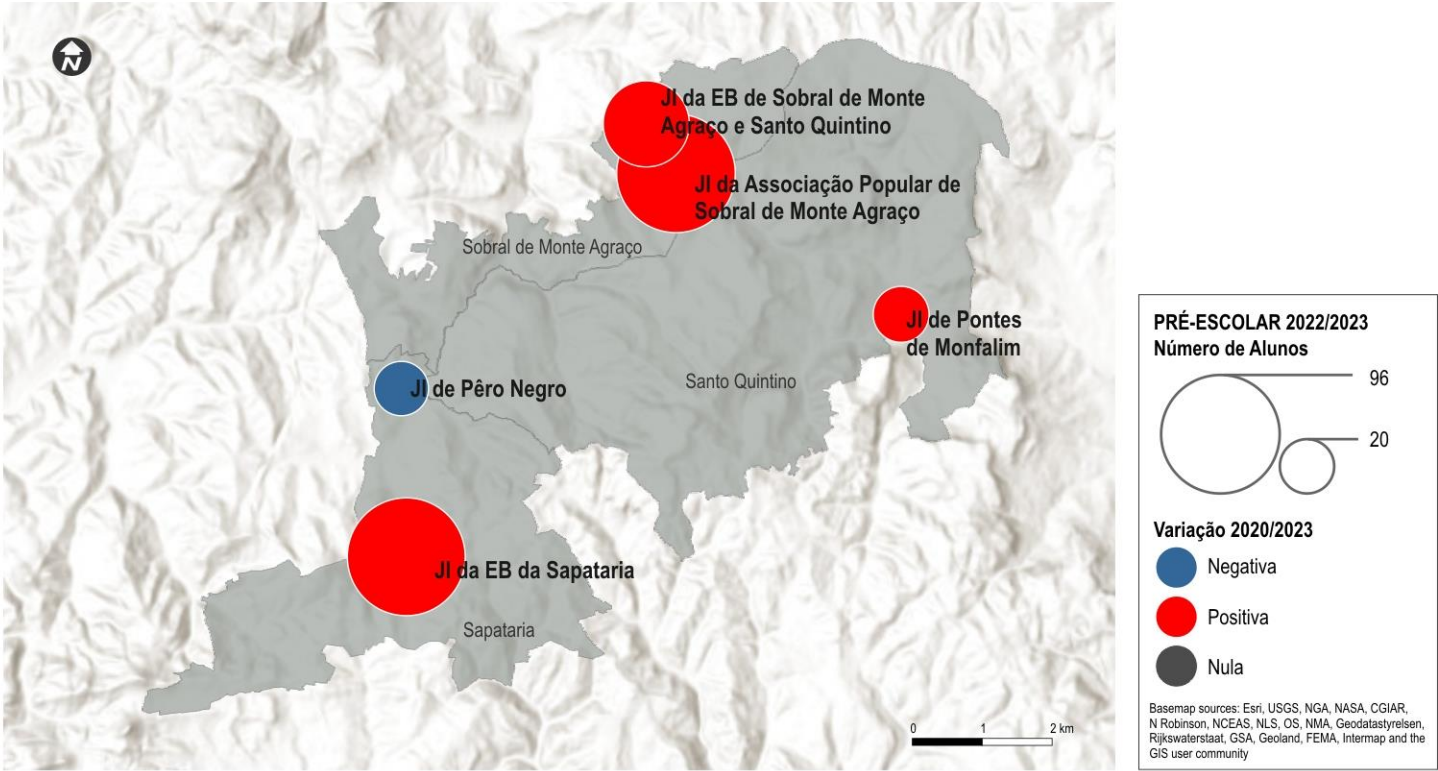
EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	-
ESPAÇOS EXTERIORES	NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, PREFERENCIALMENTE COBERTO, E DE UM CAMPO DE JOGOS/ATIVIDADES.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	-

LEGENDA:

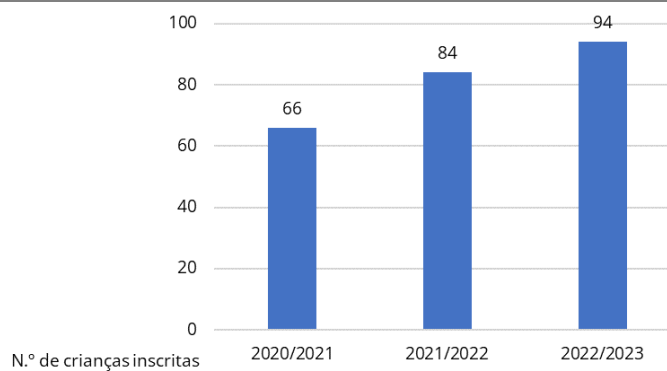
EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Jl DA EB DE SAPATARIA	FREGUESIA	SAPATARIA
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS			



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2011	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	-
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	SIM
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	EXCELENTE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	4	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMA	4
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PRÓPRIA - COM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	NÃO	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			-		

CRIANÇAS					
2020/2021	66	2021/2022	84	2022/2023	94



CRIANÇAS EM 2022/2023					
N.º DE CRIANÇAS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	94		N.º DE CRIANÇAS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL		3
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (AAF)	SIM				
AAF ANTES DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	45				
AAF DEPOIS DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	48		INTERVENÇÃO PRECOZE NA INFÂNCIA		SIM

RECURSOS HUMANOS							
EDUCADORES DE INFÂNCIA (QUADRO)	4	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	7	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
EDUCADORES DE INFÂNCIA (OUTROS)	1	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE	
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	BOM
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES	
ACESSO GERAL	BOM
PEDONAIS	BOM
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA	BOM
TRANSPORTES PÚBLICOS	BOM

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	BOM	TETOS	BOM
COBERTURA	BOM	ESCADAS	BOM
SALAS	BOM	ASCENSORES	BOM
PAREDES EXTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	BOM
PAREDES INTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	BOM
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	BOM	RECREIO DESCOBERTO	DEFICIENTE
SALA POLIVALENTE	BOM	PARQUE INFANTIL	DEFICIENTE
SANITÁRIOS	BOM	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	INEXISTENTE
RECREIO COBERTO	DEFICIENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS:	-

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	BOM	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	BOM
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	BOM
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	BOM	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	BOM
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	BOM	WI-FI	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	BOM	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	BOM
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	RAZOÁVEL	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	BOM
ESGOTOS	BOM		

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

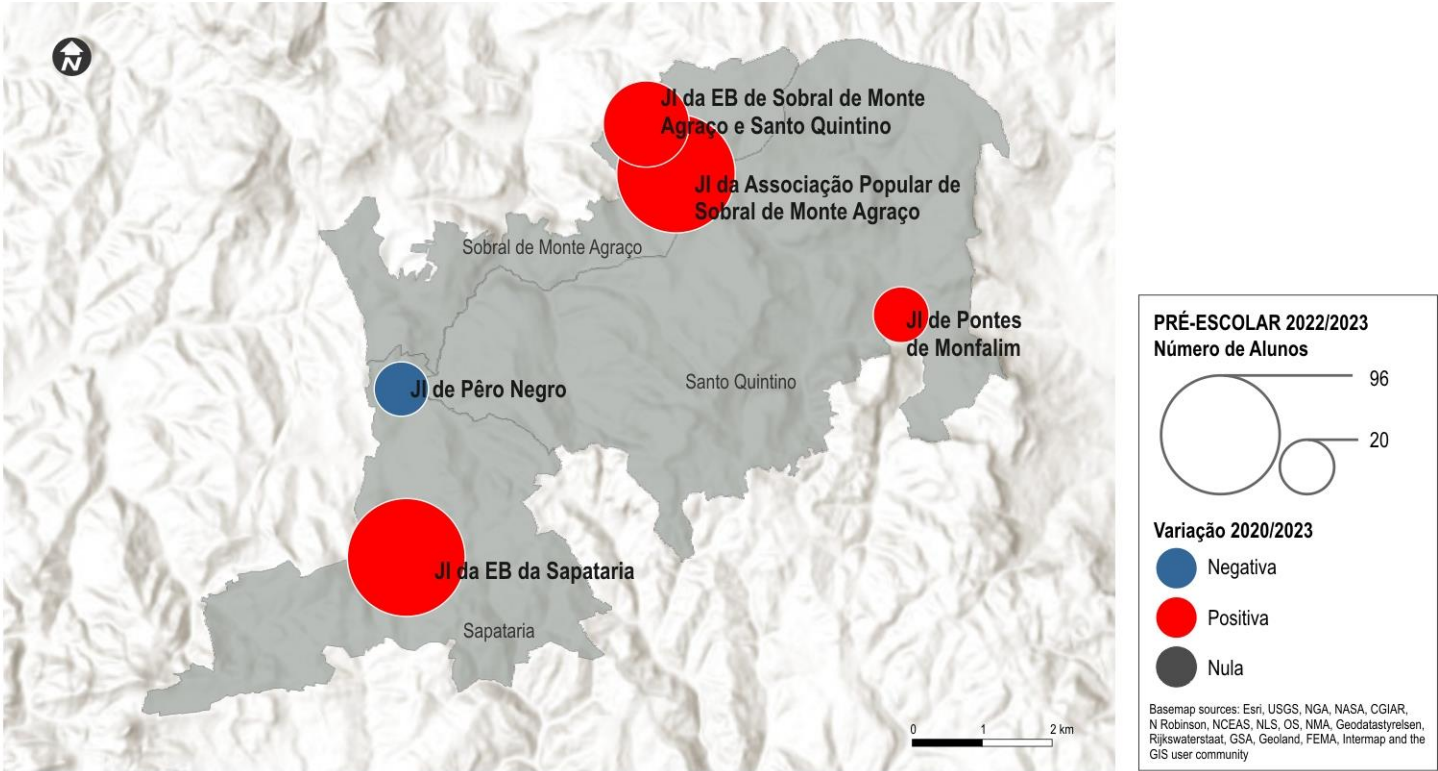
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	O EDIFÍCIO ENCONTRA-SE EM BOAS CONDIÇÕES.
ESPAÇOS EXTERIORES	É NECESSÁRIA A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE JOGOS/ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	É NECESSÁRIA A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA, PRÓXIMO DA ESCOLA.

LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

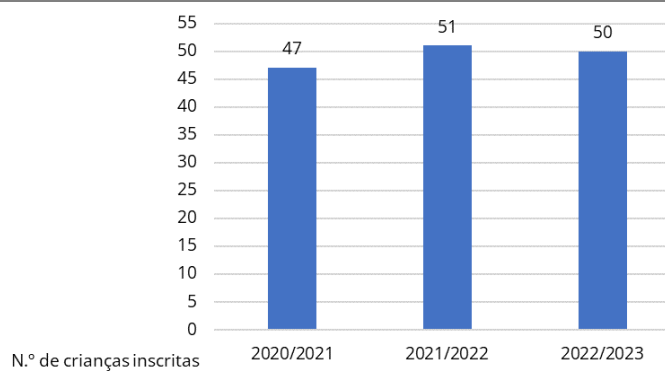
IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Jl da EB de Sobral de Monte Agraço e Santo Quintino	FREGUESIA	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2003	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	2023
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	RAZOÁVEL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	4	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMA	2
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PRÓPRIA SEM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	NÃO	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			-		

CRIANÇAS					
2020/2021	47	2021/2022	51	2022/2023	50



CRIANÇAS EM 2022/2023					
N.º DE CRIANÇAS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	50		N.º DE CRIANÇAS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL		1
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (AAF)	SIM				
AAF ANTES DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	25				
AAF DEPOIS DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	25		INTERVENÇÃO PRECOZE NA INFÂNCIA		SIM

RECURSOS HUMANOS							
EDUCADORES DE INFÂNCIA (QUADRO)	2	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	3	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
EDUCADORES DE INFÂNCIA (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE	
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	BOM
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES	
ACESSO GERAL	BOM
PEDONAIS	BOM
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA	RAZOÁVEL
TRANSPORTES PÚBLICOS	RAZOÁVEL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	RAZOÁVEL	TETOS	RAZOÁVEL
COBERTURA	RAZOÁVEL	ESCADAS	RAZOÁVEL
SALAS	RAZOÁVEL	ASCENSORES	RAZOÁVEL
PAREDES EXTERIORES	RAZOÁVEL	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	DEFICIENTE
PAREDES INTERIORES	RAZOÁVEL	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	RAZOÁVEL	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	RAZOÁVEL	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	RAZOÁVEL
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	RAZOÁVEL	RECREIO DESCOBERTO	RAZOÁVEL
SALA POLIVALENTE	RAZOÁVEL	PARQUE INFANTIL	RAZOÁVEL
SANITÁRIOS	RAZOÁVEL	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	BOM
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS:	-

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	RAZOÁVEL	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	DEFICIENTE
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	INEXISTENTE	WI-FI	DEFICIENTE
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	RAZOÁVEL
ESGOTOS	DEFICIENTE		

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

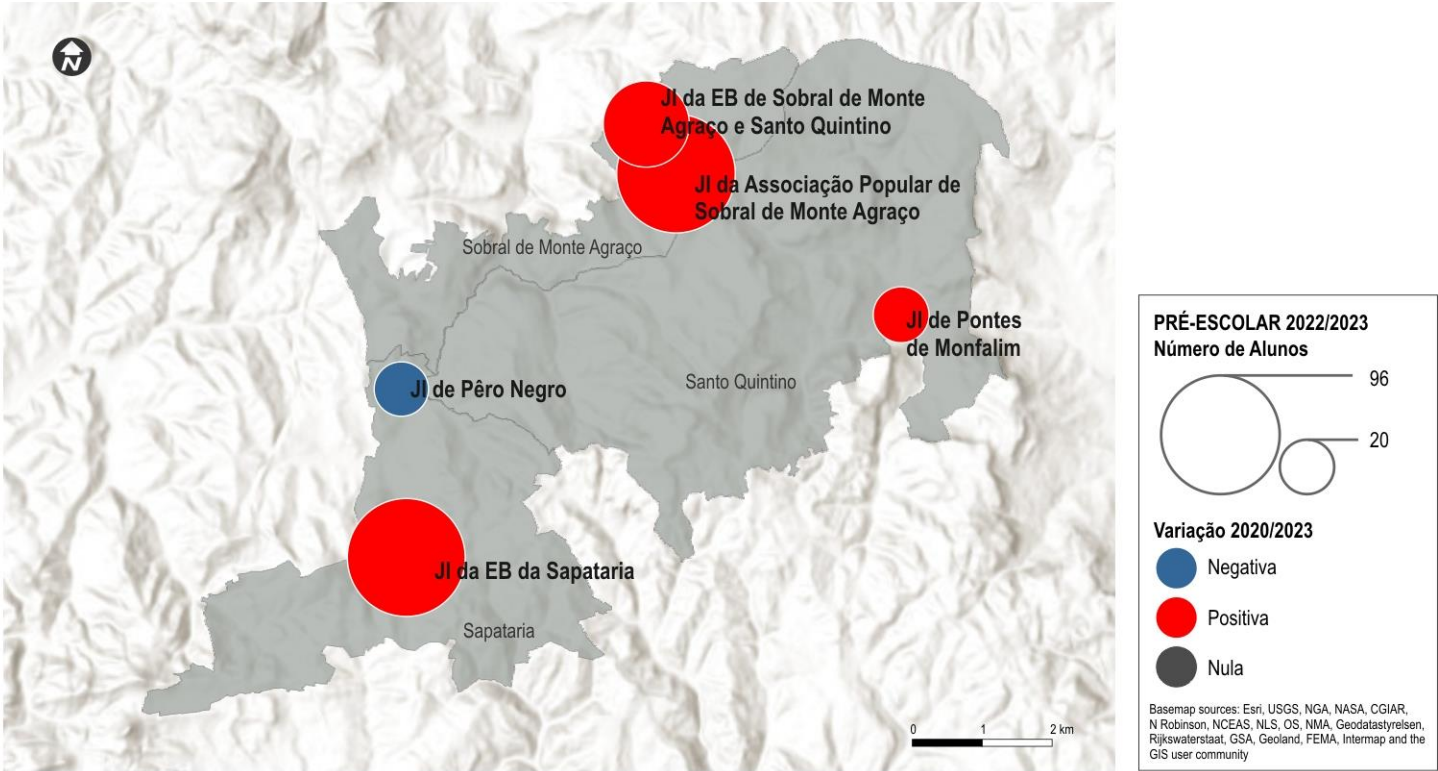
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	OBRAS A DECORRER.
ESPAÇOS EXTERIORES	NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, DE ZONAS VERDES E DE UM RECREIO COBERTO.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	NECESSIDADE DE UM ESTACIONAMENTO/ESPAÇO PARA VIATURAS DE TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

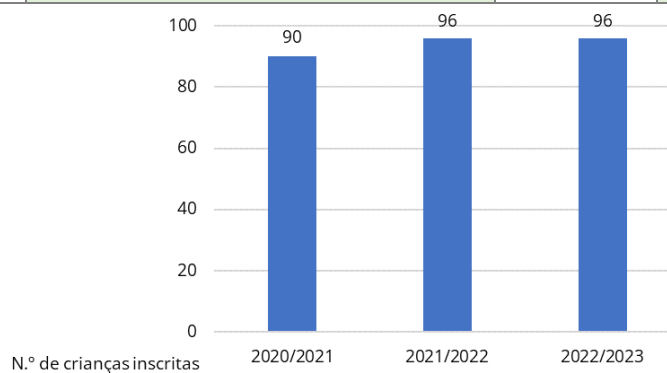
IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	-	REDE	SOLIDÁRIA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	Jl DA ASSOCIAÇÃO POPULAR DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	FREGUESIA	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	2	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	1984	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	2009	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	2023
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	2	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	BOM	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	EXCELENTE	SALAS DE ATIVIDADE COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	4	SALAS DE ATIVIDADE OCUPADAS COM TURMA	4
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PRÓPRIA SEM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	SIM	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			SÓCIOS, CÂMARA MUNICIPAL DO SOBRAL DE MONTE AGRAÇO E AGRUPAMENTO 272 DE SMA		

CRIANÇAS					
2020/2021	90	2021/2022	96	2022/2023	96



CRIANÇAS EM 2022/2023					
N.º DE CRIANÇAS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	91		N.º DE CRIANÇAS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	11	
ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA (AAF)	SIM				
AAF ANTES DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	39				
AAF DEPOIS DA COMPONENTE LETIVA	SIM				
N.º DE CRIANÇAS	70		INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	SIM	

RECURSOS HUMANOS							
EDUCADORES DE INFÂNCIA (QUADRO)	4	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	6	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	11
EDUCADORES DE INFÂNCIA (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE	
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	BOM
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES	
ACESSO GERAL	BOM
PEDONAIS	BOM
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA	BOM
TRANSPORTES PÚBLICOS	DEFICIENTE

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	BOM	TETOS	BOM
COBERTURA	BOM	ESCADAS	INEXISTENTE
SALAS	BOM	ASCENSORES	INEXISTENTE
PAREDES EXTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	RAZOÁVEL
PAREDES INTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	RAZOÁVEL
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	RAZOÁVEL	RECREIO DESCOBERTO	RAZOÁVEL
SALA POLIVALENTE	INEXISTENTE	PARQUE INFANTIL	RAZOÁVEL
SANITÁRIOS	RAZOÁVEL	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	RAZOÁVEL
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS:	SALAS DO CATL E REFEITÓRIO

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	BOM	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	BOM
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	BOM
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	BOM	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	BOM
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	EXCELENTE	WI-FI	EXCELENTE
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	EXCELENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	BOM
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	BOM	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	BOM
ESGOTOS	BOM		

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEGATIVA (AUMENTO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CAIXILHARIA.
ESPAÇOS EXTERIORES	-
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	-

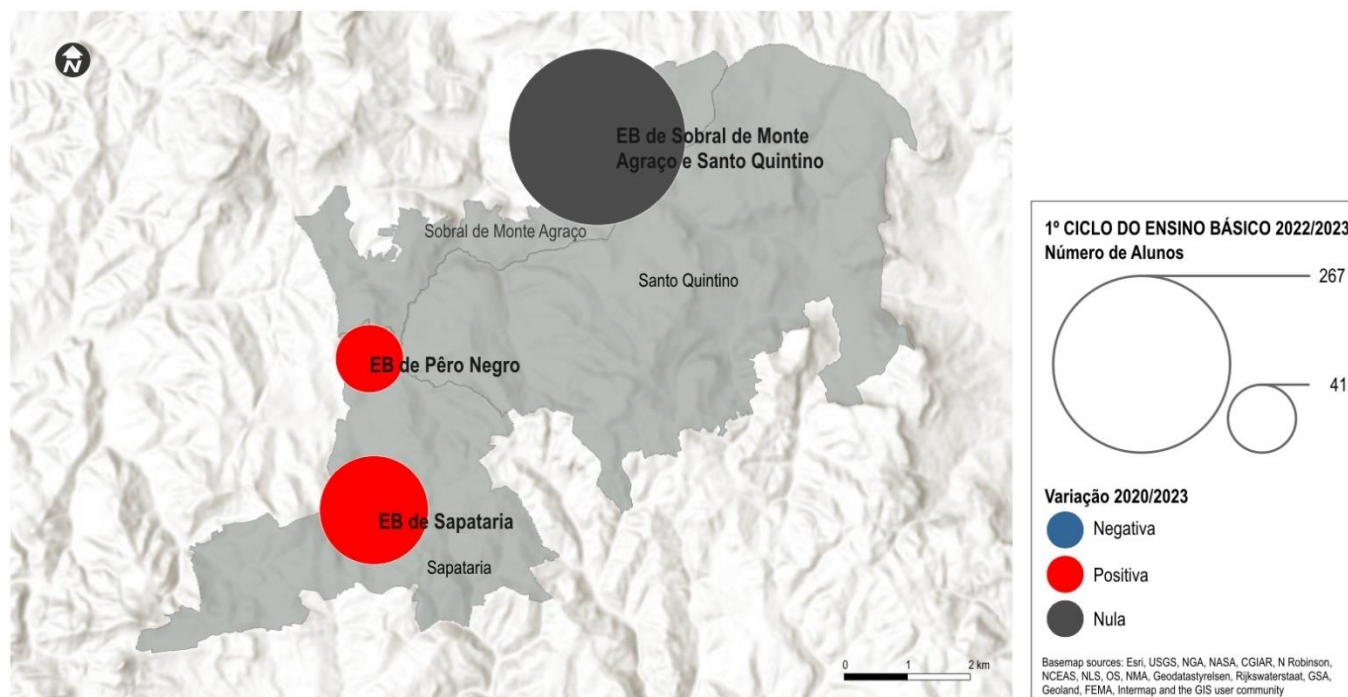
LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo

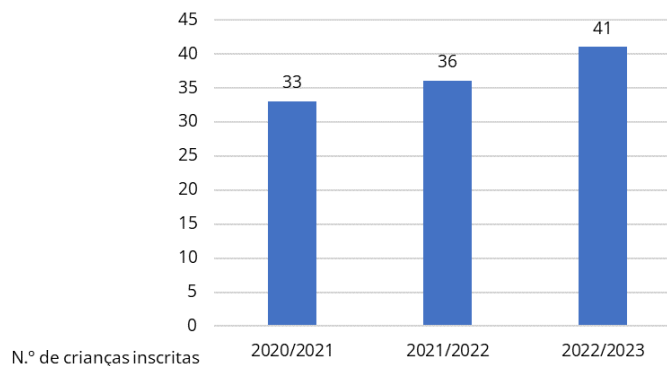
IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	EB DE PÊRO NEGRO	FREGUESIA	SAPATARIA

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2022	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	-
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	SIM
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	EXCELENTE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	2	SALAS DE ATIVIDADES OCUPADAS (COM TURMA)	2
REGIME	NORMAL	SE DUPLO, TURMAS DE MANHÃ / TARDE	-	SALA POLIVALENTE / EDUCAÇÃO FÍSICA	1	SALA DE INFORMÁTICA	0
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?					
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO EXTERNA		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	SIM	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			SALA POLIVALENTE A SER USADA PELA COMUNIDADE LOCAL		

ALUNOS					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	33	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	36	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	41
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	0	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	2	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	1
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0

**ALUNOS EM 2022/2023**

N.º DE ALUNOS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	41		N.º DE ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	2
TURMAS	2			
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)	SIM			
N.º DE ALUNOS	41			
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)	NÃO			
N.º DE ALUNOS	-		INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	NÃO

RECURSOS HUMANOS

DOCENTES (QUADRO)	2	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	1	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
DOCENTE (OUTROS)	1	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

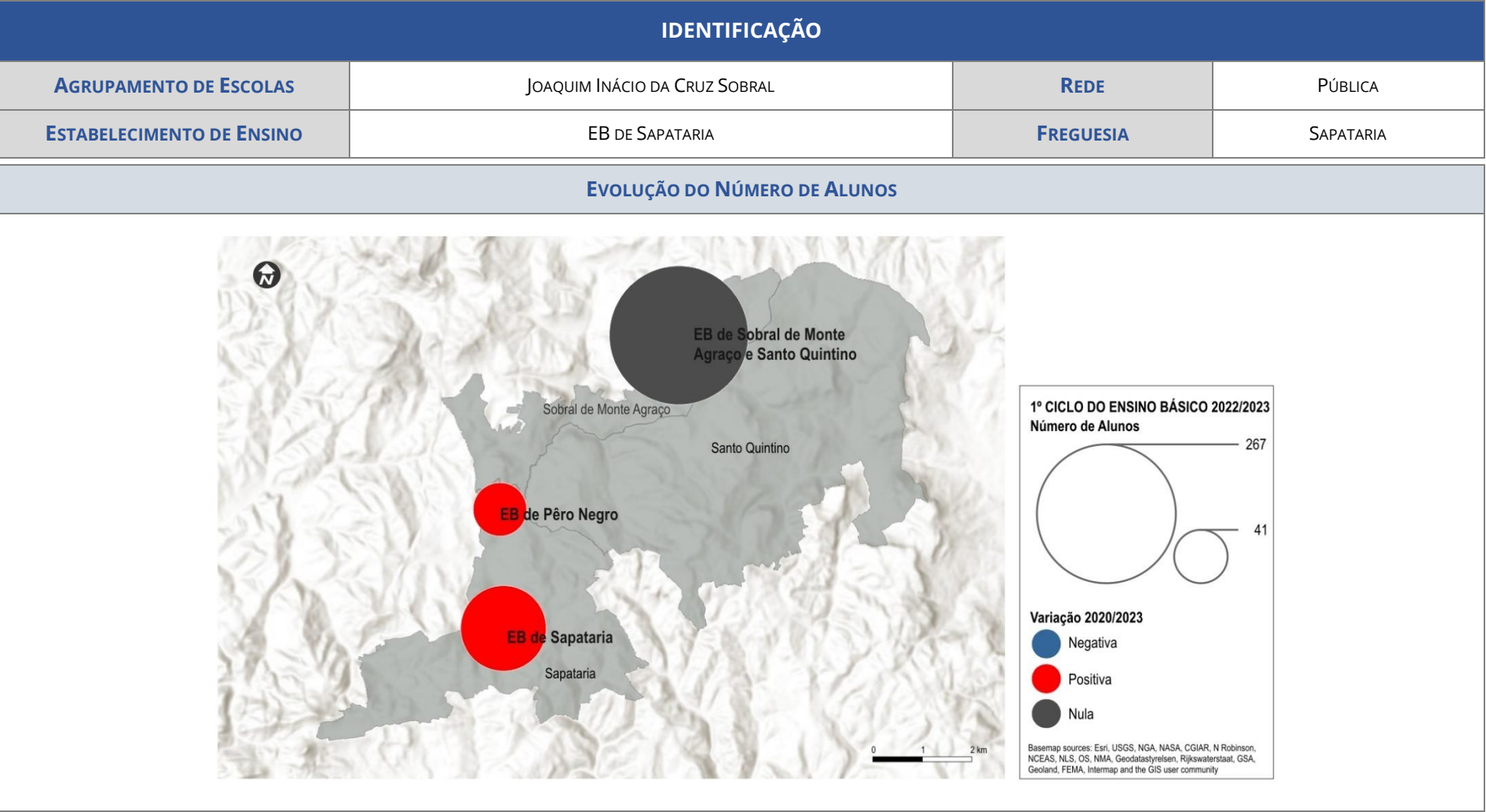
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE			
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE			BOM
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES			
ACESSO GERAL			RAZOÁVEL
PEDONAIS			RAZOÁVEL
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA			RAZOÁVEL
TRANSPORTES PÚBLICOS			DEFICIENTE
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	EXCELENTE	TETOS	EXCELENTE
COBERTURA	EXCELENTE	ESCADAS	RAZOÁVEL
SALAS	EXCELENTE	ASCENSORES	BOM
PAREDES EXTERIORES	EXCELENTE	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	BOM
PAREDES INTERIORES	EXCELENTE	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	EXCELENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	EXCELENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	BOM

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	EXCELENTE	PARQUE INFANTIL	INEXISTENTE
SALA POLIVALENTE	EXCELENTE	SANITÁRIOS	EXCELENTE
CENTRO RECURSOS / BIBLIOTECA	INEXISTENTE	CAMPOS DE JOGOS	INEXISTENTE
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	INEXISTENTE
RECREIO DESCOBERTO	BOM	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS	-
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	EXCELENTE	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	BOM
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	BOM
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	EXCELENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	BOM
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	BOM	WI-FI	BOM
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	EXCELENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	BOM
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	INEXISTENTE
ESGOTOS	BOM		
EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	-
ESPAÇOS EXTERIORES	NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, SE POSSÍVEL COBERTO, E DE UM CAMPO DE JOGOS/ATIVIDADES.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	-

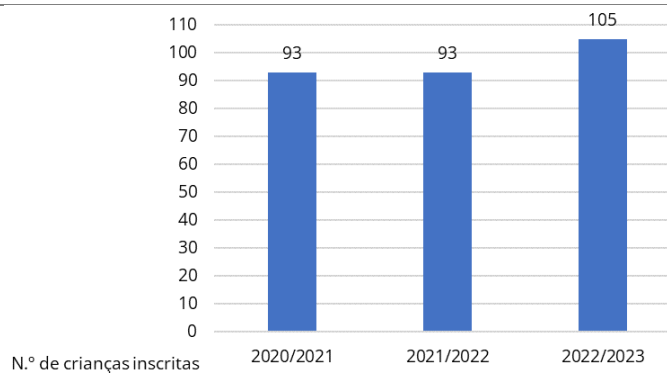
LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2011	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	-
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	SIM
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	EXCELENTE	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	7	SALAS DE ATIVIDADES OCUPADAS (COM TURMA)	5
REGIME	NORMAL	SE DUPLO, TURMAS DE MANHÃ / TARDE	-	SALA POLIVALENTE / EDUCAÇÃO FÍSICA	1	SALA DE INFORMÁTICA	0
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO PRÓPRIA - COM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR.		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	NÃO	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			-		

ALUNOS					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	93	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	93	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	105
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	3	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	2	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	6
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0



ALUNOS EM 2022/2023

N.º DE ALUNOS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	105	N.º DE ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	5
TURMAS	5		
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)	SIM		
N.º DE ALUNOS	105		
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)	SIM		
N.º DE ALUNOS	45	INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	NÃO

RECURSOS HUMANOS

DOCENTES (QUADRO)	8	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	3	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
DOCENTE (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	0

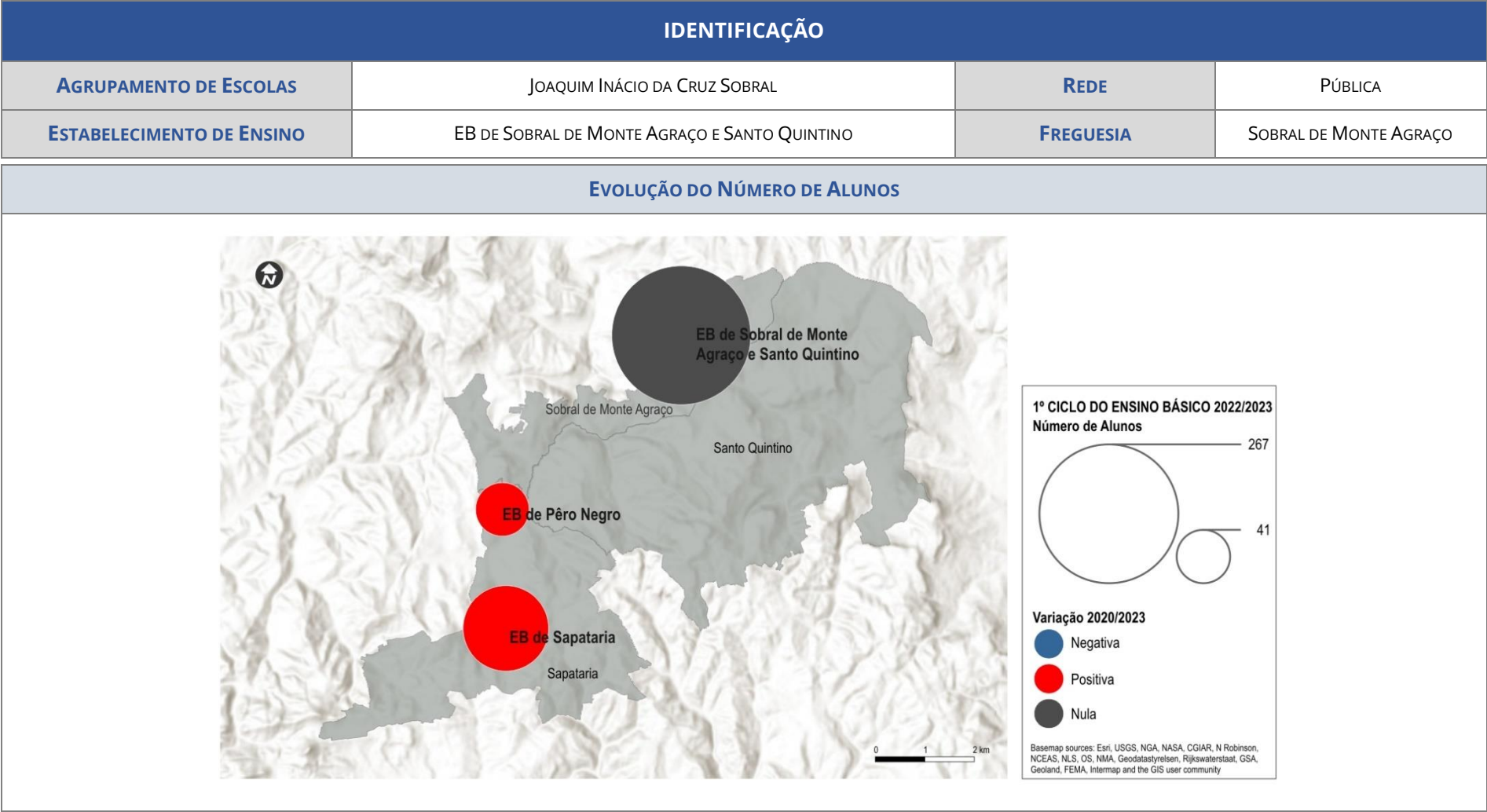
AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE			
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE		BOM	
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES			
ACESSO GERAL		BOM	
PEDONAIS		BOM	
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA		BOM	
TRANSPORTES PÚBLICOS		BOM	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	BOM	TETOS	BOM
COBERTURA	BOM	ESCADAS	BOM
SALAS	BOM	ASCENSORES	BOM
PAREDES EXTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	BOM
PAREDES INTERIORES	BOM	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	BOM
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	BOM	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	BOM

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	BOM	PARQUE INFANTIL	DEFICIENTE
SALA POLIVALENTE	BOM	SANITÁRIOS	BOM
CENTRO RECURSOS / BIBLIOTECA	BOM	CAMPOS DE JOGOS	INEXISTENTE
RECREIO COBERTO	DEFICIENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	INEXISTENTE
RECREIO DESCOBERTO	DEFICIENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS	-
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	BOM	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	BOM
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	BOM
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	BOM	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	BOM
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	BOM	WI-FI	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	BOM	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	BOM
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	RAZOÁVEL	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	BOM
ESGOTOS	BOM		
EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	O EDIFÍCIO ENCONTRA-SE EM BOAS CONDIÇÕES.
ESPAÇOS EXTERIORES	É NECESSÁRIA A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE JOGOS/ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	É NECESSÁRIO A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA, PRÓXIMO DA ESCOLA.

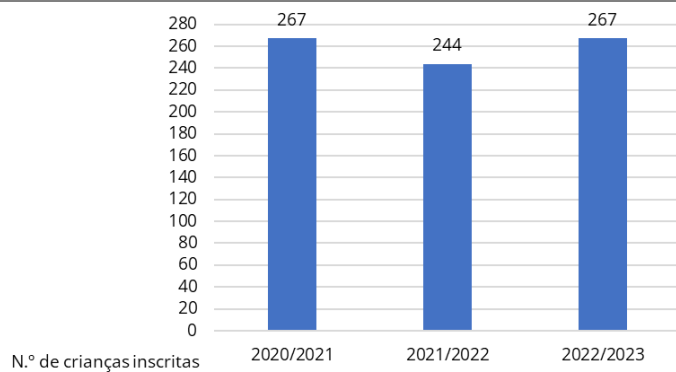
LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------



CARACTERIZAÇÃO GERAL							
TOTAL DE EDIFÍCIOS	1	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)	2003	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)	-	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	2023
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS	0	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA	0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	SIM
EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO	SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?			-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	RAZOÁVEL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)	RAZOÁVEL	SALAS COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)	14	SALAS DE ATIVIDADES OCUPADAS (COM TURMA)	13
REGIME	NORMAL	SE DUPLO, TURMAS DE MANHÃ / TARDE	-	SALA POLIVALENTE / EDUCAÇÃO FÍSICA	1	SALA DE INFORMÁTICA	0
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	NÃO	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?			-		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES			UNIDADE DE CONFEÇÃO PRÓPRIA - SEM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	NÃO	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?			-		

ALUNOS					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	267	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	244	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	267
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	24	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	11	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	8
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0

**ALUNOS EM 2022/2023**

N.º DE ALUNOS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	267	N.º DE ALUNOS QUE BENEFICIAM DE MEDIDAS DE NÍVEL SELETIVO E/OU ADICIONAL	23
TURMAS	13		
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)	SIM		
N.º DE ALUNOS	267		
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)	NÃO		
N.º DE ALUNOS	-	INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA	NÃO

RECURSOS HUMANOS

DOCENTES (QUADRO)	19	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	9	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	0
DOCENTE (OUTROS)	0	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	0	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	2

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE			
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE		BOM	
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES			
ACESSO GERAL		BOM	
PEDONAIS		BOM	
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA		RAZOÁVEL	
TRANSPORTES PÚBLICOS		RAZOÁVEL	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	RAZOÁVEL	TETOS	RAZOÁVEL
COBERTURA	RAZOÁVEL	ESCADAS	RAZOÁVEL
SALAS	RAZOÁVEL	ASCENSORES	RAZOÁVEL
PAREDES EXTERIORES	RAZOÁVEL	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	DEFICIENTE
PAREDES INTERIORES	RAZOÁVEL	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	RAZOÁVEL	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	RAZOÁVEL
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	RAZOÁVEL	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	RAZOÁVEL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	RAZOÁVEL	PARQUE INFANTIL	(EM REMODELAÇÃO)
SALA POLIVALENTE	RAZOÁVEL	SANITÁRIOS	RAZOÁVEL
CENTRO RECURSOS / BIBLIOTECA	RAZOÁVEL	CAMPOS DE JOGOS	BOM
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	BOM
RECREIO DESCOBERTO	DEFICIENTE	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS	-
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	RAZOÁVEL	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	DEFICIENTE
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	INEXISTENTE	WI-FI	DEFICIENTE
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	RAZOÁVEL
ESGOTOS	DEFICIENTE		
EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	NÃO	SE SIM, QUAIS:	-

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	OBRAS EM CURSO.
ESPAÇOS EXTERIORES	NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL, DE ZONAS VERDES E DE UM RECREIO COBERTO.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	NECESSIDADE DE UM ESTACIONAMENTO/ESPAÇO, PARA VIATURAS DE TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.

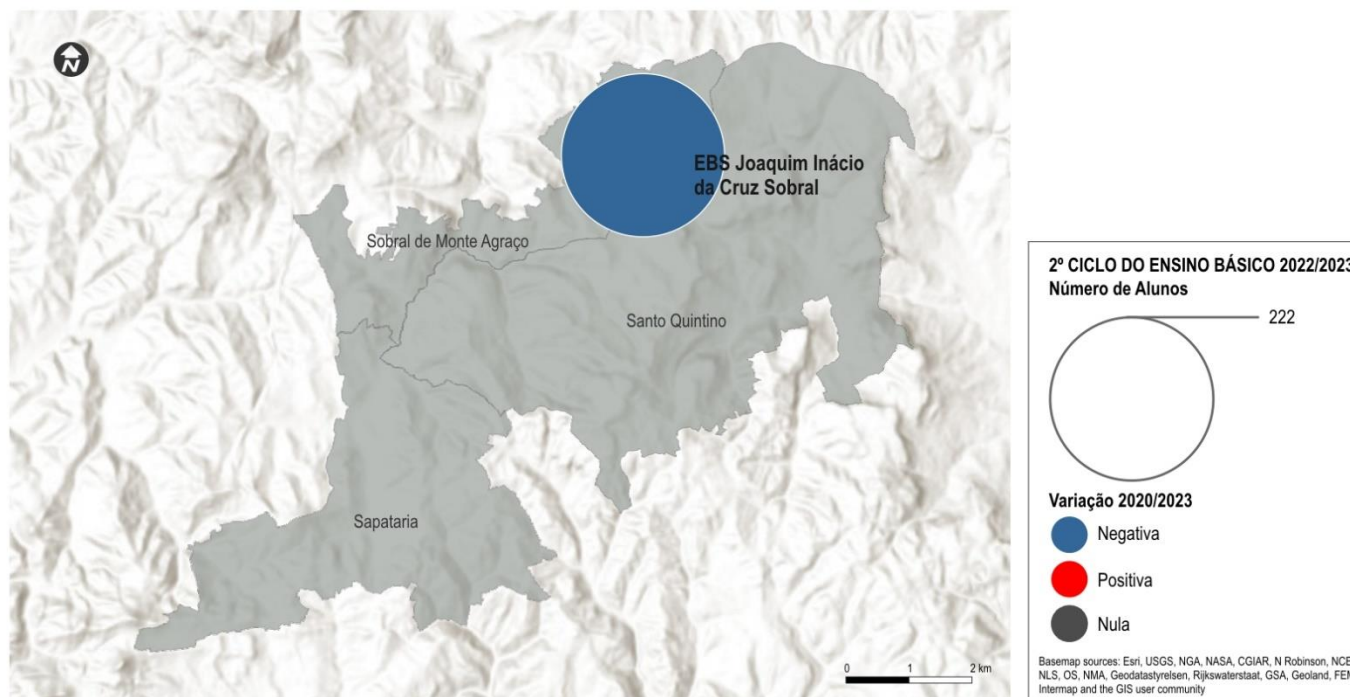
LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------

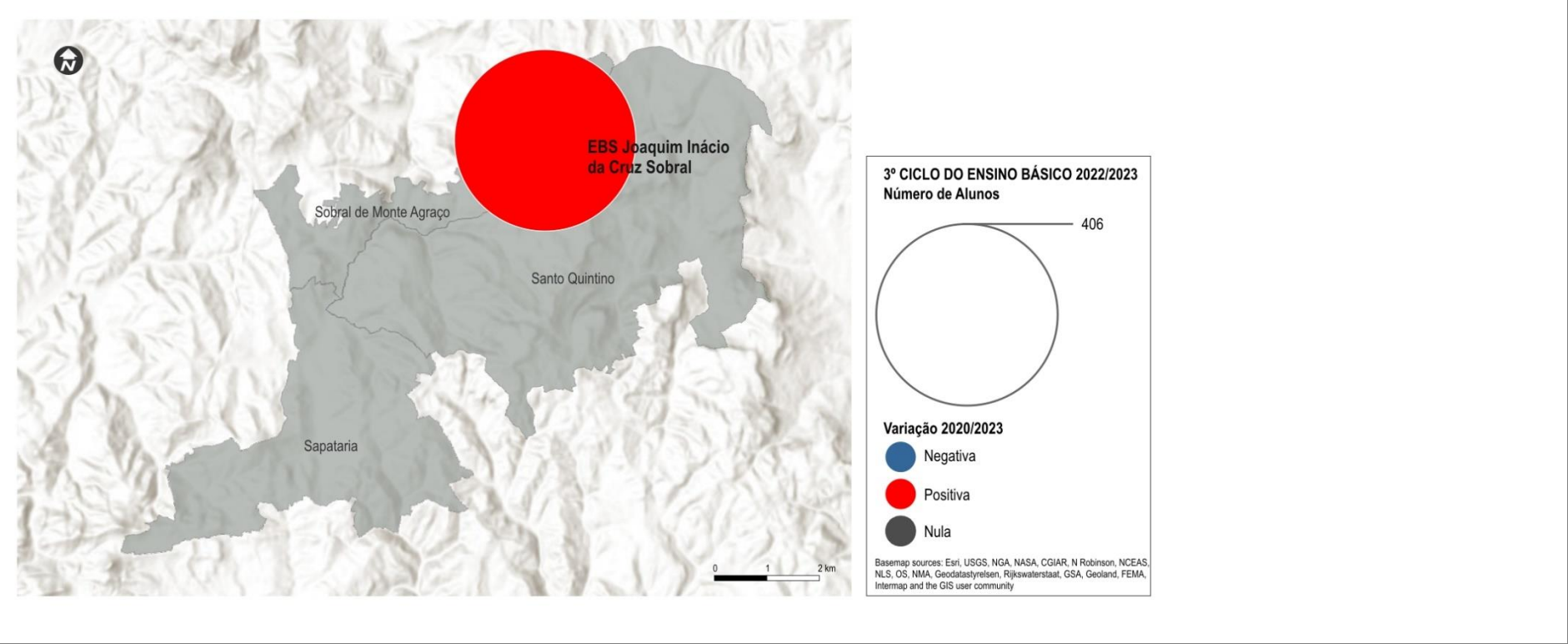
Estabelecimentos de Ensino de 2.º e 3.º Ciclo e Secundário

IDENTIFICAÇÃO			
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	REDE	PÚBLICA
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL	FREGUESIA	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
OFERTA FORMATIVA / PROFISSIONAL	SIM		

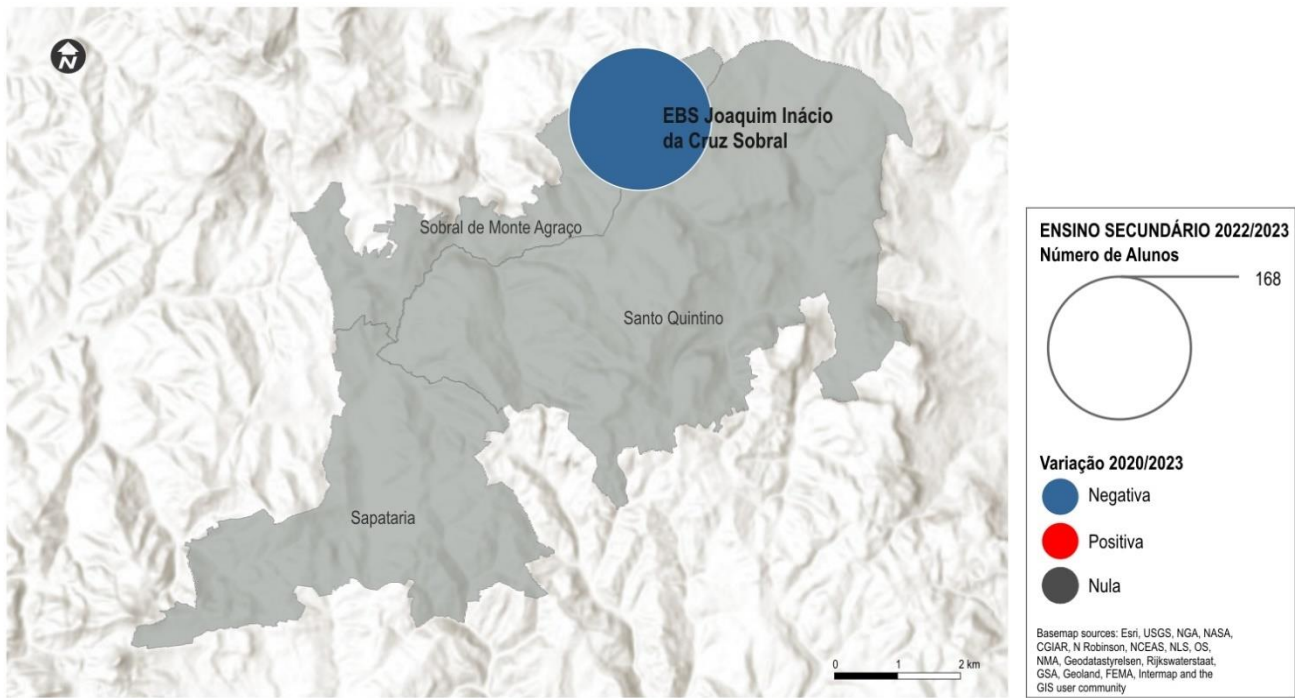
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 2.º CEB



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO 3.º CEB



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO

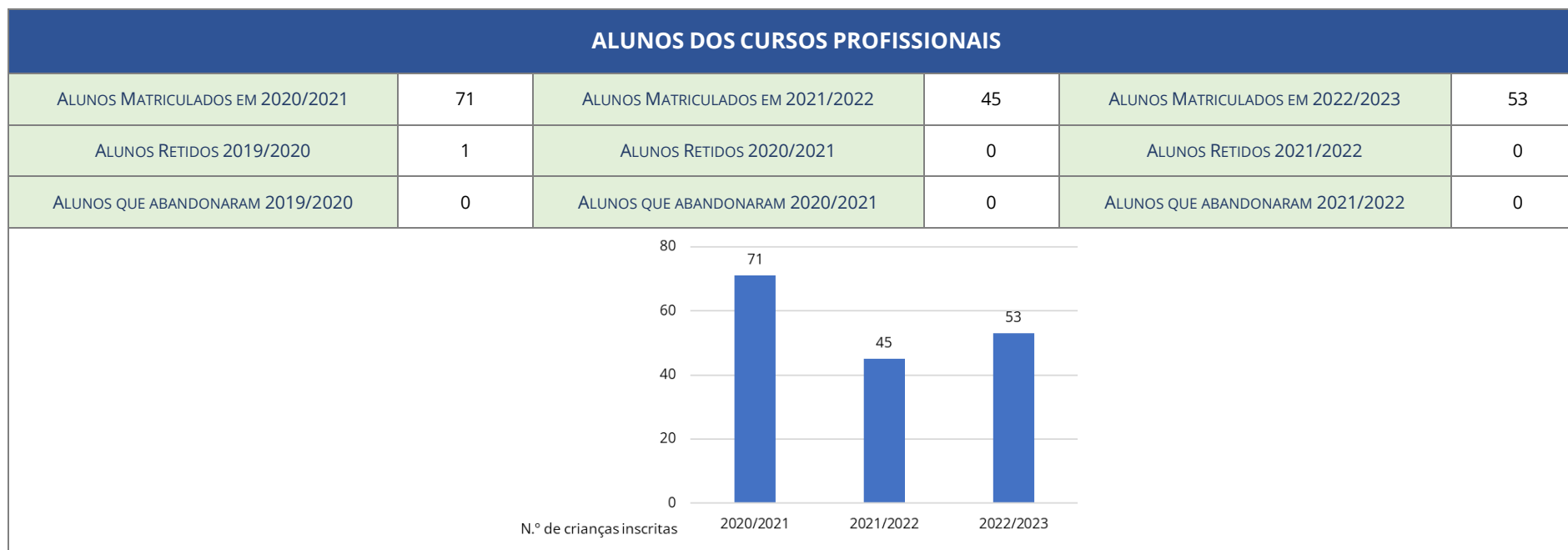


CARACTERIZAÇÃO GERAL									
TOTAL DE EDIFÍCIOS	2	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO ORIGINAL)		1989	ANO DE CONSTRUÇÃO (EDIFÍCIO MAIS RECENTE)		2022	ANO DA ÚLTIMA REABILITAÇÃO/INTERVENÇÃO (> 50% DO EDIFÍCIO)	2021
EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS DE RAIZ	1	EDIFÍCIOS ADAPTADOS		1	EDIFÍCIOS EM SITUAÇÃO MISTA		0	ACESSIBILIDADES PARA CRIANÇAS COM NEE	SIM
TIPOLOGIA	T39	EDIFÍCIO DE USO EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVO		SIM	SE NÃO, QUE FUNÇÕES?		-		
ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (EDIFÍCIOS)	RAZOÁVEL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO GERAL (ESPAÇOS EXTERIORES)		RAZOÁVEL	SALAS COM CONDIÇÕES PARA A COMPONENTE LETIVA (TOTAL)		33	SALAS DE ATIVIDADES OCUPADAS (COM TURMA)	33
CARÊNCIA DE SALAS (N.º)	SIM, 6.	SE SIM, COM QUE FINALIDADE?					COMPONENTE LETIVA E OUTRAS.		
SERVIÇO DE ALMOÇO (REFEIÇÕES)	SIM	TIPO DE UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES					UNIDADE DE CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PRÓPRIA – SEM CONFEÇÃO PARA O EXTERIOR		
CEDÊNCIA DE SALAS/ESPAÇOS?	NÃO	SE SIM, A QUE ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES?					-		
SALAS									
SALAS DE INFORMÁTICA	2	SALAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA / POLIVALENTES		0	SALAS DE EDUCAÇÃO VISUAL E TECNOLÓGICA		2	LABORATÓRIOS	2
OFICINAS	0								
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (PROJETOS, CLUBES, OUTROS) E ALUNOS INSCRITOS									
ARTES DE PALCO	10	ECO-ESCOLAS		Todos	PES		Todos	NOE/SPO	Todos
UBUNTU	40	CLUBE DESPORTO ESCOLAR	156						

ALUNOS DO 2.º CEB					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	259	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	243	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	222
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	24	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	6	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	7
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0

ALUNOS DO 3.º CEB					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	360	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	380	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	406
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	42	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	21	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	19
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0
<					

ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO					
ALUNOS MATRICULADOS EM 2020/2021	241	ALUNOS MATRICULADOS EM 2021/2022	191	ALUNOS MATRICULADOS EM 2022/2023	168
ALUNOS RETIDOS 2019/2020	22	ALUNOS RETIDOS 2020/2021	7	ALUNOS RETIDOS 2021/2022	10
ALUNOS QUE ABANDONARAM 2019/2020	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2020/2021	0	ALUNOS QUE ABANDONARAM 2021/2022	0



ALUNOS DOS CURSOS PROFISSIONAIS Em 2022/2023			
N.º DE ALUNOS RESIDENTES EM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	53	TURMAS	6

RECURSOS HUMANOS							
DOCENTES (QUADRO)	122	ASSISTENTES TÉCNICOS (QUADRO)	12	ASSISTENTES OPERACIONAIS (QUADRO)	61	OUTROS RECURSOS HUMANOS (QUADRO)	1
DOCENTE (OUTROS)	35	ASSISTENTES TÉCNICOS (OUTROS)	0	ASSISTENTES OPERACIONAIS (OUTROS)	3	OUTROS RECURSOS HUMANOS (OUTROS)	5
DOCENTES DOS CURSOS PROFISSIONAIS (QUADRO)		20	DOCENTES DOS CURSOS PROFISSIONAIS (OUTROS)				8

AVALIAÇÃO DO EDIFICADO, REDES E MEIO ENVOLVENTE			
CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE		RAZOÁVEL	
CARACTERIZAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES			
ACESSO GERAL		BOM	
PEDONAIS		BOM	
ACESSOS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA		DEFICIENTE	
TRANSPORTES PÚBLICOS		DEFICIENTE	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO(S) EDIFÍCIO(S)			
ESTRUTURA	RAZOÁVEL	REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS INTERIORES	DEFICIENTE
COBERTURA	RAZOÁVEL	TETOS	DEFICIENTE
SALAS	RAZOÁVEL	ESCADAS	DEFICIENTE
LABORATÓRIOS	DEFICIENTE	ASCENSORES	RAZOÁVEL
OFICINAS	INEXISTENTE	CAIXILHARIA E PORTAS EXTERIORES	DEFICIENTE
PAREDES EXTERIORES	DEFICIENTE	CAIXILHARIA E PORTAS INTERIORES	DEFICIENTE
PAREDES INTERIORES	DEFICIENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDA	INEXISTENTE
REVESTIMENTOS DE PAVIMENTOS EXTERIORES	DEFICIENTE	DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DE VÃOS EXTERIORES	RAZOÁVEL

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO			
REFEITÓRIO	DEFICIENTE	MEDIATECA	INEXISTENTE
SALA DE CONVÍVIO	DEFICIENTE	PAVILHÃO DESPORTIVO	INEXISTENTE
SALA POLIVALENTE	INEXISTENTE	CAMPOS DE JOGOS EXTERIOR	RAZOÁVEL
RECREIO COBERTO	INEXISTENTE	BALNEÁRIOS	DEFICIENTE
RECREIO DESCOBERTO	DEFICIENTE	SANITÁRIOS	DEFICIENTE
CENTRO RECURSOS / BIBLIOTECA	RAZOÁVEL	SE INEXISTENTES, INDICAR ESPAÇOS ALTERNATIVOS	
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES			
INSTALAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	RAZOÁVEL	EQUIPAMENTO DE COZINHA (UNIDADE DE CONFEÇÃO)	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE GÁS NATURAL	INEXISTENTE	INSTALAÇÃO DE VENTILAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÃO ELÉTRICA E DE ILUMINAÇÃO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE CLIMATIZAÇÃO	INEXISTENTE
INSTALAÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTRA INTRUSÃO	RAZOÁVEL	WI-FI	DEFICIENTE
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	RAZOÁVEL	INSTALAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	RAZOÁVEL
INSTALAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE LIXO	DEFICIENTE	INSTALAÇÃO DE MEIOS E CUIDADOS DE SAÚDE	DEFICIENTE
ESGOTOS	DEFICIENTE		

EVOLUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
NEUTRA (MANUTENÇÃO DO CONSUMO)			
ADOÇÃO DE MEDIDAS ESPECÍFICAS DE AUMENTO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	SIM	SE SIM, QUAIS:	COLOCAÇÃO DE LÂMPADAS DE BAIXO CONSUMO.

PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	
EDIFÍCIOS	VÁRIOS PROBLEMAS DEVIDO À ANTIGUIDADE DO EDIFÍCIO.
ESPAÇOS EXTERIORES	INEXISTÊNCIA DE RECREIO COBERTO. NECESSIDADE DE LIGAÇÃO COBERTA ENTRE A PORTARIA E O EDIFÍCIO PRINCIPAL.
COMENTÁRIOS ADICIONAIS	ESCOLA COM ESPAÇOS INSUFICIENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DE DIFERENTES ATIVIDADES: LAZER; ESPAÇO WI-FI DISPONÍVEL; INEXISTÊNCIA DE PAVILHÃO PARA AS ATIVIDADES LETIVAS DA DISCIPLINA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA; INEXISTÊNCIA DE GABINETES/ESPAÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CLUBES (TEATRO, ARTES, FOTOGRAFIA).

LEGENDA:

EXCELENTE	BOM	RAZOÁVEL	DEFICIENTE	INEXISTENTE
-----------	-----	----------	------------	-------------



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 217 121 240

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Estudo:

Carta Educativa de Sobral de Monte Agraço

Documento:

Anexos- fichas de Caracterização dos equipamentos escolares

Data:

27 de junho de 2023